

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA PROFHISTÓRIA

MÁRCIA LUZIA SARTOR PREVE

TROPEIRISMO EM ORLEANS/SC: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
ATRAVÉS DE UM MATERIAL PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

FLORIANÓPOLIS

2020

MÁRCIA LUZIA SARTOR PREVE

**TROPEIRISMO EM ORLEANS/SC: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
ATRAVÉS DE UM MATERIAL PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Nucia Alexandra Silva de Oliveira.

FLORIANÓPOLIS

2020

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Preve, Márcia Luzia Sartor
Tropeirismo em Orleans/SC : história, memória e patrimônio
através de um material pedagógico para a Educação Básica / Márcia
Luzia Sartor Preve. -- 2020.
105 p.

Orientadora: Nucia Alexandra Silva de Oliveira
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis,
2020.

1. Ensino de História. 2. Patrimônio. 3. Tropeirismo. 4. Orleans.
I. Oliveira, Nucia Alexandra Silva de . II. Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III.
Título.

MÁRCIA LUZIA SARTOR PREVE

TROPEIRISMO EM ORLEANS/SC: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO ATRAVÉS DE UM MATERIAL PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Nucia Alexandra Silva de Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a. Nucia Alexandra Silva de Oliveira.
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membros:

Prof^a Dr^a Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Prof^a Dr^a Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof^a Dr^a Caroline Jaques Cubas (Suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Florianópolis, 27 de novembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de profissão, alunos e alunas: obrigada por compreenderem meus atrasos e meus cansaços.

Aos meus colegas de curso quero agradecer as trocas de aprendizado, à parceria nos momentos de descontração e até mesmo de aflição. Que bom ter encontrado vocês!

Aos meus amigos e amigas quero agradecer o incentivo, por me alegrarem nas horas tristes, por me ajudarem a segurar o peso dos compromissos. Sem vocês o caminho não teria graça. Obrigada especialmente a você, Tayse Nicoladelli, amiga e parceira de trabalho que acompanhou todo esse processo.

Aos professores e professoras do curso, gratidão imensa por compartilharem seus saberes e permitir que compartilhássemos os nossos; por entenderem nossas realidades enquanto professores de História da Educação Básica. Estendo esse agradecimento também ao Programa ProfHistória e à Capes por me permitir aprender e realizar esse projeto por meio da bolsa de pesquisa recebida.

Às minhas diretoras quero dizer que, se não fosse a compreensão e apoio de vocês, eu não teria conseguido. Essa trajetória foi trilhada ao lado de grandes mulheres. Gratidão Denise Velho da Silva, Genaina Coan, Roseli Bagio e Viviane Corrêa.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Nucia Alexandra Silva de Oliveira, meu agradecimento especial por todo tempo a mim dedicado e por entender meus limites. Pude ir um pouquinho além deles com a sua ajuda. Obrigada, também, pela compreensão durante um dos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos moradores de Três Barras entrevistados, obrigada por compartilharem partes de suas experiências de vida. Ouvir vocês foi um aprendizado incrível! Ao senhor Roque Guizone, minha gratidão por me apresentar a história dos tropeiros em Três Barras, história essa que já me acompanha há tantos anos e cuja despedida ainda não parece ser agora.

Aos meus familiares, minha eterna gratidão por entenderem minhas ausências. O apoio de vocês me deu segurança necessária para tantas idas e vindas. Permitiu-me não desistir, nem no momento mais difícil dessa jornada. Meu pai, mãe, obrigada por me ensinarem tudo o que vocês sabiam. Ana Maria, obrigada pela acolhida cuidadosa nesses dois anos. Obrigada Fred por estar do meu lado todo esse tempo, por chorar comigo ouvindo cada entrevista, por acreditar em mim e no meu trabalho. Obrigada meu filho Willian, o meu maior incentivador, ouvinte, professor. Este trabalho é para você.

E ao universo, por conspirar a meu favor, gratidão.

Cada pessoa levando um destino,
Cada destino levando um sonho.
E sonhar é a arte da vida.
Sonhar nas sombras de um jardim
Nas noites de lua que não tem fim.
(Almir Sater)

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado vinculada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) tem como tema central o processo de desenvolvimento de um material pedagógico chamado Bruaca da História. Tal material foi pensado para o estudo de temas da História, da Memória e do Patrimônio, partindo de uma temática local – o tropeirismo – e de sua importância na formação histórica e cultural do município de Orleans, Santa Catarina. A falta dessa temática no estudo da história de Orleans é o que motivou a elaboração deste material. Chamado de Bruaca da Histórica (em referência a bolsa de couro utilizada pelos tropeiros para o transporte de produtos), o material é composto por uma série de 10 atividades que professores(as) poderão mobilizar com os/as estudantes, dentro da Educação Básica e do Ensino de História, a fim de sensibilizá-los/as para o conhecimento e a valorização dessa história local e dos patrimônios que ela deixou. As discussões teóricas do trabalho se basearam em pesquisadores/as que estudam Ensino de História (Flávia Heloisa Caimi, Circe Bittencourt, Jörn Rüsen, Selva Guimarães Fonseca), História Local (Vilma de Lourdes Barbosa, José Evangelista Fagundes, Elison Antonio Paim e Vanessa Picolli) e Patrimônio (Ivo Matozzi, Allana Pessanha de Moraes, Ricardo de Aguiar Pacheco, Janice Gonçalves e Jaqueline Zarbato), bem como a memória (Eclea Bosí, Maurice Halbwachs e Alberto Rosa). Essa dissertação defende a inclusão dessas categorias dentro do Ensino de História para que este seja cada vez mais democrático e permita o estudo de temáticas dessa natureza, dando voz a histórias relevantes e próximas das realidades dos/as estudantes. O presente trabalho é composto por três capítulos: o primeiro, em que se discute o Ensino de História, o Patrimônio e a História Local; um segundo capítulo, em que são expostos apontamentos sobre o tropeirismo no Brasil, a história de Orleans e a atividade tropeira em uma de suas comunidades — Três Barras —, e no qual, também, se veicula a apresentação de memórias de depoentes que vivenciaram a atividade tropeira no município acompanhada de discussões sobre essa categoria. Como último capítulo, apresentam-se detalhadamente os materiais e as atividades que fazem parte da Bruaca da História, seus objetivos e resultados pretendidos.

Palavras-chave: Ensino de História. Patrimônio. Tropeirismo. Orleans.

ABSTRACT

This MA thesis connected to *Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)* has the central topic of developing a piece of pedagogical material named *Bruaca da História*. This material was considered to study topics of History, Memory, and Patrimony, departing from a local theme – *tropeiro* drovers – and their importance in historical and cultural formation in the city of Orleans, Santa Catarina, Brazil. The motivation for creating this material was a gap in this topic in the local History study. Named *Bruaca da História* (in reference to the *bruaca* leather bag used by drovers to transport goods), the material is a series of 10 activities that teachers can produce with students within Basic Education and History Teaching in order to sensitize them to the knowledge and valuing of this local history, as well as the patrimony it left behind. Theoretical discussion of the paper were based in researchers that study History Teaching (Flávia Heloisa Caimi, Circe Bittencourt, Jörn Rüsen, Selva Guimarães Fonseca), Local History (Wilma de Lourdes Barbosa, José Evangelista Fagundes, Elison Antonio Paim, Vanessa Picolli) and Patrimony (Ivo Matozzi, Allana Pessanha de Moraes, Ricardo de Aguiar Pacheco, Janice Gonçalves, Jaqueline Zerbato), as well as Memory (Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs, Alberto Rosa). This MA thesis defends the inclusion of these categories within History Teaching to make it increasingly democratic, allowing for the study of topics of this nature while giving voice to relevant stories which are close to students' realities. This study is divided in three chapters: firstly, a discussion of History Teaching, Patrimony, and Local History; secondly, points on *tropeiro* drovers in Brazil, the history of Orleans, and the drover activities in one of their communities, named Três Barras — in which memories and testimonials of people who experienced the *tropeiro* activity in the city accompanies discussions on the category. The final chapter presents in detail the materials and activities that comprise *Bruaca da História*, as well as its objectives and intended results.

Keywords: History Teaching. Patrimony. *Tropeiro* Drovers. Orleans.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das rotas das tropas de gado do sul até Sorocaba	43
Figura 2- Mapa dos atuais municípios que faziam parte do Patrimônio Dotal	47
Figura 3 - Mapa da Colônia Grão Pará.....	49
Figura 4 - Trecho do caminho dos tropeiros Serra do Imaruí, comunidade de Três Barras.....	53
Figura 5 - Vista da Serra Geral após a subida da Serra do Imaruí	53
Figura 6 - Cópia de documento de registro de pagamento	54
Figura 7 - Letra da música “Tropeiro”	66
Figura 8 - Mapa do caminho das tropas rumo a São Paulo e de Lages a Laguna	69
Figura 9 - Trecho do livro do Padre Dall’Alba (1).....	75
Figura 10 - Trecho do livro do Padre Dall’Alba (2).....	76
Figura 11 - Documento sobre a colônia de Orleans	79
Figura 12 - Mapa político do município de Orleans.....	83
Figura 13 - Vista do alto da Serra do Imaruí	84
Figura 14 - Vista de outro ângulo o alto da Serra do Imaruí.....	85
Figura 15 - Vista da Serra Geral a partir da comunidade de Três Barras.....	85
Figura 16 - Trecho do caminho da Serra do Imaruí atualmente (1)	85
Figura 17 - Trecho da Serra do Imaruí atualmente (2).....	87
Figura 18 - Atividade com imagem de satélite.....	88
Figura 19 - Taipa construída pelos antigos tropeiros no alto da Serra do Imaruí.....	91
Figura 20 – Documentos utilizados na pesquisa	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PATRIMÔNIO, ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL	25
1.1 CONHECER O PASSADO E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	25
1.2 ENSINO DE HISTÓRIA E O ESTUDO DOS PATRIMÔNIOS	29
1.3 ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL.....	36
2 TROPEIRISMO – HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	41
2.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O TROPEIRISMO NO BRASIL.....	41
2.2 ORLEANS, TRÊS BARRAS E O TROPEIRISMO.....	46
2.2.1 HISTÓRIA DE ORLEANS – A FUNDAÇÃO	46
2.2.2 TRÊS BARRAS E A SERRA DO IMARUÍ–A ATIVIDADE TROPEIRA EM ORLEANS	50
3 BRUACA DA HISTÓRIA - O MATERIAL PEDAGÓGICO	63
3.1 ATIVIDADES.....	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – QUADRO COM DOCUMENTOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DO MATERIAL PEDAGÓGICO	105
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	108

INTRODUÇÃO

Enxerga-se o tropeirismo em Orleans através de uma série de remanescentes culturais presentes em diferentes aspectos da vida cotidiana de moradores de uma de suas comunidades — Três Barras —, e por meio de seus descendentes, tais como cavalgadas, o gosto pela lida no campo, pela criação de animais, pela manutenção do antigo caminho dos tropeiros e pela realização de uma festa do tropeiro. Para Hobsbawm (1997), tais práticas são uma espécie de continuidade em relação ao passado ou uma tentativa de, sempre que possível, estabelecer continuidade com um passado apropriado ou que se quer apropriar. Mas, como o passado de Orleans tem sido lembrado por seus habitantes? Que usos são feitos desses patrimônios? Como o ensino de História pode contribuir na formação dos(as) estudantes que vivenciam esse passado e o que se mantém dele? São algumas das questões que perpassam este trabalho, cujo objetivo principal, como será visto na sequência, é apresentar a elaboração de um material pedagógico que permita — através da análise e do estudo de diferentes tipos de fontes históricas que o compõem — o estudo sobre uma temática local, o tropeirismo, bem como suas contribuições culturais na formação histórica do município.

Antes de abordar as questões apontadas acima, cabe falar um pouco sobre a cidade e sobre minha própria aproximação ao tema desta pesquisa. Orleans localiza-se no sul do Estado de Santa Catarina e está distante da capital, Florianópolis, cerca de 185 quilômetros¹. Seu território está a uma hora de distância do litoral sul catarinense e do planalto serrano. Ou seja, Orleans localiza-se entre duas regiões de grande importância turística, econômica e cultural do Estado. Isso fez do município um lugar de passagem e, também, um lugar onde foi possível estabelecer importantes contatos (LOTTIN, 1998, p.20). O acesso ao planalto serrano se dá mediante a transposição da Serra Geral, que em boa parte de Santa Catarina apresenta-se como uma barreira natural delimitando planalto e planície. Em toda a extensão da Serra Geral, ao longo da história, foram abertos inúmeros caminhos no intuito de encurtar distâncias entre os moradores de serra acima e os de serra abaixo e de realizar negócios. O caminho mais famoso na região sul do Estado a traspasar a serra fica localizado no município vizinho a Orleans, Lauro Müller. É o caminho da Serra do Rio do Rastro (antigo caminho de tropeiros) e, hoje, famoso destino turístico na região do Estado pelas paisagens belíssimas em todo o seu

1 Dados da prefeitura municipal. Disponível em: <https://www.pmo.sc.gov.br/inicio/caracteristicas>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

percurso, pela sinuosa via e pela altitude alcançada, aproximadamente 1424 metros. Embora não seja o acesso mais utilizado para se chegar ao planalto, o caminho é um grande elo facilitador de transportes nessa região.

Porém, outros caminhos têm ou tiveram ao longo da história sua importância nessa ligação entre as duas regiões. É o caso de Orleans. Por entre seu território, que é delimitado por uma barreira natural — a Serra Geral —, além de algumas comunidades em seu entorno foi construído um caminho que ascendia as encostas íngremes da serra. É o caminho da Serra do Imaruí, situado na comunidade de Três Barras, comunidade distante do centro da cidade cerca de 30 quilômetros. O acesso até a comunidade é todo em estrada de chão, estrada sinuosa em muitas partes e toda margeada pelo Rio Laranjeiras (importante rio de abastecimento da cidade). A comunidade fica, literalmente, aos pés da serra; lá, suas escarpas impressionam qualquer visitante. Impressiona, também, o fato de que pudesse existir alguma via de acesso em meio àquelas montanhas, tamanha a sua altitude. Ao olhá-la acreditamos ser ali o fim do caminho. Mas não é.

O caminho da Serra do Imaruí foi um importante elo do planalto serrano com o litoral sul catarinense, sendo traçado em meio às escarpas da Serra Geral, com relevo extremamente acidentado e brusca variação de altitude numa distância de poucos quilômetros. Aberto pelos tropeiros serranos que partiam do planalto da Serra Geral (situado a cerca 1500 metros de altitude) e que alcançavam a localidade de Três Barras logo ao final da Serra (situada a cerca de 300 metros de altitude, cheia de pastagens, rios e terreno plano), esse caminho, muitos anos antes da abertura da Serra do Rio do Rastro, era o principal trajeto para se chegar à Laguna, importante cidade portuária do litoral sul catarinense naquela época. Por essa razão a comunidade de Três Barras transformou-se num pouso para os tropeiros e em um entreposto comercial para eles e os moradores locais. E é aí que percebemos essa relação intensa entre Orleans e a atividade tropeira, pois o município estava no meio desse trajeto.

A comunidade de Três Barras foi se tornando, a partir disso, cada vez mais importante para a atividade tropeira. Era o primeiro ponto de descanso das tropas logo após a difícil descida da Serra do Imaruí. Assim, um forte contato entre moradores locais e tropeiros ocorria. Esses contatos foram aos poucos tornando-se relações comerciais cada vez mais intensas, mantendo-se até meados do século XX — quando a atividade tropeira deixou de existir na região. Por conta das madeireiras instaladas na comunidade em consequência da fartura de matéria-prima existente, famílias inteiras mudaram-se para lá. Logo, os tropeiros encontraram, ali, não apenas pouso para as tropas, mas um local para realização de uma atividade comercial muito fortemente estabelecida entre eles e os moradores locais. Por

conta disso, muitos tropeiros passaram a ter na comunidade seu destino final de negócios. Três Barras alcançou importância econômica dentro do município.

Em pesquisa feita no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício-Cedohi, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, de Orleans, foi possível acessar documentos do século XIX, como mapas da rota da Serra do Imaruí, indicando seu trajeto principal até Laguna; recibos de pagamentos para pessoas que realizavam a limpeza da Serra do Imaruí, nos quais consta a deliberação para manutenção daquele caminho, bem como os registros de pagamentos feitos às pessoas que prestavam esse serviço. Tudo isso permite-nos crer na grande importância dessa rota para a colônia de Orleans e também para os tropeiros serranos que necessitavam acessar regiões de serra abaixo para venderem e comprarem produtos. Mais do que isso, esse caminho possibilitou inúmeros encontros, aprendizados, trocas e transformações de saberes. Importante registrar que, atualmente, uma procura cada vez mais intensa pelo antigo caminho das tropas da Serra do Imaruí (que está localizada dentro do Parque Nacional de São Joaquim²), tem colocado praticantes de atividades como *trekking* e *hiking* em contato com aquele lugar. Tal procura se dá pela beleza proporcionada por aquelas paisagens e pela possibilidade de se alcançar o planalto via um caminho em meio à mata, o que para os praticantes dessa atividade é algo que faz parte dos desafios que eles buscam superar; trata-se, afinal, de uma subida intensa de aproximadamente 900 metros. Contudo, os que atualmente procuram esse caminho desconhecem que ele foi de grande importância histórica para a ligação entre o planalto serrano e o litoral sul catarinense, e para Orleans, conseqüentemente. E que as variadas marcas ainda presentes no seu trajeto são remanescentes materiais de uma profusa atividade comercial que se estabeleceu entre moradores do planalto serrano e moradores de serra abaixo. Dentre essas marcas é possível observar as taipas ainda existentes (cercas de pedras feitas para agrupar os animais durante os pousos); trechos onde degraus de pedras foram colocados para facilitar o caminhar das tropas e uma série de plantas não nativas, que acredita-se que foram deixadas pelos tropeiros: laranjeiras, limoeiros e, inclusive, roseiras. Os que chegam ao início do caminho, ao partir de Três Barras encontrarão uma placa pedindo pela preservação daquele patrimônio

2 O Parque Nacional de São Joaquim está situado no sul do país, mais precisamente na região serrana do estado de Santa Catarina. O acesso para a parte alta se faz pelos municípios de Urubici e Bom Jardim da Serra. O Parque Nacional também possui áreas nos municípios de Orleans, Grão Pará e Lauro Muller, estes localizados na parte baixa da Serra do Mar. A criação do Parque, em julho de 1961, está ligada à necessidade de proteção dos remanescentes de Matas de Araucárias, encontradas em abundância dentro de seus 49.800 hectares. O Parque está inserido no bioma Mata Atlântica. Além de conservar ecossistemas existentes na Unidade de Conservação, ela foi criada com o objetivo de promover a educação ambiental, a pesquisa e a visitação pública. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnasaoljaquim/guia-do-visitante.html>. Acesso em 16 de setembro de 2019.

natural e cultural. Atualmente, contudo, ainda não há nenhuma lei que garanta oficialmente a preservação desse espaço como tal. Entendo ser, esse trajeto, bem como outros remanescentes da cultura tropeira na região de Orleans, patrimônios vivos que mereçam, também, o respaldo da lei para a sua conservação, afinal, representam parte da formação histórica do município.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013, p. 3), um patrimônio cultural

é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade. É ele que nos faz ser o que somos.

Dessa forma,

patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (LONDRES, 2001, p. 69).

Sendo assim, o que deixaram tropeiros e moradores de Três Barras, a partir de tantas vivências juntos, constituem-se patrimônios que, por sua vez, indicam muito sobre a maneira de ser e pensar dos moradores e ex-moradores de Três Barras. Identificar esses patrimônios, entendendo que eles fazem parte da história do lugar em que se vive, favorecerá uma sensibilização em torno da sua valorização e preservação.

Cabe dizer que entrei em contato pela primeira vez com a história do tropeirismo em Orleans no ano de 2007, quando me mudei para a cidade. Na ocasião, como nova moradora de uma cidade pouco conhecida por mim, costumava visitar as comunidades do interior em busca das suas belezas naturais, como o costão da Serra Geral, por exemplo, que dá ao município um belíssimo contorno possível de ser avistado do centro da cidade. Três Barras foi a primeira comunidade visitada. Por gostar muito de montanhas, fiquei impactada com a beleza do lugar. Lá a Serra Geral presenteia as pessoas com as belíssimas paisagens das formações de encostas íngremes e de abundância em vegetação, que proporcionaram, no meu caso, contatos então inéditos.

Além disso, pelas idas constantes àquele lugar, tive a oportunidade de conhecer alguns de seus moradores. E foi numa conversa com um deles que a história do tropeirismo em

Orleans chegou até mim. Era a história de um caminho de tropeiros que desembocava na comunidade; era a história das tropas de mulas, bois e porcos conduzidos naquele estreito caminho; era a história dos pousos dos tropeiros na comunidade; os artefatos e a indumentária utilizada por eles nos trajetos e nos pousos; o comércio estabelecido entre eles e os moradores locais desde a época do início da colonização, permitindo o abastecimento da colônia.

Enfim, era a história de uma comunidade que recebeu contribuições de uma atividade econômica e conseqüentemente cultural, e que ainda mantinha marcas dessas contribuições. Eu estava em vias de finalizar minha graduação em História naquele ano. Portanto, decidi como tema da monografia, a história dos tropeiros em Orleans a partir dessa manifestação cultural. Já escrevia sobre herança e memória. Em 2009, concluí a especialização em Gestão de Acervos Históricos e, também, o tema do tropeirismo foi meu objeto de pesquisa do trabalho final do curso. Para esse trabalho, desenvolvi uma cartilha de Educação Patrimonial no qual defendi o seu uso como instrumento capaz de tratar as heranças culturais como um patrimônio representativo da nossa história, permitindo, através de estudos e análises de diferentes fontes de informação, que ele seja visto e entendido como tal.

No entanto, apesar de identificar a importância do tropeirismo para Orleans, na sua formação histórica, cultural e econômica, ao chegar à sala de aula como professora, também no ano de 2007, percebi que essa história não era conhecida pelos estudantes. E isso tornou-se evidente durante o estudo sobre a mineração no Brasil com várias turmas do segundo ano do Ensino Médio em que eu lecionava. Falar da mineração no Brasil colonial é falar também da atividade tropeira que ganha grande impulso neste momento da história. E falar do tropeirismo naquele momento era relacioná-lo também à atividade tropeira que se desenvolveu em muitos lugares do Brasil, portanto, era relacioná-lo à história de Orleans, que eu pressupunha como um conhecimento prévio destes estudantes, por ser de temática local. Contudo, os “nãos” recebidos por parte dos alunos (“não conheço”, “não sabia”, “não ouvir falar”) me fizeram questionar sobre o que se ensina na história de Orleans quando se quer falar da sua formação. Essa constatação foi sendo visível ao longo desses anos em que venho lecionando História na educação básica. A história do município, tratada nos currículos do Ensino Fundamental I, ignora essa temática³. Além disso, minha vivência como professora de História há quase uma década em Orleans me permite afirmar a inexistência desse tema também nos materiais didáticos da rede estadual e municipal e em projetos educacionais.

3 Análise feita nos materiais didáticos do município e em conversas informais com vários professores da rede municipal com que tenho contato no cotidiano.

Entretanto, aquelas marcas visíveis, citadas anteriormente, denotam uma presença da cultura tropeira na vida cotidiana das comunidades do interior, principalmente de Três Barras, onde concentra-se o maior remanescente cultural herdado do tropeirismo em Orleans, por razões já explicadas. Vale acrescentar, no entanto, que a história da cidade e de sua formação não deixa de estar presente nas salas de aulas, todavia a ênfase dada encontra-se quando essa história se depara com a da família real brasileira, haja visto que o território de Orleans foi dote de casamento dado à Princesa Isabel e ao Conde D'Eu, ou, ainda, quando se aborda a chegada dos imigrantes europeus. É um marco importante, sim, na história do município e não pretendo negá-lo aqui. Não obstante, detenho-me a discutir a importância de que outros grupos sociais – os tropeiros – sejam incluídos nesse processo histórico e que o Ensino de História possa ser de fato democrático e inclusivo e não reproduzidor de estereótipos como: o colonizador como desbravador; o colonizador e a fundação de cidades, características tão visíveis ainda na história de muitos municípios do Estado de Santa Catarina.

Embora a História e a sua escrita tenham dado um espaço cada vez maior a tantos temas silenciados em seu processo de escritura, observamos que a história e os remanescentes culturais de determinados grupos sociais ainda se sobressaem como marcas representativas de muitas sociedades. Dessa forma, produzir um material que possa incluir uma temática ignorada nos currículos de História é, metaforicamente, dar voz àqueles personagens e suas histórias, muitas vezes silenciados por disputas políticas, étnicas e sociais.

Dessa forma, o material pedagógico pensado por mim a partir de minha inserção no programa de Mestrado Profissional em Ensino de História⁴ – ProfHistória – e construído com a intenção de ser uma ferramenta de ensino e aprendizagem e um facilitador do estudo dessa história local nas escolas — apresenta uma proposta de aprendizagem em que os estudantes passarão a identificar elementos do tropeirismo através de uma série de atividades com fontes históricas selecionadas para este fim. Como já mencionado, a ideia de produzir um material pedagógico que abordasse essa temática partiu do conhecimento de que a história da cidade de Orleans está intimamente ligada à história do tropeirismo por conta de um caminho de tropas que passava pelo município e, também, pelo fato de se perceber, em muitos aspectos da vida de moradores locais, renascentes culturais advindos dessa atividade. Pensando na escola como um espaço para as discussões em torno dessas questões, defendo que ela marque esse território de estudos de forma inicial e que, a partir dela, seja permitido, de fato, que outras

4 Esta dissertação foi produzida vinculada ao grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas, certificado pelo CNPq e que recebe apoio da FAPESC em seus editais de apoio aos grupos de pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina.

vozes e outros saberes ganhem espaço de fala e de divulgação de sua cultura: Para, dessa forma, garantir que a “sala de aula se constitua num espaço rico de possibilidades de interações entre os estudantes, as quais favoreçam a tomada de consciência de sua própria historicidade, relacionada à história do outro e das coletividades.” (CAIMI, 2009, p. 67). Há de se pensar na escola como importante meio difusor da história local e dos seus vínculos com as comunidades a fim de que o conhecimento científico aliado às vivências locais contribua para uma educação histórica que realmente faça sentido na vida dos estudantes e demais pessoas como um todo.

Entretanto, compete mencionar que não é apenas a escola a detentora desse papel difusor e de preservação. Acredito também que a parceria com os órgãos públicos municipais e com movimentos sociais, a fim de fomentar um turismo pedagógico, consciente, que evidencie parte da história do próprio município, possibilitando geração de renda e valorização e preservação de um espaço, seja algo que deve se agregar a iniciativas educacionais. Nesse sentido, destaco a presença de um movimento popular (Movimento Orleans Viva⁵, guardiões do costão) que vem atuando no município em prol da valorização e preservação das nossas riquezas naturais, bem como das nossas riquezas históricas e culturais, através de uma série de ações educativas de caráter ambiental e cultural.

Para a construção desta pesquisa alguns referenciais foram estudados, seja para o desenvolvimento do material didático, seja para conhecimento e reflexão a respeito da história da localidade e das histórias escritas sobre ela, bem como foram estudados diferentes referenciais teóricos-metodológicos relacionados ao ensino de História e das categorias relacionadas à pesquisa, tais como a memória.

5 O Movimento Orleans Viva – Guardiões do Costão (MOV) se formou gradualmente desde a sua primeira reunião em 19 de novembro de 2018, por um grupo de pessoas que apresentaram uma preocupação imediata com o risco de se iniciar a exploração de carvão mineral em Orleans – SC. Estas pessoas vêm de diferentes trajetórias, ligadas às suas profissões e/ou paixões relacionadas ao meio ambiente e de diferentes áreas do conhecimento, como agronomia, biologia, engenharias, geografia, história, museologia, ecoturismo, direito, artes e comunicação. Também se uniram representantes de movimento de mulheres, agricultores, comitês de bacia de outros municípios. O movimento tem como principal objetivo zelar pela preservação e pelo uso sustentável das águas, dos solos, do ar, da biodiversidade e das paisagens naturais e culturais de Orleans, assegurando o convívio saudável das comunidades urbanas e rurais, presentes e futuras, de diferentes culturas e tradições dentro do ecossistema do qual são parte integrante e indissociável. Através de inúmeras ações educativas que estão sendo realizadas nas comunidades e escolas, o MOV, defende ainda a qualidade de vida, o acesso à água potável e produção de alimentos saudáveis e o acesso às paisagens naturais e culturais de Orleans, para lazer, contemplação e geração de emprego e renda através do turismo. Essas ações visam instruir a população sobre os riscos da atividade mineradora e seus impactos nocivos sobre os nossos recursos naturais, justamente pelo fato das empresas interessadas em implantar as minas requererem terras onde nascem as águas que abastecem o município, na comunidade de Três Barras. Também visam demonstrar o potencial agrícola e turístico que o município possui no sentido de que temos alternativas econômicas rentáveis e que não justificam a implantação da atividade mineradora como geradora de renda (VIVA, 2020).

Uma das leituras sobre a história da cidade são os trabalhos do Padre João Leonir Dall’Alba. Sacerdote e educador, o padre Dall’Alba contribuiu para uma bibliografia local ao registrar as memórias de moradores de Orleans e pesquisar, nos documentos oficiais da colonização do município, dados e informações que se transformariam em registros escritos. Praticamente todos os registros escritos sobre a história de Orleans tem como base os estudos do Padre Dall’Alba. Seus livros trazem testemunhos de moradores da cidade em diferentes épocas e sobre diferentes fatos, ajudando a sedimentar uma história marcada pela coragem, bravura e de pioneirismo. Para Cardoso, (2018, p. 155), “o pioneirismo, a etnicidade e o catolicismo configuravam a principal base do esquema narrativo do clérigo, base que estava de acordo com diversos projetos políticos difundidos nas décadas de 1970 e 1980”. Mas não é isso que venho buscar nestas obras. O que pretendo com o uso dessas narrativas memorialistas é encontrar informações que agreguem sentidos ao meu trabalho e a partir delas, discutir as maneiras como essas histórias de Orleans se apresentam. Assim, esses referenciais servirão de fontes de informação tanto na escrita da dissertação, quanto na elaboração do material didático, onde utilizarei trechos dos textos escritos pelo padre como fonte histórica a ser analisada.

Dessa forma, ao analisar alguns de seus livros, como *Pioneiro nas terras dos condes*, escrito em 1970, e *Colonos e Mineiros no grande Orleans*, de 1986, busquei dados relativos à questão tropeira no município, bem como referências à Serra do Imaruí, à comunidade de Três Barras e sua importância dentro desse contexto de trocas comerciais fundamentais para aquele período da história do município. Não pretendo, com essa busca por informações, construir mais um pedestal onde sejam colocados novos heróis. Mas, identificar a presença de sujeitos históricos e a sua importância na formação da história de Orleans nas memórias registradas por Dall’Alba. Bosi nos diz que “a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproxima da verdade.” (BOSI, 2012, p. 197). E se analisadas com rigor historiográfico, tendem a se configurar em importantes elementos históricos, contribuindo para a escrita de uma história pouco conhecida.

Este trabalho foi teoricamente amparado nos referenciais sobre Ensino de História através do diálogo com Flávia Heloisa Caimi (2009), Circe Bittencourt (2008), Jörn Rüsen (2016), Selva Guimarães Fonseca (2003), Maria Aparecida L. Tursi Toledo (2016) e Keith Barton (2004). Esses referenciais embasaram a produção da escrita da dissertação na medida em que pude trazer desses autores a importância do ensino de história como algo capaz de oferecer sentidos práticos à vida dos estudantes através da inclusão de temáticas de caráter político, econômico, social e cultural. Dessa forma, na perspectiva dos referidos autores, a

importância do Ensino de História é auxiliar no desenvolvimento de práticas cidadãs em que os diferentes saberes e contextos sociais e culturais a que estamos expostos sejam considerados como constituidores da nossa formação identitária, permitindo-nos a percepção da nossa contribuição, enquanto sujeitos históricos, da construção de tais saberes e contextos.

Para apresentar os conceitos de Patrimônio Cultural, importantes no desenvolvimento deste trabalho, principalmente no tocante ao material didático, em que os componentes e atividades propostas se debruçam sobre estas questões, busquei os referenciais de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg (1999) e de Adriana Viviane Saballa (2007). E com Ivo Matozzi (2008), Allana Pessanha de Moraes (2005), Ricardo de Aguiar Pacheco (2017), Janice Gonçalves (2014) e Jaqueline Zarbato (2015), busquei pensar as possibilidades que o Ensino de História oferece, no sentido de facilitar ações educativas sobre os patrimônios culturais, evidenciando a importância do contato direto com diferentes tipos de informação histórica e com o próprio patrimônio cultural para a formação de conhecimento, considerados objetivos do material didático.

No tocante à memória e sua importância na análise e interpretação dos patrimônios culturais, analisei os textos de Eclea Bosi (1979), Maurice Halbwachs (1990) e Alberto Rosa (2007). Por apresentar a memória como um importante componente na construção historiográfica, esses autores foram mobilizados dentro da dissertação quando evidencio depoimentos de moradores locais, escolhidos pelas experiências de vida fortemente ligadas ao tropeirismo, assim como nas análises culturais deixadas por esta atividade, ambas impregnadas de memórias individuais e coletivas. Cabe dizer que, no material didático, o uso das memórias desses depoentes, visa oferecer um olhar sobre um outro tipo de informação histórica em que se busca relatos de experiências vividas como fontes de informação.

E como o trabalho traz à tona uma temática local, mobilizo as discussões em torno dessa temática com Vilma de Lourdes Barbosa (2006), José Evangelista Fagundes (2006), Elison Antonio Paim e Vanessa Picolli (2007) a fim de destacar a presença da História Local, dentro do Ensino de História. Nesse caso, não apenas como recortes regionais e locais descontextualizados, mas como possibilidade de encontro do local com o nacional ou mundial, partindo da premissa que não nos encontramos sozinhos, mas que nossas histórias estão em conexão com outras e, dessa forma, unem-se e constroem-se mutuamente. Abrir espaço para a questão local é construir caminhos de aproximação com aquilo que está ao

nosso lado, mas que nem sempre é percebido como parte integrante da nossa formação histórica e cultural.

Enquanto escrevo essas palavras, lembro-me de um trecho do livro *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg (1987, p. 15), onde ele diz que “No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as gestas dos reis. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado”. E é pensando nessas palavras do escritor italiano que me detenho a buscar informações e contribuir para que, na história de Orleans, os remanescentes culturais herdados do tropeirismo e manifestados em lugares e em memórias de pessoas comuns sejam vistos como testemunhas vivas de uma história, cuja importância nos aspectos econômicos e culturais da formação do município merecem ser conhecidos e valorizados, encontrando na escola (e no Ensino de História) importantes aliados. Alia-se, também, nesse processo de construção de conhecimento histórico, a História Local, cuja importância deve-se ao fato de que ela coloca em evidência a história dos sujeitos comuns e das suas localidades.

Aplicar a história local na contemporaneidade se assemelha a tarefa de compreender que a história está presente em diversos lugares, em todos os momentos. De que o local está diretamente relacionado aos espaços e contextos para além de um ambiente definido e onde as circunstâncias sociopolíticas, econômicas e culturais vivenciadas no cotidiano de cada indivíduo interfere e são modificadas por esses mesmos sujeitos. (SANTIAGO JUNIOR, 2016, p. 03).

Para Paim e Picolli (2007), o ensino da história local trata das especificidades das localidades e tem uma grande relevância, na medida em que ele pode, de diferentes formas, apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais. Permitir que uma temática local — a do tropeirismo em Orleans — ganhe espaço no Ensino de História, é favorecer a compreensão de que também nós, moradores de uma pequena cidade do interior, fazemos história e não a fazemos sozinhos, estamos conectados com outras histórias de alcance regional e nacional.

Quando objetos biográficos são trazidos à discussão nos grupos em que se atua, e estes são instigados a falar sobre o que eles indicam a respeito da própria existência, mobilizam-se os conceitos de identidade e memória, a partir da prática. Provocar o grupo a pensar sobre a possibilidade da perda destes objetos, por outro lado, ajuda a compreender que a permanência destes tem um papel existencial, na composição dos indivíduos. (SCIFONI, 2017, p. 12).

Sendo assim, quando apresento elementos que fazem parte da história de um grupo ou de uma sociedade, no caso, elementos do tropeirismo e mobilizo discussões sobre o seu conhecimento como patrimônio e a importância da sua preservação, entendo que eles possam fazer sentido para os/as estudantes. Sobretudo quando possibilitamos que eles entrem em contato com esses elementos, discutindo com eles seus significados, sua importância para a vida do grupo, seus valores materiais e imateriais e, conseqüentemente, sua valorização ou não.

Dentro dessa perspectiva, a reflexão dos estudos do Patrimônio no Ensino de História permitiu o planejamento da construção de um material pedagógico que pudesse oferecer elementos de análises materiais e imateriais do tropeirismo, possibilitando a apropriação de conhecimentos, percepções e reflexões. Ao mesmo tempo, um material pedagógico que propusesse a discussão de uma temática local a partir da sensibilização provocada por estas abordagens, a fim de dinamizar o Ensino de História nessa nossa sociedade carente de valores identitários.

Sendo assim, partindo dessas discussões, desenvolvi o material pedagógico chamado de “Bruaca⁶ da História”. O nome é uma alusão a um artefato de grande importância nas lides tropeiras e será composto de diferentes materiais e documentos históricos bem como de atividades que possam seguir com a proposta de conhecimento e sensibilização dos(as) estudantes. O material foi pensado para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental II e está adequado principalmente ao 8º e 9º ano. A Bruaca da História será composta de materiais como: letra de uma música de um compositor local tematizando a atividade tropeira, fragmentos de livros que remetem a essa atividade, mapas do caminho da Serra do Imaruí, fotografias retratando várias partes do trajeto da Serra do Imaruí, depoimentos escritos de pessoas que vivenciaram a atividade tropeira em Orleans, texto sobre patrimônio cultural, e um audiovisual⁷ que materializa depoimentos e histórias do tropeirismo na comunidade de Três Barras. Todos esses elementos têm potencialidade para extrapolar a função de ilustração de um assunto, passando a ser recursos para a compreensão e vivência

6 A bruaca era uma mala de couro cru, colocada sobre o lombo das mulas e indispensável para os tropeiros já que era ali onde se carregavam produtos a serem vendidos, os alimentos e utensílios indispensáveis na viagem.

7 A ideia de produzir um audiovisual é antiga e pessoal. Há tempos venho pensando em reunir as histórias do tropeirismo com as belezas naturais da comunidade de Três Barras. Ouvir aquelas testemunhas vivas do tropeirismo e materializar essas memórias era algo que me encantava. No decorrer do mestrado, a ideia foi se fortalecendo e decidi produzir este audiovisual que chamo de “minidocumentário sobre o tropeirismo em Três Barras” para que fosse mais um elemento a ser agregado ao conjunto do material pedagógico produzido. O mesmo encontra-se em fase de produção e deve estar pronta para a versão final do trabalho. Vale dizer que a utilização das entrevistas e das imagens foram previamente autorizadas pelo Comitê de Ética.

dos alunos. Como parte final desse conjunto de atividades, será proposto um roteiro de “saída de campo” que permitirá aos estudantes e também aos professores um contato direto com o lugar onde essa parte da história se desenvolveu. A partir desse contato, ou melhor, desse diálogo entrevistado, cria-se condições para a produção de novos conhecimentos. Pretende-se que essas atividades proporcionem aos professores um material capaz de trabalhar a história local e seus patrimônios sob diferentes perspectivas, a ponto de favorecer, igualmente, discussões sobre a própria história e vida dos estudantes a partir do estudo de temáticas que os rodeiam. A Bruaca da História inspirou-se em vários trabalhos como o da Caixa da História de Magé, um rico trabalho elaborado por professores do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Também foram interlocutores do trabalho outros projetos e trabalhos desenvolvidos no próprio programa do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Um deles é o trabalho de Acioli Gonçalves Da Silva Junior, intitulado “Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: uma proposta para o trabalho docente”, pela Universidade Federal Fluminense, no ano de 2016. As respectivas experiências relatadas pelos autores me permitiram verificar os limites quanto à produção e aplicação dos materiais e estudos em sala de aula dadas as questões de ordem institucional que permeiam a realidade escolar vivenciada por cada autor. Serviram-me de exemplo e inspiração quanto àquilo que posso ou não produzir.

Esse material pedagógico visa sensibilizar os estudantes quanto aos vestígios de experiências históricas passadas referenciadas ao patrimônio histórico, através do contato e do estudo de um conjunto de materiais e atividades. Como disse, as atividades da Bruaca da História foram preparadas para serem utilizadas com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental II, pois elas já requerem determinadas habilidades e conceitos, como leitura e interpretação de mapas, entendimento sobre as várias formas de produzir história, as fontes históricas, os sujeitos históricos que, nessas etapas da formação básica já tendem a ser conquistadas.

Para os estudantes, espera-se que esse material seja uma ferramenta de aprendizagem capaz de oferecer o estudo, a análise, a discussão e a significação do passado de uma sociedade, através dos seus remanescentes culturais e, assim, ampliar os horizontes históricos deixados pelo tropeirismo na história e cultura de Orleans. O grande potencial do estudo da História Local é permitir o olhar para si próprio, para a sociedade em que estamos inseridos, encontrando nela, através dos remanescentes culturais, partes da nossa própria identidade. Ao ler e ouvir, por exemplo, os depoimentos de moradores e ex-moradores de

Três Barras colocados na Bruaca da História, é possível conhecer uma parte da história local, advinda dos próprios moradores locais e não por pessoas de fora; ao analisar o mapa de Orleans, encontrando nele a comunidade em que vivem os(as) estudantes é permitir que eles se encontrem em um espaço geográfico e entender as dimensões em que suas comunidades estão dentro desse espaço. Nas palavras de Barbosa (2006), é necessária a realização de pesquisas especialmente visando à produção do conhecimento local e da elaboração de materiais didáticos que contemplem uma abordagem de inclusão dos protagonistas que efetivamente fazem parte dos espaços estudados na realidade mais próxima.

Este material poderá servir também, de fonte de pesquisa e estudo do tropeirismo. E que ele permita a descoberta, o reencontro e a aproximação dos alunos com um patrimônio cultural, passível de valorização e preservação. Mas isso não saberemos agora. Os resultados, positivos ou negativos, os acertos e os erros não serão conhecidos ao final deste trabalho, visto que a proposta desta dissertação é a elaboração do material pedagógico e não a sua aplicação. Por ser um material propositivo, está aberto a adequações por parte dos professores que poderão utilizar ou não as sequências oferecidas

O presente trabalho está dividido em 3 partes. Dois capítulos de discussões temáticas que permearam a pesquisa teórica-metodológica do trabalho e um terceiro capítulo que traz o material didático produzido a partir dessas discussões.

No primeiro capítulo da dissertação, intitulado “Ensino de História, Patrimônio e História Local”, apresento uma reflexão sobre Ensino de História como forma de pensar o passado como uma atitude de cidadania frente ao próprio passado e suas implicações no presente. Aponto as potencialidades do estudo do Patrimônio como parte integrante desse processo de construção de atitudes cidadãs em relação ao nosso passado, a fim de que haja uma sensibilização sobre os patrimônios culturais e a sua importância como manifestação cultural que representa a história de um grupo.

Discuto também as possibilidades de compreensão histórica a partir do estudo da História Local. Mobilizada junto ao Ensino de História na escola, a disciplina contribuirá para que haja um processo de conhecimento em que as riquezas culturais, tão próximas às realidades dos estudantes, sejam exploradas através da ação multiplicadora dos(as) professores(as) a fim de que seja facultado o olhar para aspectos da História Local até então nunca vistos.

O segundo capítulo, com o título de “Tropeirismo – história, memória e patrimônio”, traz aspectos históricos da atividade tropeira no Brasil como um movimento econômico e

social existente a partir do ciclo da mineração no século XVIII. Apresenta algumas passagens da história de Orleans, a partir da configuração do seu território enquanto patrimônio dotal da princesa Isabel, da sua transformação em colônia, até a fundação do município. É evidenciado neste capítulo, a história de uma de suas comunidades — Três Barras — e a sua importância dentro do contexto econômico e cultural a partir do tropeirismo. O tropeirismo em Orleans terá, portanto, uma abordagem especial, pois por se configurar em tema de uma pesquisa histórica, precisa ser entendido em suas características e em suas especificidades. Falar do tropeirismo em Orleans requer uma abordagem em que seja permitido entender de que maneira essas especificidades se configuraram em elementos históricos, além de entender a que ponto essa atividade imprimiu marcas na vida dos que a vivenciaram, dentro ou fora dela — marcas impressas nos estilos de vida.

Nesse sentido, o uso das memórias na pesquisa contribuirá para que as particularidades dessa atividade sejam expostas na dissertação a partir de narrativas obtidas oralmente com entrevistados⁸, moradores e ex-moradores da comunidade de Três Barras que vivenciaram, junto com os tropeiros, as tramas dessa história local. O uso das memórias na pesquisa atende a necessidade de se estudar os patrimônios culturais, também sob a ótica das memórias, pois, impregnados delas, são os elos pelos quais as pessoas, de forma individual ou coletiva, acessam suas lembranças.

No terceiro capítulo, finalizo este trabalho com a apresentação de um material didático, discutindo as maneiras como ele foi pensado e produzido, atendendo as necessidades que, durante toda a pesquisa, se apresentaram no sentido de oferecer algo capaz de motivar o estudo de uma história local não abordada nos currículos escolares. Cabe dizer que esse capítulo foi justamente o material que deu volumes a *Bruaca da História* em formato a ser encaminhando as escolas. O primeiro é o volume com as 10 atividades pensadas para os estudantes e o segundo é um caderno endereçado aos professores e professoras.

É importante reforçar que a “*Bruaca da História*” foi pensada e construída com a finalidade de ampliar o conhecimento histórico de Orleans a partir da inclusão do tropeirismo dentro do Ensino de História e dentro do ambiente escolar utilizando para isso diferentes abordagens e fontes que esse material didático oferece. Que os diferentes saberes, os saberes locais e suas representações culturais, materiais ou não, possam encontrar na escola esse espaço democrático e inclusivo que tanto desejamos e defendemos. E que a

8 O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética. Número do Parecer: 3.787.510. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se no APÊNDICE B deste trabalho.

partir dela, outros espaços para a discussão da temática local e seus remanescentes culturais possam ser também espaços de difusão do conhecimento sobre o nosso passado.

1. PATRIMÔNIO, ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL

1.1. CONHECER O PASSADO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Este nosso presente, tão marcado pelo passado através dos nossos remanescentes culturais, que revelam as marcas da nossa história em diferentes espaços e temporalidades e nos fazem pensar no quanto de passado há no nosso presente. Essas marcas estão visíveis naquilo que produzimos e transformamos ao longo de séculos. É o que podemos chamar de cultura. Cultura⁹ é a maneira como nos relacionamos com o mundo, o nosso filtro de entender e compreender a realidade. Para Bauman, “a cultura humana é um sistema de significação e uma de suas funções universalmente admitidas é ordenar o ambiente humano e padronizar as relações entre os homens”. (2012, p. 141). Ou seja, cultura é um elemento de coesão social.

Assim, reconhecer a cultura e suas diferentes manifestações torna-se parte significativa da história de uma sociedade ou grupo social e estabelecer com elas uma relação afetiva, emocional ou simbólica, passa pela apropriação que temos dessas marcas como constituidoras da nossa própria formação individual e do sentimento de pertencer a um lugar, a uma história.

Dessa forma, para Rodrigues (2001),

[...] além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva. (RODRIGUES, 2001, p. 17).

Mas não apenas os remanescentes materiais da cultura são testemunhos de experiências do passado. Importante salientar que além deles, temos também os remanescentes imateriais, o intangível, os saberes e fazeres de um povo, que dizem muito sobre a sua história.

Durante muito tempo, patrimônios culturais eram vistos apenas como monumentos de pedra e tijolos mantidos pelo Estado ou objetos preservados em museus. Mas patrimônio cultural é algo que vai além de características materiais, embora seja discutido, atualmente, que toda materialidade está impregnada de imaterialidade e vice-versa (MENEZES, 2012). A Constituição Brasileira, em seu artigo 216, conceitua patrimônio cultural como sendo os bens

9 Seminário sobre Diversidade Cultural, Patrimônio e Memória – Flávio de Lemos Carsalade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ECywS1eoUNS>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

“de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1988). Esses bens culturais formam um conjunto diversificado e amplo de saberes, fazeres, e traduzem, materialmente ou imaterialmente, a nossa história ao longo dos séculos. Nas palavras de Gilberto Gil:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a gíngua, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente [...]. (IPHAN, 2008, *apud* FLORENCIO *et al.*, 2012, p. 14).

Nesse sentido, Grunberg, Horta e Monteiro (1999), afirmam que

Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva de uma comunidade. (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 07).

Nesse contexto de aspectos múltiplos, assumem os patrimônios culturais funções estratégicas por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram suas memórias e suas identidades, buscando para elas um lugar público de reconhecimento (GONÇALVES, 2002).

É importante lembrar que toda sociedade é composta por inúmeros patrimônios culturais, que existem com a intervenção ou não do poder público, pois os valores culturais atribuídos aos patrimônios não são criados pelo poder público, mas pela sociedade (MENEZES, 2012). No entanto, sempre que há a seleção de bens a serem preservados, isso acontece, quase sempre, sem uma discussão coletiva, o que enfatiza a preservação de bens culturais produzidos pelas elites. (TAMANINI; PEIXER; 2015). Isso tem provocado, ao longo do tempo, um distanciamento histórico de parcelas da sociedade que não se veem incluídas na história que determinados patrimônios representam. Um distanciamento histórico que acaba dando força à ideia de que determinados bens não são preservados porque não se conhece a sua história. Nas palavras de Scifoni (2017), por exemplo, culpabiliza a própria população pela falta de preservação dos patrimônios, além de não apresentar outras dificuldades nesse sentido, como a falta de interesse do poder público e interesses imobiliários. Mas o fato é que, infelizmente, existe uma noção limitada do que é patrimônio cultural e da sua importância na formação das sociedades. E além desses fatores todos, temos

a própria problemática educacional que ao mesmo tempo em que defende a inserção da questão do patrimônio dentro do ensino — como será apresentado no próximo subcapítulo — ainda não oferece condições para que a temática seja de fato aplicada. E, assim, este deixa de ser o espaço por excelência nas abordagens que poderiam contribuir para um conhecimento histórico a partir de patrimônios culturais e de uma aproximação entre grupos sociais e seus remanescentes culturais.

Atualmente, uma mudança é operada nesse sentido e, paulatinamente, grupos que foram marginalizados historicamente lutam para ganhar seu espaço, legitimar e preservar as memórias de seus remanescentes culturais. Importante dizer que essas conquistas advêm de lutas políticas e sociais que ainda não cessaram e que ganham força através de políticas públicas educacionais voltadas para a questão dos patrimônios, mesmo que estas ainda encontrem dificuldades na sua aplicabilidade, conforme citado no parágrafo anterior. Portanto, ao me propor elaborar um conjunto de atividades em que um patrimônio representativo de uma parcela da população de Orleans seja apresentado e estudado, pretendo contribuir com a aplicabilidade do tema, oportunizando seu conhecimento e valorização.

Para Saballa (2007),

Aos indivíduos é permitida a realização da leitura do mundo no qual se inserem, percebendo-se como parte integrante de um grupo. A noção de pertença leva à mobilização, concebendo o sentido da participação e integração pelo elaborado e projetado na coletividade, pelo valor partilhado, restabelecendo assim, o passado através de objetos pertencentes ao seu universo, percebendo-se sujeitos na história. Como agentes transformadores elegem os patrimônios que tenham sentido para o conjunto e buscam o sentido coletivo do reconhecimento da similitude. (SABALLA, 2007, p. 24)

A questão que envolve a preservação ou não de patrimônios culturais é ampla, mas defendo ser a escola e o Ensino de História os espaços em que essas questões devam ser colocadas como prioritárias. Cabe salientar, no entanto, que qualquer espaço de interação social pode ser utilizado para um educar para as questões do patrimônio.

Nesse tocante, Dermarchi nos diz que:

Se a trajetória do patrimônio nacional é uma história de imposições, de decisões centralizadas e que privilegia uma certa narrativa da história, a educação patrimonial deve ser a vanguarda do movimento que repense o patrimônio – ampliando sua concepção – e a relação da sociedade com sua cultura material e imaterial. Se a definição estatal do patrimônio tem o poder de instaurar verdades e é um meio de opressão, uma vez que a seleção de reconhecimento do que é o patrimônio oficial é uma seleção arbitrária e centralizada, a educação patrimonial deve assumir o seu condão de propor outras leituras do patrimônio cultural.[...]. Neste duplo movimento em que problematiza o patrimônio e cria nos homens a consciência de sua tarefa

histórica, a educação patrimonial articula tanto o passado e o presente, quanto o futuro. (DERMACHI, 2016, p. 280).

Uma das ações educativas centradas no patrimônio é a Educação Patrimonial. O termo deriva de um conjunto de ações educativas que tendem a promover uma sensibilização sobre a diversidade de remanescentes culturais deixados por diferentes grupos sociais e sua importância na formação das sociedades. De acordo com a Coordenação de Educação Patrimonial - CEDUC¹⁰, a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural. Este, por sua vez, é apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

O estudo dos patrimônios culturais contribuirá para aproximar as políticas públicas dos contextos multiétnicos, multirreligiosos e extremamente heterogêneos, que caracterizam as sociedades contemporâneas. Segundo Matozzi (2008), graças ao uso dos bens culturais o aluno adquire conhecimentos sobre o território e sobre os problemas da sua gestão e pode tornar-se um cidadão consciente, interessado e crítico.

Partindo da escola, portanto, acredito ser capaz de desenvolvermos ações onde os patrimônios culturais das comunidades possam ser conhecidos por elas próprias através de práticas educacionais voltadas para este fim, e que, extramuros, essas práticas favoreçam a disseminação desses conhecimentos para todos aqueles que ali se encontram, sejam como estudantes, moradores ou mesmo visitantes desses locais. Que o espaço escolar seja também aquele que acolha a comunidade e seus saberes; que acolha aqueles que vêm de outros lugares e vivências. Através de projetos educacionais que permitam a abertura para a socialização de saberes, a escola passará a ser vista como um lugar real de inclusão, como um espaço democrático que tanto desejamos. Um espaço onde as histórias e os saberes das pessoas comuns também ganhem seu lugar nas ações educativas que favoreçam um Ensino de História onde os contextos culturais em que as pessoas vivem, sejam percebidos também como contextos educativos. Essas ações permitem ir além do conhecer para preservar. São capazes

10 Coordenação de Educação Patrimonial, órgão do IPHAN que visa o desenvolvimento de discussões e ações importantes para a estruturação da Educação Patrimonial.

de promover uma sensibilização sobre nossos patrimônios, levando em consideração os grupos sociais envolvidos, favorecendo reflexões sobre o passado.

1.2 ENSINO DE HISTÓRIA E O ESTUDO DOS PATRIMÔNIOS

Muito se discute sobre o sentido da disciplina de História e diferentes pesquisas e dados já foram levantados nesse ínterim. Essa busca por sentido tem movido pesquisadores a buscarem respostas que nos indicaram ser o estudo da História algo fundamental na compreensão da vida, pessoal ou coletiva. Mas minha vivência como professora de História ainda requer de mim constantes reelaborações e discussões sobre a importância de se estudar e ensinar História, tendo em vista tantos desafios que a sociedade atual impõe aos educadores. Desafios marcados pela enxurrada de informações que nos chegam de todos os lados e por tantos meios, principalmente, pelos meios de comunicação. Nesse sentido, inicio essa discussão a partir da análise de um questionamento comum, feito por alunos em diferentes níveis de escolarização e que darão sentido às discussões apresentadas neste capítulo: por que estudar História?

Em tempos atuais, um questionamento desse teor serve para que pensemos na nossa prática docente e nos momentos em que ela guarda o que poderíamos chamar de traços tradicionais que em nada favorecem uma vivência histórica com sentido.

A reação dos alunos à história nas salas de aula, que se apresenta na forma de aversão ou de apatia frente ao que é ensinado, quando afirmam que não sabem para que estudam isso ou que a história não tem função ou sentido, demonstra que até o presente há um considerável emprego da ideia de história como fatos isolados e não como processo, como matéria decorativa e não interpretativa. (BARBOSA, 2006, p.63).

Diante do exposto, percebe-se que há de se pensar ainda no quanto acredita-se ser o Ensino de História um amontoado de informações – escritas — sem relações e conexões entre fatos, sujeitos históricos e períodos. Ou ainda, a ideia de que para estudar História basta fazer leituras e decorar informações. Mas mesmo diante de interpretações como as citadas acima, o que vem se operando no sentido de mudança no Ensino de História como disciplina escolar, desde os anos de 1980 e mais precisamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BITTENCOURT, 2018) é algo que vale uma retrospectiva para que possamos entender esse processo.

De acordo com Circe Bittencourt (2018),

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de “grandes homens” para uma “nova” disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial. (BITTENCOURT, 2018, p. 127).

Dessa forma, ao incorporar outros grupos e sujeitos até então ignorados nos estudos históricos e permitir que aqueles se encontrem nesse processo, temos outros sentidos na (e para a) disciplina. O Ensino de História como área de conhecimento, capaz de provocar uma aprendizagem com sentido prático, parte dessas questões sociais também. Afinal, que interesse eu teria em estudar uma disciplina que ignora meu povo ou grupo social? Como consequência, parte também da preocupação em mudar as práticas de ensino, fazendo do aluno um ser crítico, capaz de questionar e de construir conhecimento acompanhado de professores dentro do processo de ensino-aprendizagem. (PAIM; PICOLLI, 2007).

Para Fonseca (2003):

Ensinar história requer um diálogo permanente com diferentes saberes, produzidos em diferentes níveis e espaços. Requer do professor interrogações sobre a natureza, a origem e o lugar ocupado por esses diferentes saberes, que norteiam e asseguram sua prática em sala de aula. Os saberes que dialogam no interior do processo educativo, em sala de aula, são provenientes de diversas fontes. (FONSECA, 2003, p. 118)

Atualmente, o documento que traz orientações sobre o Ensino de História é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, de acordo com esse texto:

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. (BNCC, 2018, p. 3980).

Por conseguinte, o Ensino de História na atualidade deve orientar estudantes e professores para uma “atitude historiadora” em que possam construir, com base na identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise (BNCC, 2018), um

conhecimento histórico que os envolva e os coloque frente a frente com o passado de forma crítica e construtiva.

Nesse sentido, cabe acrescentar que, segundo Marques, Pegoraro, Silva (2019):

A BNCC define aquilo que todos os alunos têm o direito de aprender, independentemente da região e do local onde estudem. Embora algumas pessoas (pesquisadores, gestores, docentes e discentes) tenham se manifestado contrárias a esse documento, alegando que qualquer tipo de padronização infringe o direito às diferenças e rouba a autonomia das escolas e dos professores, outros entendem como necessário estabelecer conteúdos e competências que os alunos devem aprender em cada ano de formação na educação básica, bem como as disciplinas obrigatórias. É importante destacar que cabe a cada sistema, rede de ensino e instituição complementar essa base com uma parte diversificada que atenda as especificidades regionais e locais. Nesse sentido, nos parece bastante claro que a BNCC não pretende universalizar uma proposta curricular fechada, mas garantir aos estudantes os direitos igualitários de aprendizagem em um país com tantas diferenças sociais e econômicas. (MARQUES; PEGORARO; SILVA, 2019, p. 272).

Assim sendo, mesmo observando que as diretrizes educacionais venham nos apontando para a direção dos temas locais, partindo da realidade cultural e histórica dos(as) estudantes, muitas vezes mantemos um padrão eurocêntrico que privilegia a “história dos outros” em detrimento da nossa. Ou seja, deixamos de lado, muitas vezes, questões mais próximas dos estudantes.

Para transformar essa realidade, uma das temáticas possíveis no Ensino de História é o estudo do patrimônio. Em relação a essa temática, o trato com os bens culturais partindo de uma temática local e dos seus remanescentes pode apontar caminhos que orientem os estudantes nesse encontro com suas histórias a partir dos patrimônios. Dessa forma, o trabalho proposto provoca esse encontro dentro do Ensino de História, colocando os(as) estudantes em contato com fontes históricas diferenciadas sobre a temática do tropeirismo no Brasil, mas principalmente, sobre o tropeirismo local e suas características próprias desenvolvidas no interior do município de Orleans.

É preciso salientar, contudo, que a nossa história não é algo isolado, mas conectado com outros eventos históricos. Assim, torna-se necessário discutir com os estudantes, conjuntamente, que é preciso conhecer o passado e nossas histórias sem deixar de levar em consideração as relações que se desenvolveram e se desenvolvem entre elas e diferentes grupos sociais em diferentes espaços e temporalidades. Um Ensino de História democrático e inclusivo é aquele que permite olhares de respeito e solidariedade às inúmeras histórias e manifestações culturais.

Diante disso tudo, as novas abordagens do Ensino de História tendem a auxiliar o professor no grande desafio de ensinar história e dar sentido à disciplina, principalmente neste momento em que vivemos, expostos a uma imensa rede de informações rápidas e superficiais.

Nesse sentido, Caimi (2009) afirma que

[...] os desafios que se colocam para os profissionais da história que atuam nos níveis iniciais de escolarização – ensino fundamental e médio – são gigantescos e podem ser traduzidos na seguinte ideia: temos de trabalhar para a superação da tradição verbalista da história escolar, cuja ênfase recai, invariavelmente, na aquisição cumulativa de informações factuais sobre o passado que podem tornar-se mais ou menos atrativas na medida em que sejam “adornadas” com determinados elementos de ordem metodológica e/ou temática. (CAIMI, 2009, p. 66).

Esta pesquisadora ainda nos alerta que desde que se admitiu, em assuntos pedagógicos, que o conhecimento não é uma cópia da realidade e que para conhecer um objeto não basta simplesmente olhá-lo e dele fazer uma imagem mental, a tarefa de ensinar – ensinar história, em especial – tornou-se uma das mais complexas e desafiadoras da nossa época. Ela ressalta que, para conhecer um objeto, é necessário agir sobre ele. O que está em jogo num processo de aprendizagem é a transformação de algo que vem de fora em algo reconstruído por dentro, uma vez que conhecer consiste em modificar, transformar para si o objeto, compreender como ele é construído e o processo de sua transformação. Diante disso, cabe dizer que ao propor a temática do tropeirismo através de um conjunto de materiais didáticos mobilizados para este fim, pretendo contribuir com o Ensino de História, lançando sobre ele essas abordagens diferenciadas, a fim de reforçar o seu sentido enquanto disciplina escolar que incentiva a formulação de hipóteses, a busca por respostas e a construção de significados para a vida dos estudantes.

Sobre esta relação do aprendizado histórico como processo de formação, Rüsen afirma que:

Com suas pretensões de racionalidade, a ciência da história é eficaz na prática como formação histórica. Sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar historicamente a vida prática. [...] Ela é a capacidade das pessoas de construir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural da orientação da sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. [...] Sua qualidade específica consiste em (re) elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo, (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida. (RÜSEN, 2007, p. 104).

Em diálogo com Rüsen, é possível compreender que o Ensino de História tem potencialidade para promover orientações para a vida dos estudantes ao estabelecer reflexões sobre o passado e o presente a fim de que eles se reconheçam em um contexto histórico passível de rupturas e permanências. O que torna factível a reelaboração do passado e a transformação o presente, sempre que haja necessidade e, com isso, a tecitura de reinterpretções para o mundo em que estamos inseridos. “Por esse caminho, tratar do tema Ensino de História demanda inicialmente reconhecer que, se a palavra história pode designar um modo específico de investigação, pode também referir-se a vivência humana percebida de diferentes maneiras pelos atores sociais.” (TOLEDO, 2016, p. 327).

Além disso, muito se fala sobre a importância da história no desenvolvimento da cidadania. Nesse tocante, Barton (2004), defende que

Os cidadãos não escolhem meramente, julgam opções e possibilidades sob circunstâncias de incertezas. A História pode contribuir para desenvolver esse pensamento de duas maneiras. A primeira é dando aos alunos algo para reflectirem. Por isto, eu entendo que a História deverá ajudar os estudantes a compreender que as instituições, as atitudes e os modelos sociais que vivemos hoje são um resultado de um processo histórico. A nossa economia, o nosso sistema político, as nossas crenças e práticas culturais não foram escritas numa pedra – não são inatas, intemporais ou universais. São produtos do passado, de eventos, de decisões específicas ou de processos a longo prazo, e se pretendemos preparar os estudantes para se comprometerem numa discussão reflectida dos assuntos públicos, então temos que os ajudar a compreender como o passado contribui para o presente. Esta pode ser a contribuição específica da História [...]. (BARTON, 2004, p. 16).

Uma prática histórica cidadã requer, nesse sentido, um olhar crítico sobre os eventos do passado e sobre a maneira que eles ainda se articulam no presente. Um cenário possível e facilitador nesse sentido é o estudo dos patrimônios ao passo que se questiona de que maneira eles marcam ou marcaram a vida de uma sociedade ou grupo social até o momento. Essa interlocução entre passado e o estudo dos patrimônios favorecerá uma tomada de posição na medida em que os sujeitos ali representados possam compreender sua história e dialogar com ela.

Para Zarbato,

[...] a ligação entre o conhecimento sobre o patrimônio cultural, que representa a história de diferentes grupos, em diferentes localidades e a socialização, preservação e manutenção das identidades culturais, tem nos espaços educativos,[...] um campo fértil para a Educação de diferentes gerações. (ZARBATO, 2015, p.78).

Essa forma de compreender o ensino, portanto, dialoga mais com a perspectiva do desenvolvimento de habilidades cognitivas do que com a memorização e reprodução de

informações. Assim, problematizar, elaborar hipóteses, comparar ideias, com a inferência e a tomada de posição, por parte do aluno, o professor deve desafiá-lo a resolver o desequilíbrio gerado em sua estrutura cognitiva como contraparte ao conflito gerado pelo encontro da informação do senso comum com a informação gerada no ambiente científico. (FREITAS; OLIVEIRA, 2015). Portanto, aos professores, a utilização de objetos culturais (neste trabalho, objetos culturais ligados ao tropeirismo) em sala de aula, entra como peças-chaves no desenvolvimento das habilidades citadas acima e não como mera ilustração das aulas, possibilitando uma aprendizagem que acreditamos ser, de fato, significativa.

É atuando nestes desafios — de incluir temáticas diferenciadas nos currículos ou novas abordagens que permitam um posicionamento crítico e investigativo sobre elas - que o Ensino de História tem a função de promover a cidadania. Nesse contexto, a escola, por ser um instrumento próximo no que diz respeito ao acesso à cultura produzida nas comunidades e no país em geral, pode promover encontros entre saberes locais e realidades proximais. “A escola como espaço de sociabilidade e de circulação de éticas cristalizadoras de identidades coletivas, é, por excelência um locus privilegiado para a análise de cruzamentos e complementariedade entre valores universais e locais.” (NASCIMENTO JUNIOR, 2016, p. 58). Dessa forma, torna-se um lugar capaz de provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, despertando nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (HORTA, 1999).

Tais questões dão aos alunos a possibilidade de melhor compreender o cenário da sua vida. A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (MORAES, 2005). Sendo assim, o Ensino de História tende a desenvolver uma postura crítica em relação ao passado e seus remanescentes culturais nas sociedades em que os/as estudantes estão inseridos, ampliando a percepção de que ele pode ajudar na compreensão daquilo que encontramos no presente e das formas como somos representados nele.

A perspectiva crítica ante o passado e a atenção para o que no presente é sua ressonância, como a temática do Patrimônio, pode ser lida no próprio enunciado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,¹¹ que preconiza, no seu artigo 1º, a educação como

11 Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 que rege o sistema educacional brasileiro (BRASIL, 1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

“processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas **manifestações culturais.**” (BRASIL, 1996, grifo nosso). O que também está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular,¹² que diz que, no Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, pela acentuada diversidade cultural e por profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. Para Zarbato,

Pensar numa educação voltada para a preservação, divulgação, socialização e produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural material e imaterial coloca em discussão as ações que são realizadas nas aulas de história. Em que assumimos o compromisso com a memória de diferentes gerações, que imprimem novas abordagens curriculares, posicionamentos profissionais, aproximando o passado histórico do presente e fundamentando práticas de valorização no futuro. (ZARBATO, 2015, p. 89).

Portanto, ao garantirmos a aplicabilidade dos pressupostos educacionais voltados para o Ensino de História e o Patrimônio, assumiremos, de fato, um compromisso com a educação em que o passado e suas manifestações culturais sejam compreendidos no presente como marcas de inumeráveis gerações. Isto posto, ao favorecer a aproximação entre o passado e o presente através do estudo dos patrimônios, o Ensino de História cria condições para que os /as estudantes façam releituras históricas desses patrimônios mundiais, nacionais e locais ao mesmo tempo em que cria condições para o desenvolvimento de atitudes de respeito e valorização de histórias e seus remanescentes culturais.

Saliento, ainda, que há cada vez mais necessidade de garantirmos o estudo dos patrimônios locais ao estudo da História Local, conforme orienta a BNCC, o que será discutido no subcapítulo seguinte.

12Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf Acesso em 05 de setembro de 2019.

1.3 ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL

Encontra-se a História Local “dobrando a esquina e descendo a rua. Pode-se ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.” (SAMUEL, 1989, p. 220). Alguns lugares e algumas qualidades da História Local são exemplificados nos fragmentos acima. Evidencio aqui, também, outras possibilidades que a História Local nos apresenta: a de nos colocar de frente para histórias comuns, a narrativas diferenciadas sobre nosso passado distante ou recente e de, acima de tudo, permitir a compreensão de que estamos a todo tempo fazendo história, estejamos nós vivendo em um grande centro urbano do século passado ou numa remota comunidade de um município no sul do Brasil. Mas o local tão próximo geograficamente pode estar historicamente muito distante de nós, quando nos são negadas as chances de o conhecermos. Sendo assim, dentro do Ensino de História, a História Local precisa ocupar um espaço em que seja possível reforçar a importância de ouvir ecos que ainda ressoam na história de uma sociedade e que, infelizmente, são abafados pelos gritos de poder de determinados grupos sociais.

Em relação ao Patrimônio, para que se possa apreender as múltiplas versões e olhares em que a História Local se fundamenta e se constitui, a disciplina assenta-se por meio de diversas memórias disseminadas nos mais diferenciados sujeitos sociais (ZARBATO, 2015). Logo, a importância da História Local e do estudo do patrimônio cultural, dentro do Ensino de História, visa a valorização de temáticas plurais sobre a história de diferentes grupos e sociedades que compõem a realidade de determinadas temporalidades e espaços de vivência, contribuindo para um Ensino de História democrático e inclusivo.

Nas escolas, a disciplina, além de permitir o alcance de temáticas relacionadas à formação de uma sociedade, atua no reforço de seus laços e, na esfera individual, na própria noção de pertencimento a aquilo que lhe é próprio e que está territorialmente próximo. Permite, tão logo, a superação da História Tradicional, ao possibilitar, por exemplo, a evidência de aspectos particulares das comunidades em conexão com aspectos das temáticas da formação nacional.

Para Fagundes (2006, p. 21):

O interesse [...] parte do entendimento de que o local, na condição de objeto de estudo e ensino, oferece novas possibilidades de análise, quando confrontado com escalas espaciais mais amplas, como a regional, a nacional e a mundial.

Para Bittencourt (2008), a História Local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários aspectos de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer — e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. Para esses autores, a necessidade da História Local encontra-se na falta de conhecimento e entendimento de que nossa vida cotidiana está em constante contato com nosso passado e que, quando a identificamos nele, compreendemos melhor nosso presente e nossa maneira de agir perante as situações do dia a dia.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) defende a relevância de selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas e de buscar conteúdos complementares, a fim de viabilizar e reconhecer ritmos de ensino e aprendizagem diferenciados, e, por extensão, trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades. Antes desse documento, também os Parâmetros Curriculares Nacionais¹³ já orientavam que: A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional. Ela tem sido compreendida como “história do lugar”. Nesse aspecto, a localidade tem-se tornado objeto de investigação e ponto de partida para a produção de conhecimentos sobre o passado. É a partir do local que o aluno começa a construir sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil, no sentido de que faz prevalecer seu direito de acesso aos bens culturais, sendo eles materiais ou não materiais.

Ao estudar os bens culturais de uma comunidade, colocamos como ponto de partida a própria história do lugar, para, a partir daí, alcançarmos uma escala espacial e histórica maior. Ao propor, dessa forma, o conhecimento da história da atividade tropeira e sua importância na formação do município de Orleans, colocamos em evidência uma história local, mas sem deixar de referenciar essa história com a história do tropeirismo em escala regional e nacional. Nessa perspectiva, o componente de História, de acordo com o Currículo Base do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019, p. 22), possibilita a constituição do estado de pertencimento, por meio do tempo e do espaço.

13 Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/ensino-de-historia-memoria-e-historia-local/44834>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

Assim, para Toledo (2010), a história local interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados, na contemporaneidade, pelo poder político e econômico, sob a forma estrutural de “bairros” e “cidades”.

Também nesse sentido, Barbosa salienta que:

[...] o ensino da história local ganha significado e importância [...] exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação do raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. (BARBOSA, 2006, p. 66).

Para isso, o ensino de História Local assume algumas características, de acordo com Toledo (2010):

- a) é uma história que parte da situação presente para se reportar ao passado;
- b) embora também se faça no trato com dados quantitativos, é uma história mais qualitativa do que quantitativa;
- c) é uma história setorial e limitada nas suas ambições de generalizações, embora possa oferecer elementos para a confirmação de hipóteses mais gerais;
- d) é uma história concreta que, através da aproximação da vida cotidiana e do conhecimento empírico, busca atingir mediações com outros espaços e temporalidades sociais;
- e) é uma história de caráter monográfico. Tende a produzir menos esforços de síntese do processo histórico nacional, pretendendo-se mais monográfica, mais atenta ao tratamento das fontes e às questões de método.

Com base nestas características, pretende-se não uma substituição da história nacional e mundial mas um conhecimento de que os municípios, as localidades possuem uma história e que esta deve ser também conhecida e preservada. Não é negar a importância da história nacional e mundial, mas permitir que outras histórias, histórias de pequenos lugares, história nos pequenos eventos do cotidiano, sejam incluídas.

Destarte, Paim e Picolli (2007) afirmam que

Evidentemente, não se pretende acabar com a construção de uma identidade nacional. Pelo contrário, qualquer projeto de busca pela compreensão da memória nacional tem que considerar as diferenças regionais e locais. Assim, o que se quer é, justamente, destacar as diferenças locais e regionais, mostrando e valorizando não o que é genérico, e sim o que é próprio, peculiar de cada local, possibilitando virem à tona os diferentes sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, seu modo de vida, enfim, com sua cultura. (PAIM e PICOLLI, 2007, p. 113).

Pelo exposto, entende-se que o ensino de História Local procura trazer para a realidade proximal dos alunos a sua própria história, fazendo com que eles percebam suas micro-histórias relacionadas a eventos de caráter macro. E possibilitar esse encontro do micro com o macro, analisando suas formas de ligação, interação ou mesmo diferenças, sensibilizará os estudantes no sentido de compreenderem a realidade histórica da sua comunidade, percebendo-se como parte integrante dessa realidade. Ao mesmo tempo, tornar-se-iam capazes de desenvolver sentimentos de valorização e de respeito às inúmeras identidades culturais e sociais em que estão expostos.

Tal perspectiva permite que os alunos de uma determinada escola compreendam, apalpando, diferentes aspectos da história do Brasil e de suas relações com o mundo, ao terem como referência o espaço e a história do lugar onde vivem. Leva-os a entender, no sentido inverso, que a história mundial, nacional e regional chega ao seu bairro, à sua rua, à sua sala de aula, articulada entre si e explicando muito do cotidiano dos que ali viveram no passado, ou o que eles próprios (os alunos) vivem na atualidade. (SANTOS, 2002, p. 111).

Utilizar o espaço da sala de aula para demonstrar a relevância da preservação e valorização da nossa própria história como elemento de compreensão de nossos pensamentos, atitudes e maneiras de agir; demonstrar a riqueza da história que está ao nosso lado, nas ruas, monumentos, em nossa própria casa, é tornar visível as marcas do que fomos e que nos formam.

Para Zarbato,

Relacionar o que as pessoas registram em suas memórias sobre a inserção do patrimônio cultural na história local, nos dá a dimensão do entendimento do reconhecimento cultural e social de diferentes grupos e, sendo transposto no ensino de história, possibilita que a pesquisa histórico-didática a importância que a história local seja compreendida como elementos formadores da cultura histórica e da cidadania. (ZARBATO, 2015, p. 89).

Durante muito tempo o Ensino de História valorizou grandes fatos, heróis e personalidades, principalmente da História Universal. Isso nos induzia a uma compreensão histórica onde os fatos corriqueiros e tão conhecidos nossos, eram elementos sem valor e importância. Criou-se uma concepção de que havia histórias e culturas mais importantes do que outras, e que a história dos outros era melhor e mais importante que a nossa. Conhecer histórias de variados grupos em diferentes espaços e temporalidades é alargar nossos horizontes sobre a riqueza que é a pluralidade histórica e cultural e ao mesmo tempo, desenvolver sentimentos de solidariedade e respeito. Nossa identidade está, ao mesmo tempo, no cotidiano de nossas vidas, no local e nas atividades em que trabalhamos, no lar e na

família, na escola, na vizinhança e na rua onde residimos. Está presente nos hábitos, nos costumes e nas relações que as pessoas mantêm entre si e como indivíduos, no lugar onde vivem (SANTOS, 2002). E é a partir do contato com aquilo que se mostra diferente dos nossos modos de vida que também a encontramos.

Enquanto educadora e profissional da História, proponho-me a contribuir com a temática da História Local, através do material pedagógico que produzi. Constituído por diferentes fontes históricas, este material dá ênfase a uma história local e poderá ser uma ferramenta de estudos sobre a temática do tropeirismo — para alunos e para professores também. Mobilizando situações de aprendizagem em que seja possível conhecer, registrar, analisar, criar e transformar, essa história local e seus remanescentes culturais tornam-se passíveis de conhecimento e reconhecimento de que são partes integrantes da formação histórica do município de Orleans.

Seguimos na incansável tarefa de ensinar história em um mundo que costuma descartar o antigo em detrimento do novo. Um mundo altamente informatizado, de tecnologias velozes, capazes de nos conectar com diferentes lugares, mas impossibilitado ainda de promover a conexão conosco mesmo e com nossas identidades históricas e culturais. Imersos nesse turbilhão de fatos e histórias, perguntamo-nos: qual é o lugar que ocupamos dentro desses eventos? Para responder a essa indagação, permito-me dizer que saberemos encontrar-nos dentro desses eventos se levarmos em consideração o nosso ponto de partida enquanto sujeitos, ou seja, do lugar que ocupamos dentro da nossa própria história, das nossas relações com o local e com nossas produções culturais. Portanto, inserir as temáticas locais e suas culturas no Ensino de História é umas das maneiras de reforçar nossos laços identitários, o que permitirá estarmos imersos nesse turbilhão de histórias e culturas sabendo quem somos e de onde viemos.

2. TROPEIRISMO – HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

2.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O TROPEIRISMO NO BRASIL

A história do Brasil é marcada por diferentes ciclos econômicos. O ciclo do Tropeirismo —objeto de discussão nesse capítulo— foi de grande importância econômica e social e garantiu a expansão e ocupação do território brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Sua notoriedade residiu na consolidação do território, ligada à política portuguesa de ocupação e manutenção das regiões fronteiriças, como na circulação e abastecimento interno (MOTTA, 2006). Para Silva (2009), muitos trabalhos de pesquisa realizados, principalmente no campo da História, sobre o tropeirismo foram centrados na análise dos tropeiros como agentes que, de diferentes formas e intensidades, dinamizaram o mercado interno colonial e integradora da sociedade brasileira. Sua história é marcada por fases diferenciadas ao longo do tempo, mas seu início coincide com o ciclo da mineração na região sudeste do país no século XVIII.

Segundo Piazza (1983), dada a necessidade de alimentos na área de mineração do Brasil Central, era cada vez maior a procura por carne para alimentação daquela população local. Sem falar na grande procura pelos animais de carga, de tração ou mesmo de sela para os serviços de transporte. Escravizados africanos e indígenas, que durante anos serviram como alternativa para esse tipo de trabalho, já não correspondiam mais às necessidades de transporte, cada vez mais exigentes. A alternativa encontrada para resolver a problemática de abastecimento da alimentação era buscar o gado bovino; e para a problemática dos transportes, os cavalos e, principalmente, os muares¹⁴, nos campos do sul¹⁵ do Brasil. Esse momento corresponde ao que poderíamos chamar de primeira fase da história do Tropeirismo.

14 Os muares, mulas e burros, são animais *híbridos* resultantes do cruzamento de um *jumento* com uma *égua*, ou de um *cavalo* com uma *jumenta*. A mula é o indivíduo fêmeo, resultante do cruzamento de um jumento com uma égua. O macho, resultante desse cruzamento, é chamado burro. Ambos pertencem à espécie denominada *muar*. Para a maioria das pessoas, o luar representa o ponto final na biologia dos *equídeos*, por ser um *híbrido estéril* resultante do cruzamento entre duas espécies diferentes. No entanto, apesar de estéreis, todos esses animais são de grande importância rural graças à sua resistência e docilidade. A esterilidade se explica devido ao fato de os cavalos possuírem número de cromossomos diferente dos jumentos. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-criacaodecavalos/artigos/muares-animais-de-carga-resistentes-inteligentes-de-facil-manejo-e-vida-longa> Acesso em 21 de julho de 2020.

De acordo com Walter Piazza, no seu livro Santa Catarina: sua história, de 1983, a origem do gado bovino se deu pelos jesuítas espanhóis que os introduziram no Paraguai no século XVI e de lá, para o as missões jesuíticas no Uruguai, no século XVII e conseqüentemente, ao atual Estado do Rio Grande do Sul. Lembrando que essa região nesse momento da história era um local de disputas fronteiriças. Até onde chegavam os limites da Coroa Portuguesa para o Sul era algo ainda incerto e da mesma foram os limites da Coroa Espanhola para o Norte. Já os cavalos foram também introduzidos nessa região pelos espanhóis no século XVI, no Paraguai e de lá para outras áreas do Sul do Brasil.

Esse gado, constituído por diferentes espécies, vagava solto aos milhares nos campos do Sul do país. Homens passaram a cruzar o interior do Brasil em busca desses animais. Os tropeiros, como foram chamados esses homens, conduziam as tropas desses animais do Sul até o Sudeste do país. Os tropeiros partiam de São Paulo e Laguna e chegavam até as regiões denominadas Vacaria dos Pinhais (terras do atual planalto catarinense e rio-grandense) e Vacaria do Mar (terras do atual litoral gaúcho). Nessas regiões, capturavam esses animais e os conduziam por longos e difíceis caminhos até o porto de Laguna.

Conduzido em compridas fileiras, pelas estreitas faixas de areia até o porto de Laguna, o gado era charqueado ou transportado vivo para São Paulo e Rio de Janeiro, seguindo então para Minas. Primeiro alguns tímidos rebanhos, depois, milhares de cabeças de diversas espécies. Eram inúmeras, entretanto, as dificuldades desse comércio que dependia de tortuosos caminhos, prejudicados pela proximidade da Serra do Mar e pelas dimensões que atingem os rios junto ao mar. Imaginou-se, então a abertura de um caminho que cortasse o planalto, indo diretamente dos campos sulinos para São Paulo, mais precisamente, Sorocaba, onde se realizavam as feiras e tratativas que acabavam por levar até as minas os preciosos animais (cavalos, bois, vacas e principalmente mulas, as mais adaptadas aos duros trabalhos nas minas). (CAMINHOS DE SANTA CATARINA, 2000.).

Nesse sentido, vários caminhos foram abertos visando a locomoção de grupos de homens destinados à busca de animais no Sul do Brasil.

A abertura dos primeiros caminhos no sul do Brasil remonta ao final do século XVII e início do século XVIII. O primeiro caminho utilizado para o comércio de animais foi o chamado Caminho da Praia, aberto no século XVII. Este seguia pela costa marítima, ligando a Colônia de Sacramento, no Uruguai, até Laguna e, deste porto, até as Capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo por via marítima. Seguindo pelo litoral, o traçado era realizado cruzando o Chuí, o canal de Rio Grande e atravessando os rios Tramandaí, Mampituba, Araranguá e Tubarão (HERBERTS, 2009, p.123).

Já o primeiro caminho totalmente terrestre foi aberto em 1728, por Francisco de Souza e Faria e ligava o litoral aos campos de cima da Serra. Fazia a interligação entre o Caminho da Praia e a Estrada de Sorocaba, ou seja, de Araranguá a Curitiba. Mas por apresentar várias dificuldades, como obrigar os tropeiros a subir e descer a Serra Geral foi aos poucos sendo abandonado. Assim, o traçado de Cristóvão Pereira Abreu, de 1731, conhecido como “Caminho do Sul” ou “Caminho de Cima da Serra”, permitiu a interiorização dos traçados, ligando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, até São Paulo pelos campos de cima da serra (HERBERTS, 2009).

Aberto no século XVIII, o “Caminho do Sul” ou “Caminho de Cima da Serra”, como ficou conhecido, era um trajeto de centenas de quilômetros que passava por terras

desconhecidas, parte dele passava pelos campos de Lages e seguia pelas terras do atual estado do Paraná até São Paulo. Este caminho “[...] não era de um único traçado, possuía variantes melhor transitáveis ou não, de acordo com a época do ano” (BRANCHER e ARENDE, 2001, p. 15) e sua abertura haveria de mudar todo um panorama histórico daquela região. (CAMINHOS DE SANTA CATARINA, 2000).

Figura 1 - Mapa das rotas das tropas de gado do sul até Sorocaba



Fonte: Piazza (1983, p. 168).

Ao longo dos caminhos das tropas, tanto no litoral quanto no planalto serrano catarinense, povoados foram surgindo. De maneira especial, a partir da abertura do Caminho de Cima da Serra, um ciclo povoador teve início na região. Surgiram as fazendas de invernadas ou locais de pouso para o descanso das tropas e tropeiros. E, com elas, certa quantidade de indivíduos para dar assistência aos tropeiros e aos animais. Logo, esses aglomerados de pessoas iniciavam um povoado, uma vila, uma cidade. “É o caso de algumas cidades catarinenses como São Joaquim, Rio Negrinho, Campos Novos, Mafra, Lages” (PREVE, 2009, p. 23). Configura-se, dessa forma, uma importante contribuição da atividade tropeira dentro da história de ocupação do território brasileiro e não somente no sul do Brasil, mas em todos os percursos por onde passavam tropas e tropeiros.

Nesse sentido, Straforini (2001) salienta que:

Homens cruzavam o interior do Brasil, estabelecendo rotas, trilhas, na busca dos muars (burros, mulas) e na utilização destes como meio de transporte. Nos seus lombos foram transportados de tudo um pouco. Uma complexa divisão social e territorial do trabalho se formou comandada pelos interesses de criar, vender, negociar e tanger esses animais, proporcionando assim, o surgimento de inúmeras vilas que, mais tarde, se tornariam cidades. (STRAFORINI, 2001, p. 21).

No entanto, para moradores da Ilha de Santa Catarina e Laguna, essa nova rota e suas facilidades contrastavam com a ameaça de declínio no desenvolvimento de suas cidades. Para Piazza (1983, p. 163), “tanto os habitantes da Ilha de Santa Catarina como os de Laguna não se mostravam favoráveis à abertura dessa via de comunicação pelo interior, pois, viria a prejudicar, sobretudo, o comércio e o desenvolvimento das duas povoações.”

Sendo assim, no ano de 1771, a Câmara de Laguna, sentindo o esvaziamento econômico de que fora vítima, com a abertura do “Caminho de Cima da Serra”, fez construir uma estrada, ligando-a ao planalto, mais precisamente a Lages, que acompanhava o curso do Rio Tubarão. Foi chamado de “Caminho do Tubarão.”¹⁶ (PIAZZA, 1983).

A partir desse momento, com a construção desse caminho, estavam ligadas as vilas de Lages e Laguna, tendo como consequência imediata, uma ligação comercial entre essas regiões. Importante ressaltar que o Tropeirismo, conforme mencionado anteriormente, surgiu da necessidade de levar gado para as regiões mineradoras mas não pode ser esquecido que, no desenrolar dessa atividade, uma intensa rede de trocas comerciais passou a existir entre os diferentes locais aonde esses homens e tropas iam passando. Esse é o segundo momento da história do tropeirismo no Brasil.

Sobre esse aspecto, Silva (2009) afirma que:

Cruzavam as campanhas, as planícies litorâneas, a serra e os Campos de Cima da Serra, atravessavam pradarias, serrados e planaltos. Deslocavam-se sobre o lombo de cavalos e mulas, conduzindo rebanhos de gado bovino, muar, ovino, suíno e equino, entre outros. Transportavam toda a sorte de mercadorias destinadas a suprir as necessidades de regiões localizadas a centenas de quilômetros. E, ao fazê-lo, acabavam por construir novas paisagens por onde passavam e estabeleciam caminhos, permeados por estruturas de apoio às suas lides. O conjunto dessas atividades de deslocamento e transporte de mercadorias é regularmente conhecido como tropeirismo, dado o caráter de formação de tropas e tropilhas de animais que ora apresentavam-se como meio de transporte, ora como a própria mercadoria a ser conduzida. (SILVA, 2009, p. 29).

16 De acordo com Walter Piazza, no seu livro “Santa Catarina: sua história” de 1983, parte desse caminho até Lages subia a Serra Geral na altura de onde hoje é a Serra do Rio do Rastro. Para João Leonir Dall’Alba no livro “Colonos e Mineiros no grande Orleans”, de 1986, esse caminho pela Serra Geral foi chamado de “Serra do Oratório”, praticamente ao lado da atual Serra do Rio do Rastro.

Sendo assim, de Lages desciam as mulas carregadas de charque, queijo, marmelada e pinhão; e de Laguna partiam os barcos de seu porto transportando sal, ferro, fazendas, peixe seco, atracando no então ancoradouro do “Poço Grande do Rio Tubarão” (de onde se iniciou provavelmente a formação do município de Tubarão), rumo à região serrana (PIAZZA, 1983).

Muitos pousos e muito comércio também se estabeleceram nesse trajeto que não era de um único traçado após a descida da Serra Geral. Uma série de ramificações permitia o encontro dos tropeiros com várias localidades até que chegassem a Laguna. O próprio caminho pela Serra Geral não era único. Vários caminhos se formaram ao longo dessa barreira natural. Citamos aqui o caminho da Serra do Imaruí que desembocava no interior do município de Orleans, sul de Santa Catarina, de que falaremos adiante.

Convém mencionar que em todos os trajetos por onde passavam os tropeiros, desde o início dessa atividade, uma série de contratempos marcou a vida de quem optou por transitar por esse Brasil de terras longínquas no lombo das mulas. Conforme já mencionado, as dificuldades dos caminhos eram muitas: rios caudalosos, matas fechadas, tempestades, as serras e os seus penhascos, enfrentamento com indígenas e, claro, no sul do Brasil, o frio extremo da região serrana. O inverno, sempre rigoroso nessa região, apresentava uma dificuldade a mais. Para essa e outras dificuldades, a indumentária tropeira atendia às necessidades da atividade. Especialmente para o frio, roupas feitas de pano muito grosso e resistente, chapéus de feltro, botas de couro até a altura das coxas e grandes mantas sobre os ombros, os ponchos (MOTTA, 2006).

A alimentação precisava ser portátil e resistente às longas jornadas. Portanto, charque, toucinho, feijão preto, farinha de mandioca eram os produtos mais consumidos. Bebida alcoólica também – fosse para os dias frios ou como remédio contra picada de insetos. Também o chimarrão, sempre acompanhado de “causos”. Dormiam usando como cobertura o próprio couro que cobria as cargas das mulas, como também utilizavam-no como tendas, caso fosse necessário. A fé e os cachorros também estavam presentes na vida e na lida tropeira. Com a primeira se buscava proteção divina contra raios e tempestades e com a segunda, ajuda contra feras no caminho e apoio para juntar os animais desgarrados (MOTTA, 2006).

Esses aspectos da cultura tropeira são muito marcantes. No entanto, não resumem a diversidade cultural do tropeirismo, já que as características dessa atividade assumiam condições diferenciadas de acordo com a região onde essa atividade era desenvolvida. Mas, algo que pode ser considerado aspecto comum dessa atividade, é o que diz Sell (2012):

Os tropeiros foram mesmo os “costureiros” do Brasil, como diz Solera, pois “costuraram” os diferentes modos de falar que iam encontrando em suas tropeadas, fundindo-os numa linguagem que ultrapassou os caminhos das tropas, ao longo dos quais foram “bordando” cidades. (SELL, 2012, p. 78).

Outros aspectos comuns, que ultrapassaram a questão econômica, foram o alargamento de fronteiras, a criação de cidades e todo um estilo próprio de vida desenvolvido por esses homens. O reconhecimento da importância dessa atividade para o Brasil é visto em muitas cidades onde o tropeirismo deixou suas marcas. Essas marcas ainda são visíveis, por exemplo, em caminhos que resistiram ao tempo e nas memórias de seus descendentes e através da memória que suas construções são capazes de provocar. Inclusive ao tratar da atividade tropeira em Orleans, no subcapítulo subsequente, encontraremos dados referentes a essas questões nas memórias registradas pelo Pe. João Leonir Dall’Alba. São registros que apresentam aspectos comuns da atividade tropeira junto de aspectos diferenciados em que características próprias dessa atividade foram desenvolvidas a partir da geografia e da cultura local. Para a História Local e o Ensino de História, essas memórias constituem-se como fontes de informação sobre o tropeirismo e foram analisadas em suas potencialidades tanto na escrita da dissertação quanto na elaboração das atividades pedagógicas da Bruaca da História.

2.2. ORLEANS, TRÊS BARRAS E O TROPEIRISMO

2.2.1. HISTÓRIA DE ORLEANS – A FUNDAÇÃO

A história oficial de Orleans é contada a partir de documentos que indicam o momento em que estas terras se configuraram em “patrimônio dotal” dado à princesa Isabel, por ocasião do seu casamento com o nobre Conde D’Eu. Dessa forma, a história de Orleans está ligada a história da monarquia brasileira por ter sido, no passado, território transformado em um presente de casamento. O imperador D. Pedro II destinou ao jovem casal, conforme era previsto na legislação da época, 98 léguas de terras nos estados de Santa Catarina e Sergipe. A lei n. 1904 de 17 de outubro de 1870 determinou as condições para a escolha, medição e destinação das terras e, em consequência, delimitaram em 1881 uma parte de 12 léguas quadradas entre os rios Tubarão e Braço do Norte para a colonização, tendo a partir daí a história da colonização dessa região. “Ao todo 98 léguas quadradas. Aqui formavam imensa extensão, cobrindo os atuais municípios de Orleans, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, parte de Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Muller.” (DALL’ALBA, 1986, p. 17).

Figura 2- Mapa dos atuais municípios que faziam parte do Patrimônio Dotal



Fonte: Tayse Borghezán Nicoladelli. Geógrafa e Professora.

A escolha dessa área (localizada onde hoje existem os municípios citados) não foi por acaso. Nas primeiras décadas do século XIX, descobriu-se carvão mineral nessa região do estado. A exploração do carvão e a construção de uma estrada de ferro para o transporte do mineral foram fatores decisivos nessa escolha. Esses fatores, segundo a monarquia, dariam vantagens à região, favorecendo sua posterior colonização.

Nesse sentido vale ressaltar uma narrativa apresentada por Dall’Alba (2003) que coloca desde esse momento os tropeiros em evidência: teriam sido eles os descobridores do carvão. De acordo com ele, foi durante um pouso que os tropeiros observaram algo que chamou atenção:

Ué! Seu Pedro será que estou vendo por não vendo? Olha isto. Nossa! Mas isto é pedra queimando! Juvêncio, Neco, todos, venham ver este troço nunca visto! Tropeiros e peonada ficam embasbacados vendo as pedras elevar-se em chamas e desfazer-se em cinzas. Cruzes! Te esconjuro! É obra do tinho. Pois não sentem o cheiro de enxofre? Cheiro de enxofre? É ele. Ninguém dormiu tranquilo. O cheiro de enxofre, os urros do leão baio, [...] fizeram com que a garrucha estivesse sempre à mão e a alma sempre encomendada a Deus. A notícia das pedras que ardem, serra abaixo correu célere pelos pousos. Tropas subiam, tropas desciam. De Laguna, o caso chegou até a corte. Pedra queimando? Preta? Cheiro

de enxofre? Pois então é carvão de pedra! Carvão de pedra no Brasil! A exportação a indústria, a riqueza. ? Um sonho! (DALL'ALBA, 2003, p. 18).

Um sonho? Ao menos naquele período da história. O fato é verdadeiro? Talvez. Dada a rotina de longas viagens e muitos pousos pela região das encostas da Serra Geral, é bem provável que os tropeiros tenham sido portadores de notícias que trariam para essa região do estado de Santa Catarina as minas, a exploração e o “tal desenvolvimento econômico” tão sonhados por alguns naquele momento da história. O “ouro negro” seria uma alavanca de desenvolvimento econômico e industrial para o Brasil. Era o sonho de alguns homens do império. De acordo com Bellolli *et al.* (2002, p. 21) “os indígenas já conheciam essas pedras que queimavam. A diferença é que os tropeiros tomaram conhecimento do seu valor econômico ao levarem adiante a notícia sobre essas pedras que queimavam e souberam que havia despertado o interesse da Corte.”

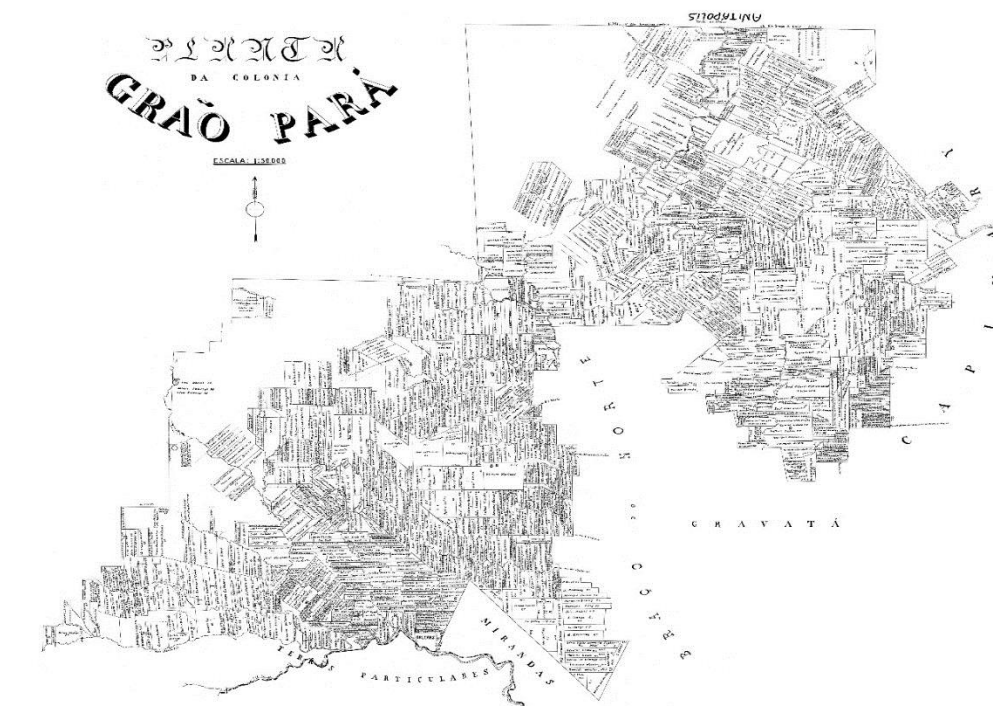
Mas o fato é que o interesse neste recurso mineral faz com que o governo imperial, no ano de 1839, contratasse o geólogo Dr. Parigot que, avaliando a veracidade das informações, calculou tratar-se de reservas de grande potencial (LOTTIN, 1998). O início da exploração se deu a partir de Felisberto Caldeira Brandt Pontes, conhecido como Visconde de Barbacena¹⁷, a quem foi feita uma concessão para iniciar a exploração. Também de acordo com Belolli *et al.* (2002), Barbacena concretizou a aquisição, do Governo da Província, de duas léguas quadradas de terras devolutas para, no prazo de dois anos, organizar uma empresa destinada a lavrar minas de carvão.

Dentro desse contexto, ocorria a medição das primeiras 12 léguas do patrimônio dotal e a criação da Empresa de Terras e Colonização do Grão Pará, no ano de 1882. E, com ela, surgia o processo inicial da colonização europeia nas terras dos príncipes, pois ele seria a responsável por organizar a vinda e a estalagem dos imigrantes europeus. No dia 2 de dezembro de 1882 foi fundada a sede da colônia, a Colônia Grão Pará (nome dado em homenagem ao filho primogênito da princesa Isabel com o conde), estabelecida bem na região central do patrimônio dotal e com ela, a medição dos lotes, a abertura de caminhos e a estalagem de italianos, alemães, poloneses e letos (PREVE, 2009). Embora não seja o foco deste trabalho, cabe ressaltar que esse processo foi acompanhado de um brutal

17 Em relatório da Província de Santa Catarina do ano de 1883, consta a concessão feita ao Visconde de Barbacena, as alterações dessa concessão e as dificuldades na exploração do carvão. O documento segue no subcapítulo “Documentos utilizados na construção da pesquisa.”

enfrentamento contra as populações indígenas que já viviam aqui e viram seus espaços de vivência serem ocupados.

Figura 3 - Mapa da Colônia Grão Pará.



Fonte: Centro de documentação histórica Plínio Benício-Cedohi, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, de Orleans.

No ano de 1884, foi definida a construção de uma nova sede para a colônia: Orleans. Por localizar-se próxima à estrada de ferro, iria dispor de melhores recursos para o desenvolvimento da colônia. Na prática, decretava-se o abandono da sede da colônia, que era Grão Pará e passava-se a investir na construção da nova sede, Orleans, nome dado em homenagem à cidade da família do conde D'Eu, Orleans, na França (PREVE, 2009).

A cidade seria a sede de despacho da produção pela estrada de ferro e por onde ingressariam os imigrantes em toda a colônia. Em 1877 a Empresa de Terras de Colonização Grão Pará também transfere sua sede para a nova cidade. Em 02 de outubro de 1888, regida pela lei comum do império, Orleans do Sul emancipa-se em distrito (LOTTIN, 1998).

Com a proclamação da República, os condes venderam, em 8 de novembro de 1890, seu patrimônio em terras aqui localizado. A Empresa de Terras e de Colonização Grão Pará foi vendida para a Empresa de Terras e Colonização. (DALL'ALBA, 1986). Assim, a obra colonizadora continuava.

De acordo com Dall'Alba (1986):

A Empresa vende terras, agora não mais a imigrantes, mas a seus descendentes. Os alemães vão ocupando todo o interior do Rio Fortuna e Santa Rosa. Os poloneses concentram-se no Braço Esquerdo. De Cocal também chegam algumas famílias desta etnia e vão povoar as terras do Chapadão. De Urussanga, nos trinta primeiros anos do século XX, partem inúmeros jovens casais para ocupar terras devolutas da Costa da Serra, que requerem do governo, ou mesmo terras que adquirem da Empresa, ou de outros proprietários. Fundam eles: Sesmaria, Corridas, Cento e Sete, Oratório, Curral Falso, Três Barras, Rio Coral, Quilômetro 92, além de alguma família dirigir-se para a cidade. [...]. (DALL'ALBA, 1986, p. 20).

Com a venda e a definição dos terrenos, formavam-se as comunidades. Das comunidades citadas acima, Chapadão, Sesmaria, Corridas, Oratório, Curral Falso, Três Barras e Quilômetro 92 são pertencentes ao município de Orleans.

Orleans, área determinada oficialmente como colônia, tinha sua legislação própria e seu comando ficava a cargo dos dirigentes da Empresa Colonizadora. Mais tarde as decisões passaram a ser divididas com as autoridades de Tubarão. A lei n. 891 de 30 de agosto de 1913 determinou a criação do município de Orleans.

Essas informações, tidas como oficiais na história do município não garantem, contudo, a complexidade da formação de uma cidade. Muitas vezes, não considera alguns sujeitos históricos que possam dar outras informações capazes de contribuir na construção histórica de um lugar e representar alguns grupos sociais dentro dessa história construída. Portanto, as informações a seguir visam contribuir com a história de Orleans através de relatos escritos e orais sobre o Tropeirismo, suas marcas ainda visíveis na comunidade de Três Barras e na vida de seus moradores e ex-moradores.

2.2.2. TRÊS BARRAS E A SERRA DO IMARUÍ – A ATIVIDADE TROPEIRA EM ORLEANS

Para iniciar esse subcapítulo, considero importante salientar que uma parte considerável das informações referentes à Serra do Imaruí, à comunidade de Três Barras e ao tropeirismo ganharam muito destaque nas pesquisas do Padre João Leonir Dall'Alba. A questão tropeira no município está registrada em muitos dos seus livros, como por exemplo, no livro *Pioneiros nas terras dos condes*, escrito em 1970, e *Colonos e Mineiros no grande Orleans*, de 1986. Nestas obras é possível encontrar referências que tratam da importância da Serra do Imaruí como caminho para os tropeiros, da comunidade de Três Barras dentro desse contexto e das trocas comerciais fundamentais para aquele período da história do município.

Nesse sentido, em alguns trechos do livro *Pioneiros nas terras dos condes*, Dall'Alba (1970) registra que há um relatório de 1880 (apresentado adiante) sobre trabalhos feitos na

estrada de cargueiros de Imaruí (Três Barras), para que ela fosse alargada, melhorando assim o trânsito dos tropeiros. Registra também que a Serra do Imaruí, em comparação com outros caminhos abertos em meio as montanhas, era melhor para transpor pois possuía declives suaves; esta característica aliada às pastagens em todos os lugares de seu trânsito elegeram a passagem como a preferida dos tropeiros.

Já no livro *Colonos e mineiros do grande Orleans*, Dall’Alba (1986) apresenta um histórico da comunidade de Três Barras, com seus primeiros moradores e os contatos destes com os tropeiros serranos.

Nas Três Barras havia uma bodega [...], um sortido armazém para atender especialmente aos serranos.[...] O movimento era tanto que poucas casas de Orleans podiam igualar-se. Corria pouco dinheiro vivo. Negociava-se na base da troca. O serrano vinha trazendo queijo, charque, couro, pinhão, marmelo e pêra-figo. Descarregava, fazia cálculos e encomendava a carga para a volta. Tecidos, instrumentos, panelas, arreios, ferros de ferrar cascos, e toda sorte de alimentos [...]: farinha, polvilho, açúcar, café, sal e ainda querosene, cachaça, arreios, calçados. De Curitiba, Lages, Campos Novos, traziam erva-mate, lã e crina de cavalo. (DALL’ALBA, 1986, p. 262)

Podemos entender, dessa forma, que o caminho das tropas foi de fundamental importância na ligação e encontro dessas regiões. E que, quando falamos em trocas comerciais e culturais, entendemos melhor essa colocação justamente quando observamos que só era possível a existência delas — diante do contexto geográfico imposto pela barreira natural que é a Serra Geral — por conta de um caminho aberto em meio às montanhas.

O território onde se localiza a comunidade de Três Barras, em Orleans, situa-se aos pés da serra. Seu nome se dá pela presença de três rios importantes: Rio da Vaca Mora, Rio da Pedra Furada e Rio Laranjeiras, todos nascidos nos costões. É uma das mais distantes comunidades pertencentes a Orleans. A distância do centro da cidade é de aproximadamente 30 quilômetros de estrada de terra e muitas curvas, subidas e descidas. Pela proximidade com o planalto serrano, foi ocupada por muitas famílias provenientes dessa região e também por imigrantes europeus. Diversas famílias se estabeleceram na localidade: os Rodrigues, os Batista Macalozzi, os Comelli e outras originárias da imigração de Azambuja e Urussanga (DALL’ALBA, 1986).

Um dos fatores que proporcionaram o desenvolvimento àquela comunidade e, conseqüentemente, à própria Colônia, foi a instalação de madeireiras, dada a farta matéria-prima existente na região. Outro elemento relevante para esse momento foi a existência de um caminho que descia as encostas íngremes da Serra Geral e desembocava na comunidade: o caminho dos tropeiros chamado de Serra do Imaruí. Esse caminho favoreceu o

desenvolvimento da comunidade pelo fato de ela ser o primeiro local de pouso para os tropeiros após a descida da serra e, com isso, o primeiro local para estabelecimento de trocas comerciais entre eles e moradores locais.

No livro *Colônia Imperial Grão Pará*, de Jucely Lottin, o autor afirma que:

A existência de um caminho de passagem de tropeiros que, desde 1711, cruzavam território onde se implantou a colônia para estabelecer as primeiras negociações entre Lages, no Planalto Serrano, Laguna na orla marítima e posteriormente com Tubarão, já se caracterizava numa descoberta de uma grande área até então somente conhecida pelos índios. O trajeto utilizado pelos serranos, como por outros viajantes, era margeando o Rio Tubarão subindo por Pedras Grandes, Pindotiba (então Raposa), subindo até encontrar a foz do Rio Laranjeiras [...]. Daí pelas margens do Rio Laranjeiras até onde hoje está a localidade de Três Barras e deste ponto se encaminhavam para a subida da Serra do Imaruí por onde subiam ao planalto. Outros caminhos vindos de Laguna por Tubarão ou Gravatal se encaminhavam à Serra do Imaruí: um deles via Braço do Norte e Rio Pequeno, daí retornando por Invernada e se encaminhando para Três Barras. (LOTTIN, 2002, p. 45).

De acordo com estas informações, percebe-se que o caminho dos tropeiros era de extrema pertinência para a ligação entre diferentes regiões, tanto do entorno da colônia, quanto as de localidades mais distantes. Cabe lembrar que todas essas localidades citadas pelo autor hoje são municípios de expressiva relevância econômica na região sul do estado de Santa Catarina (Laguna, Tubarão, Pedras Grandes, Braço do Norte, Gravatal, Invernada e Rio Pequeno – que fazem parte do município de Grão Pará); estas também tiveram, cada uma de seu modo, em sua formação histórica, a presença da atividade tropeira como geradora de economia e intercâmbio cultural.

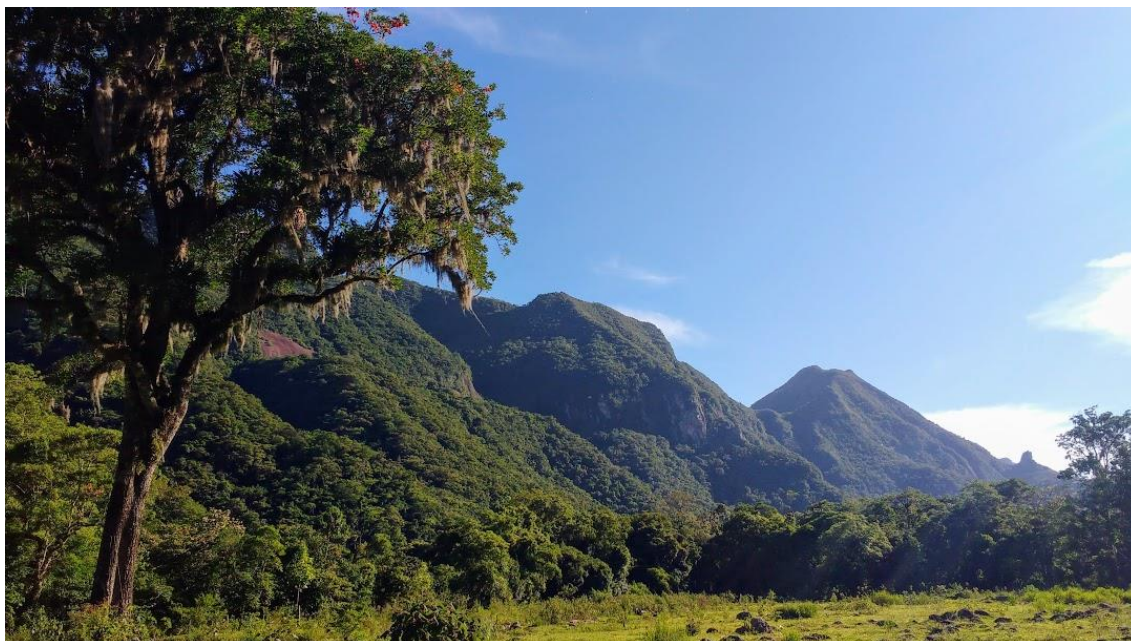
A Serra do Imaruí foi facilitadora desse processo. O caminho, que desafiava os abismos da serra, levava os tropeiros serranos aos centros comerciais como Imaruí, Laguna e Tubarão. Trata-se de uma antiga estrada que favoreceu o comércio entre moradores da serra e de toda a região do litoral sul catarinense.

Dada a importância para a região, Dall’Alba (2003), salienta que

Temos a Serra do Imaruí a melhor Serra a transpor, com declives suaves [...] com sete ou oito quilômetros [...] ligando-se com todos os pontos [...]. Além disso, oferece vantagens aos tropeiros de encontrar pastagens em todos os lugares do seu trânsito. A Serra do Imaruí sempre foi preferida pelos tropeiros. (DALL’ALBA, 2003, p. 68).

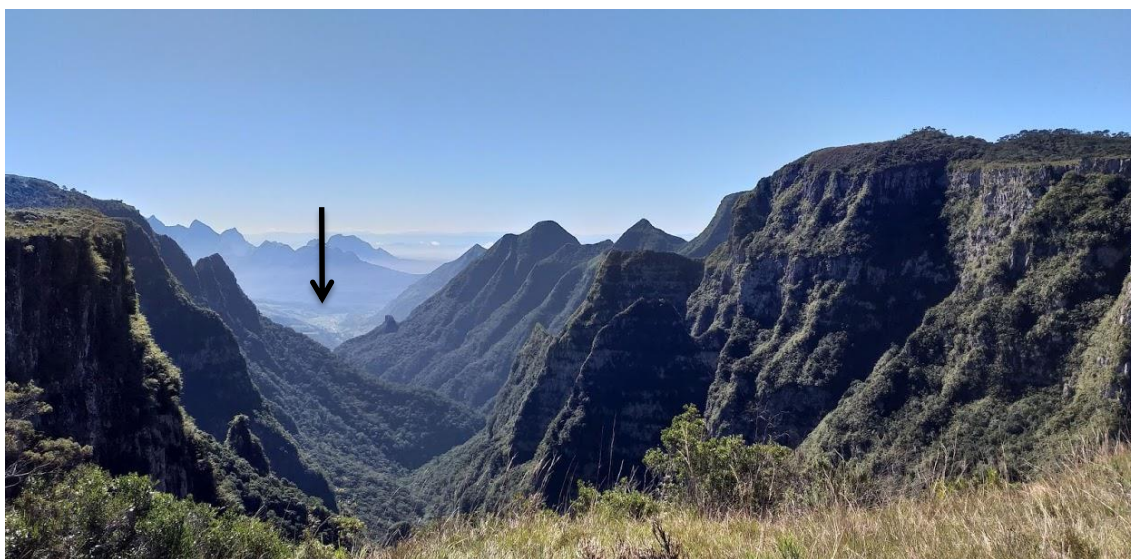
As imagens abaixo mostram alguns trechos da Serra:

Figura 4 - Trecho do caminho dos tropeiros Serra do Imaruí, comunidade de Três Barras



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Figura 5 - Vista da Serra Geral após a subida da Serra do Imaruí



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Legenda: O alto da serra já é território do município de Bom Jardim da Serra. A seta indica a localização da comunidade de Três Barras, território de Orleans.

Por ser muito utilizada pelos tropeiros desde aproximadamente o final do século XVIII, a Serra recebia constantes melhorias deles, que roçavam, limpavam e até alargavam alguns trechos. O documento abaixo, de 1887, registra o pagamento de trabalhos feitos na Serra do Imaruí.

Figura 6 - Cópia de documento de registro de pagamento

Rs: 026490

Recebi do Sr. Arthur da S^a Soares a
 quantia de sessenta e dois réis e me
 ventá reis por saldos de serviços prestados
 na Serra de Imaruú.

Orleans 30 de Setembro 1887
 Amilcar Ribeiro (Artista)

Fonte: Centro de Documentação histórica Plínio Benício – CEDOHI, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel.

E quanto ao tempo de existência desse caminho, conforme citado anteriormente, acredita-se que já em fins do século XVIII ele foi aberto. De acordo com Dall'Alba (1986),

Primeira estrada a galgar a serra e primeira via terrestre ligando os estados do Sul aos do centro foi a famosa Estrada dos Conventos. Partia da Barra do Araranguá e ia até Sorocaba, a grande feira de animais da época da mineração do ouro. Foi aberta em 1728. Laguna sentiu-se preterida e mandou abrir a do Oratório, por volta de 1771. Os serranos abriram a seguir a Serra do Imaruú, nas Três Barras. (DALL'ALBA, 1986, p. 128).

Ao longo das décadas que se seguiram após a abertura desse trajeto, ele foi ganhando cada vez mais destaque. Para Orleans, a partir da imigração em finais do século XIX, esse trajeto foi fundamental. A vida dos moradores de Três Barras e de outras comunidades formadas por imigrantes europeus que foram se formando aos poucos contou com a participação dos tropeiros serranos que desciam e subiam por esse caminho. Estes auxiliaram os imigrantes no que diz respeito ao fornecimento de alimentos até que pudessem dispor de suas lavouras; aliás, com essas trocas, os tropeiros contribuíram para o aprendizado da língua portuguesa pelos imigrantes.

Conforme Lottin:

A contribuição maior ainda dos tropeiros, já na fase da colonização, foi trazer bois, vacas e porcos para que os primeiros colonos, quando da colonização por portugueses da região de laguna e Tubarão, se dedicassem à criação desses animais para obtenção da carne, do leite e de bois para o trabalho. Outro fator de relevância foi o desenvolvimento da conversação e do entendimento da língua portuguesa, principalmente entre os serranos com os colonos de origem italiana. Considere-se também, o abastecimento dado aos primeiros habitantes da Colônia, bem como, a compra de seus produtos para serem levados para a serra, como o açúcar, a farinha de mandioca, o melado e a cachaça. Foram, sem dúvida nenhuma, os tropeiros quem descobriram os primeiros traçados pelo território da Colônia. (LOTTIN, 2002, p. 45).

Atualmente, cerca de quinze famílias moram em Três Barras e a maior parte das propriedades viraram sítios e fazendas de criação de gado. A Serra do Imaruí continua lá. Seu trajeto é mantido por moradores de várias comunidades, com apoio da prefeitura municipal. É utilizada por muitos descendentes de tropeiros em várias épocas do ano, principalmente durante a realização da Festa do Tropeiro que ocorre em Três Barras todo mês de junho. Por esse caminho descem moradores de Bom Jardim da Serra e de Urubici que vêm especialmente para participarem da festa. Para eles, participar da Festa do Tropeiro chegando pelo antigo caminho das tropas é relembrar os tempos em que o tropeirismo era a principal atividade dos moradores serranos. É relembrar as dificuldades e as aventuras de transitar por um caminho tão difícil e bonito ao mesmo tempo. Esse ato de relembrar acaba provocando uma ressignificação do passado na medida em que o caminho passa a ser condutor de história e memórias.

Vale ressaltar que a Serra do Imaruí se encontra dentro do Parque Nacional de São Joaquim. E embora seja utilizada das formas citadas acima, há muitas pessoas que buscam nesse caminho uma atividade em meio à natureza, subindo as montanhas. O desejo dos moradores de Orleans que realizam essas atividades, é que em breve esse trajeto possa ser inserido como trilha oficial do parque e assim, proporcionar de forma segura e consciente, uma caminhada pela antiga rota dos tropeiros. E que essa trilha possa unir patrimônio natural e cultural através das belíssimas paisagens e do conhecimento histórico sobre essa atividade que marcou a vida de grupos sociais do planalto serrano e do município de Orleans, e de toda uma região que se beneficiou desse caminho no passado.

2.3. HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NAS MEMÓRIAS SOBRE O TROPEIRISMO EM ORLEANS

Boa parte das influências culturais deixadas pelo tropeirismo em Orleans é acessada pela memória de moradores do município que tiveram contato com a atividade tropeira ou que tiveram contato com quem vivenciou a experiência. Dessa forma, a memória constitui-se num dos possíveis caminhos para a compreensão de relações passadas, ao realçar a sensibilidade, o humano. Através da memória reconstroem-se passagens e fragmentos que só a curiosa escuta pode fazer transbordar. “Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive das paisagens naturais ou construídas.” (PELEGRINI, 2006, p. 116). No entanto, “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a

história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” (LE GOFF, 2013, p. 51).

Nesse sentido, o uso de memórias na pesquisa foi mobilizado a fim de conhecer as ressonâncias da atividade tropeira na vida da comunidade além de contribuir para o conhecimento de uma história local, pouco abordada e para a ampliação do conhecimento histórico sobre os fatos e situações cotidianas vividas no interior de Orleans. Várias informações apresentadas nesse trabalho são frutos de entrevistas semi-estruturadas, algumas realizadas no ano de 2007 e outras no início de 2020.

Cabe dizer que quando, curiosamente, ouvi os relatos das pessoas entrevistadas, mesmo direcionando a entrevista com algumas perguntas, deixei que elas expusessem livremente suas memórias e, assim, narrativas muito interessantes puderam ser registradas¹⁸. Nos relatos a seguir, temas referentes à Serra do Imaruí, seu nome e as dificuldades encontradas no caminho; o pouso dos tropeiros na comunidade de Três Barras e os locais onde realizavam comércio dos seus produtos, estão apresentados e discutidos de acordo com a sua importância enquanto narrativas históricas.

“É Serra do Imaruí porque os tropeiros serranos desciam por esse caminho para chegarem até Imaruí ou Laguna. Depois voltavam por esse mesmo caminho, porque era mais perto para eles. Mas era uma dificuldade muito grande, a descida da Serra com tropa levava até oito horas”, relatou o senhor João de Borba, atualmente com 81 anos, ex-tropeiro e ex-morador de Três Barras entrevistado em 2007 e também em 2020. O senhor João Borba era serrano, da localidade de Santa Bárbara, interior de Bom Jardim da Serra e foi morar com sua família em Três Barras. Hoje, mora no centro da cidade de Orleans.

Sua narrativa pode ser exemplificada enquanto um fenômeno histórico vivido e encontra nas palavras de Halbwachs (1990), a seguinte interpretação:

a memória tem o poder de nos encantar e afetar com os detalhes fugidios, porque é a partir de pontos de vista próprios, que expressam-se as narrativas, buscadas de ontem e reinterpretadas hoje. Recordar é estar vivo, cada depoente tem uma história, é personagem do próprio enredo [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 53).

O senhor Orlando Garcia, 67 anos (morador da comunidade de Três Barras há 60 anos) apresenta narrativas dos seus momentos de infância, relatando a chegada e pouso das tropas na comunidade:

18 Nomes e dados dos entrevistados avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética.

Os tropeiros chegavam na comunidade e a gente, criança, corria para ver. Vinham sempre com os cachorros juntos e os cargueiros cheios de produtos para serem vendidos em um armazém da comunidade. Muitos pousavam próximo do armazém num pátio ou, se ainda tivesse lugar, embaixo de um galpão, ali mesmo. (informação verbal)¹⁹.

Contribuindo também com essa narrativa, a senhora Nair de Souza Borba que tem 76 anos e nasceu em Três Barras relatou que:

O meu pai cedia pouso para os tropeiros. Quando eles chegavam e não havia mais lugar no galpão, o meu pai colocava alguns para dormir dentro da nossa casa. Chegavam pedindo licença, todos trajados com chapéus, botas e capas nos dias de frio. O meu pai sempre cedia pouso. (informação verbal)²⁰.

Interessante observar nessas falas características próprias da atividade tropeira dessa região do Estado. De certo modo, a atividade e as relações estabelecidas entre os tropeiros e moradores locais são expressas de maneira romantizada. Talvez, como forma de enaltecer essa atividade ou mesmo justificar sua importância. Sabemos, no entanto, que alguns conflitos e até um certo receio em relação à vida que estes homens desempenhavam os colocava como aventureiros e pessoas sem muita confiança. Mas o que nos dizem esses depoimentos, relatados a partir de experiências pessoais, são dados sobre o tropeirismo que podem ser analisados à luz da História e nos oferecer informações que contribuam para a construção dessa página da historiografia do município, ainda com poucos registros em torno da temática.

A partir de tantas lembranças de quem foi tropeiro, o senhor João de Borba ainda relata nesse sentido que:

Os tropeiros geralmente negociavam no armazém do senhor Giocondo Crozeta, em Três Barras. Quando não dava negócio ali eles iam pra frente, tinham que vender os produtos. Uma vez eu saí de Três Barras com carne de uma rês para vender em Orleans. Cheguei com as mulas e fui tentar negócio, mas não deu. Voltei até o Rio Carlota²¹ e negocie ali. (informação verbal)²².

Os relatos acima mencionados contribuem para que as memórias individuais sejam interpretadas a partir das motivações pessoais de cada entrevistado. Nesse tocante, Montenegro (1994) destaca que:

19 Entrevista concedida em setembro de 2019 em Três Barras.

20 Entrevista concedida em janeiro de 2020 em Orleans.

21 Comunidade do interior do município de Orleans.

22 Entrevista concedida em janeiro de 2020 em Orleans.

Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro [...]. (MONTENEGRO, 1994, p. 19).

Essas perspectivas são fundamentais na análise das informações sobre o tropeirismo em Orleans através dos relatos obtidos nas entrevistas. Cada entrevistado tem seu ponto de vista próprio e, mesmo que suas memórias estejam em consonância com as outras memórias, cada vivência é única e apresenta marcas específicas da atividade tropeira que, talvez, não encontraremos em outros dados, ou seja, por ser um objeto da história, a memória passa a ser uma fonte de informação.

Para Bosi (2012), no que tange às memórias como fontes,

[...] o passado reconstruído não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar. Então, a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro: memória social, memória histórica e coletiva. Nós pesquisadores que recolhemos o passado sabemos que ele é um dos mais difíceis e misteriosos dos conceitos. O passado não é uma sucessão de fatos ou camadas que se vai escavando. A memória desconhece a ordem cronológica. Minha hipótese é que ela opera com grande liberdade, recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente - mas por que se relacionam através de índices de significação comum. São constelações de eventos mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. [...] O vínculo com o passado, que é vital, porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade. (BOSI, 2012, p. 198).

Outra análise feita em relação às memórias obtidas nas entrevistas é a sua função de servir como justificativa para que a história do tropeirismo em Três Barras ganhe visibilidade a ponto de ser valorizada por quem a conhece. “Desta forma, conhecer, difundir e valorizar um bem cultural ajuda a entender “quem somos, para onde vamos, o que fazemos” e precisa ser preservado, uma vez que faz parte de um acervo cultural, referência para produzir a nossa identidade histórico-cultural.” (ZARBATO, 2015, p. 84).

Na concentração de influências advindas da atividade tropeira, a comunidade de Três Barras possui uma identidade coletiva — o que favorece a união de seus moradores, antigos e novos, em torno de uma história comum, da história dos tropeiros e das marcas dessa história ainda presentes no cotidiano. Podemos citar o gosto pela lida no campo, a criação de gado e o uso de cavalos, tanto para lazer como para as atividades do cotidiano; a descendência serrana de seus antigos e novos moradores; a variedade linguística “costurada” com sotaque serrano e a realização de uma festa em homenagem aos tropeiros. Para Zilli (2014, p. 19), “um contexto em que a criação de elementos da cultura material contemporânea toma lugar na cena dessa

construção, como representação do passado idealizado”. E que passa a ser, ainda que involuntariamente, um patrimônio cultural para aquela comunidade.

A tentativa de construir uma história a partir de memórias individuais e coletivas não é tarefa fácil. Ao evocar as memórias, lidamos também com sentimentos. Estes podem enaltecer ou menosprezar as memórias. Ao analisarmos, como exemplo, o depoimento da senhora Ana Macalossi, ao falar sobre suas lembranças da época dos tropeiros, é nítida a emoção da depoente ao relatar a maneira como as mulas se comportavam durante a travessia da Serra do Imaruí: “a mula não subia a serra sozinha, ela esperava a outra que vinha atrás dela. Se olhavam. Era lindo, era lindo! Meu Deus! Se conversavam!”. A senhora Ana era filha de tropeiros e viveu por muitos anos na comunidade de Três Barras. Dos sete aos catorze anos acompanhou seu pai junto com as tropas, nas descidas e subidas da Serra do Imaruí. Foi madrinha²³ de tropa. Atualmente, mora no município de Lauro Muller e se encontra com 75 anos. Concedeu sua entrevista em 2007.

Esse relato parte de uma vivência pessoal de caráter positivo na vida da depoente, dado o seu caráter sentimental e nostálgico. Mas, de acordo com Pollack (1992), as memórias individuais ou coletivas transformadas em história de vida não constituem a História pronta, elas devem ser interpretadas. Constantes mudanças e transformações fazem parte do mundo da memória, portanto, o historiador, antes de acrescentar qualquer significado, deve analisar para que a memória não seja descartada.

Portanto, pode-se dizer que a História tem como objetivo, construir um conhecimento lógico e racional dos acontecimentos e vidas do passado, construir uma análise crítica. Enquanto a memória, como uma construção do passado, é baseada nas emoções e vivências e, assim, são variáveis e relembradas de acordo com os anseios presentes. Mas, tanto a História como a memória trazem à tona os acontecimentos do passado e, dessa forma, as memórias não devem ser desprezadas, pois também constituem representações do passado enriquecidas pelas emoções que as acompanham.

Para Bosi (2012)

a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproxima da verdade. Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a cotidianidade. É muito belo escutar esse rememorar meditativo da

23 Madrinha de tropa era aquele (a) que ia à frente da tropa. Montado (a) na mula madrinha, cujo cinorro, uma espécie de sino amarrado no pescoço da mula, ia guiando todo o restante da tropa.

testemunha. E nós então compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente e ela se torna para nós uma verdadeira matriz de projetos. (BOSI, 2012, p. 197).

Reforçando esta ideia, apresento também o embasamento defendido por Rosa (2007, p. 54), em que “a história, pois, se passa na memória, mas não é só lembrança. É também um conjunto de artefatos intelectuais para a constituição da experiência coletiva, para dar-lhe significado, entendê-la em nosso presente e para preparar o futuro.” Dessa forma, buscar nas memórias informações sobre o tropeirismo é mais do que tentar trazer do passado tais informações, é permitir que elas sejam ressignificadas no presente permitindo perceber, na vida cotidiana, elementos marcantes dessa atividade ainda preservados. Assim, no material produzido, esses relatos de memórias foram utilizados por apresentarem-se como exemplos de fontes históricas e por oportunizarem aos estudantes uma maneira de compreender o passado a partir da análise das lembranças de pessoas comuns.

O Ensino de História, dentro dessa perspectiva, cria possibilidades de análise e interpretação das memórias como fontes evidenciando suas conexões com a vida atual e aquilo que se mantém do passado, modificado ou não. Tanto nas memórias como nos outros documentos que fazem parte da Bruca da História é possível fazer essas análises e interpretações. Numa atitude historiadora, como já mencionado, os estudantes têm a possibilidade de se encontrarem ou de conhecerem aspectos dessa história local que marcou a vida de grupos sociais do município em que vivem.

É necessário também, não só se preocupar com os usos e a manutenção das lembranças herdadas, mas também, e, sobretudo, buscar as lembranças esquecidas, descrevê-las, explicá-las (CAIMI, 2009). Devemos levar em consideração, dessa forma, os porquês de algumas memórias serem esquecidas e outras lembradas. Sabemos que o ato de lembrar é muitas vezes involuntário e independe da nossa vontade, e são, nas palavras de Bosi (1979, p. 11), “lembranças independentes”. Já falamos anteriormente que as memórias são carregadas de sentimentos e vivências. Dessa forma, algumas lembranças marcantes tendem a se fazerem mais presentes na nossa memória, seja de forma positiva ou negativa. “A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações.” (BOSI, 1979, p. 09). Há, portanto, disputas e negociações internas, que partem das experiências de vida de cada um. Entretanto, outros fatores, de cunho social e político, podem inviabilizar o acesso à lembrança de determinadas memórias e histórias. Trabalhar a partir dessas perspectivas de lembranças e esquecimentos, do valorizar e ignorar permite entender que nesse jogo de disputas quanto mais alargarmos os espaços para essas

discussões, maiores chances termos de vermos grupos sociais com suas histórias esquecidas, ganhando visibilidade e reconhecimento de que também fazem parte da história do lugar em que vivem.

Garantir que a história do tropeirismo, representativo de um determinado grupo social de Orleans, ganhe, a partir das memórias, lugar de ocupação dentro da tradicional história do município, tem sido um dos objetivos deste trabalho. Para isso, lugares como a escola, por exemplo, favorecerão uma leitura dessas memórias e de outras fontes históricas a fim de que elas possam provocar uma transformação da sociedade a partir da história que se conta dela — e a partir de patrimônios culturais encontrados após a análise dessas fontes.

A respeito dos patrimônios e suas memórias, Santiago Júnior (2015) salienta que:

[...] o conjunto de sentidos por ele produzido não advém apenas de um princípio de “vontade de memória”. Pelo contrário, nasce dos valores de uso diversificados que serão atribuídos pelos sujeitos. Os bens patrimoniais, portanto, compreendem e funcionam também como suportes mnemônicos e mobilizam valores de memória de variados tipos, sendo os mais famosos aqueles apontados por Alois Riegl numa conceituação que tem sido atualizada por muitos autores dos estudos patrimoniais: valor de antiguidade (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade marcar a passagem do tempo universal e físico), valor de comemoração (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade elaborar um sentido de continuidade com um passado a ser retomado), valor histórico (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade construir uma narrativa para o próprio passado do qual é prova). (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 259).

Os remanescentes culturais (materiais ou imateriais) da atividade tropeira em Orleans, e, de maneira especial, presentes na comunidade de Três Barras, são patrimônios que evidenciam a presença marcante dessa atividade naquele espaço e na vida das pessoas que ali viveram. Esses patrimônios estimulam a memória daqueles que possuem algum vínculo com esse passado e são encontrados na lembrança nostálgica dos seus antigos moradores e nas suas atividades cotidianas.

O ato de rememorar impregna sentidos de valor, de busca, de manutenção e preservação de uma história que há muito deixou de existir, mas que se mantém viva através do lembrar, do manter e do reconstruir uma herança cultural. Santiago Júnior (2015) afirma que a abertura para essa cultura do patrimônio demonstra que o lugar de memória, em vez de um ritual de uma sociedade com memória fraturada, é um exercício múltiplo de formação dos passados das diversas comunidades políticas. Que o direito à memória possa ser exercido como princípio de cidadania e de conquista de outros direitos sociais pelos grupos sociais. O direito à memória garantirá espaços democráticos de inclusão de memórias e histórias de

grupos silenciados ao longo do tempo em tantos registros históricos de comunidades pelos Brasil afora.

3. BRUACA DA HISTÓRIA - O MATERIAL PEDAGÓGICO

Partindo da necessidade de inclusão de temas locais no Ensino de História é que surgiu a proposta de construir um material pedagógico amparado nas atuais perspectivas sobre o Ensino de História e nas ações pertinentes ao estudo dos patrimônios. O material propõe, dessa forma, através da análise de fontes históricas e das respectivas atividades, evidenciar as potencialidades educativas de um patrimônio cultural inserido no Ensino de História.

Nessa construção, os debates em torno do Ensino de História e da História Local deram subsídios para que pudesse ser construído um material que pretende ser uma forma de sensibilização para temas locais e problematizações sobre os patrimônios culturais não apresentados oficialmente nas localidades, a exemplo dos remanescentes da cultura tropeira no município de Orleans, Santa Catarina – objeto de estudo deste trabalho. Essas discussões não pretendem esgotar as possibilidades de se apresentar materiais diversos que possam contribuir para um Ensino de História problematizador, democrático e “com sentido”, conforme discutido no primeiro capítulo. Mas procura oferecer uma alternativa que possa auxiliar professores e, principalmente, estudantes na leitura de patrimônios e sua importância na vida social e cultural da localidade em que vivem.

Apresentar uma temática histórica local, não incluída nos currículos, através de um material pedagógico, não é apenas oferecer oportunidade de aprendizado de forma diferenciada, é oportunizar um aprendizado constituído a partir da ação dos estudantes e da mediação do professor, num processo que, além de tudo, professores também aprendam, pois, como escreveu Paulo Freire “não há docência sem discência” (FREIRE, 1996, p.23). Os materiais da Bruaca da História devem permitir aos estudantes a identificação, por eles mesmos, da presença de um patrimônio cultural da sua cidade, no debruçar-se sobre várias fontes reunidas para este fim. Para os professores, projeta-se como mais um material para contribuir na sua prática pedagógica.

A respeito das fontes, Baptista (2016) diz que:

Elas não carregam consigo a pretensão da inovação e do ineditismo, mas apenas o desejo de servirem, ao mesmo tempo de janela, espelho e estrada na medida em que permitem ao aluno lançar um olhar atento para o passado, refletir sobre a realidade circundante e oferecem as ferramentas reflexivas necessárias para que realize uma intervenção transformadora em sua comunidade. (BAPTISTA, 2016, p. 93).

Partindo de uma metodologia em que, informações sobre o tropeirismo sejam apresentadas inicialmente através da análise de algumas fontes históricas, construímos uma

trilha de aprendizagem. O intuito é possibilitar o estudo das características da atividade tropeira no Brasil e, principalmente, da comunidade de Três Barras, bem como dos conceitos sobre essa atividade e sobre Patrimônio Cultural. E que este estudo possa permitir que os estudantes desenvolvam uma atitude historiadora, conforme as explicações dos autores abaixo.

Para Baptista (2016),

o aluno passa a dispor das condições necessárias para ressignificar experiências individuais e coletivas e, ao fazê-lo, adquire não apenas conhecimento histórico, mas igualmente autoconhecimento, pois se insere de uma forma crítica dentro da realidade, problematizando o que antes era percebido como natural. (BAPTISTA, 2016, p. 97).

E corroborando com essa prática, Haidt (2000) salienta que

[...] o professor não transmite os conhecimentos e princípios de forma pronta e explícita. Ele cria situações de ensino nas quais o aluno observa, manipula materiais, experimenta, coleta dados e informações, para depois sistematizá-las e chegar às conclusões e generalizações necessárias que lhe permitirão formular os conceitos e princípios. Dessa forma ele, por si mesmo, descobre, ou melhor dizendo, redescobre o conhecimento. (HAIDT, 2000, p. 205).

Descobrir ou redescobrir uma parte da história do município em que vivem permite ampliar o entendimento da própria história e, dessa forma, permite maior engajamento nas lutas pela preservação da história e da cultura de determinados grupos que compõem a sociedade em que vivem. Assim, o Ensino de História, conforme discutido no capítulo 2, ganha um sentido prático na vida dos estudantes.

Esse material pedagógico é uma construção propositiva e foi pensado, estudado e elaborado para que, ao ser colocado em prática, ofereça resultados quanto à descoberta ou redescoberta, conforme Haidt (2000), de conhecimentos históricos locais e suas representações materiais ou imateriais constituidoras de um patrimônio cultural.

A Bruaca da História é composta por dez atividades em que um ou mais documentos foram selecionados para servirem de fonte para os estudos. Cada atividade foi pensada para ser aplicada em uma aula, ou seja, serão necessárias, no mínimo, dez aulas para a finalização desses estudos — com exceção da última atividade, que é uma saída de campo e requer um tempo maior para deslocamento e sua aplicação.

Os (as) estudantes e professores(as) encontrarão um material em que cada atividade estará disposta em um caderno e, dentro dele, as cópias dos documentos, com as fichas para anotações, com exceção do audiovisual e do áudio da música “Tropeiro”, que está disponível

em um link, compartilhado junto com o caderno dessas atividades. Também fará parte desse material um caderno para servir de suporte aos (às) professores (as), com indicações de outras leituras e atividades a serem exploradas.

Para contribuir para o acesso e com sua divulgação, a Bruaca da História está disponível no formato PDF.

3.1. ATIVIDADES

1ª ATIVIDADE: MÚSICA E TROPEIRISMO

a) Apresentação da atividade:

A 1ª atividade da Bruaca da História tem o objetivo de sensibilizar os(as) estudantes e para isso utiliza a canção “Tropeiro”, escolhida justamente por ter, no meu entendimento, a possibilidade de levar alegria para o aprendizado de História, através dos seus acordes e ritmos. A canção é de composição e interpretação de Paulo Afonso Dalssasso. Ele foi um compositor, poeta e artista de Orleans que escreveu muitas canções e poemas sobre aspectos históricos e culturais do município. Participou de inúmeros eventos artísticos locais e regionais e concorreu, com esta canção, ao Troféu Vadico, no 1º Festival da Canção de Orleans no ano de 2007.

Esta atividade inicial permite pensar a construção histórica a partir de registros diferenciados daqueles que geralmente os alunos entendem como oficiais, como livros e documentos. Dessa forma, a atividade permitirá compreender a história construída a partir de inúmeras fontes capazes de nos oferecer informações outras, apresentadas de outras maneiras. Além disso, nesse sentido, letras de música são fontes importantes para conhecermos a representação do autor sobre determinado acontecimento.

Para Santos (2014),

Ao se aplicar esta metodologia, o professor valer-se da música como fonte histórica, espera que seu aluno compreenda o momento histórico ao qual está sendo inserido por meio da música e analise e perceba como expressar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e ideológicos ao qual está incluído. (SANTOS, 2014, p. 163).

Esta atividade está dividida em três momentos: o primeiro, ler a letra da canção. O segundo, ouvir a canção disponibilizada no *link* ou *pendrive* e o terceiro momento, uma análise sobre as informações do tropeirismo que ela apresenta.

Figura 7 - Letra da música “Tropeiro”

= T R O P E I R O =

Letra e Música: Paulo Afonso Dalsasso

RE
DO SOL RE
 Bis (Traçam trilhas, tropeiros
 Paradas, pousos, pioneiros

RE SOL
 Descendo as encostas
 Da serra geral, *RE*
 A mula leva às costas *FA*
SOL Tropeiro ao litoral. *LA*

Lá vai a balançar,
 No lombo, a esperança
 Cincerro a guiar
 Bruacas de abastança.

(Estribilho)

RE DO SOL
 Bis { Tropeiro, acorde desta cela
 Não despenque desta serra
 Todo o vale te espera.
 Madrinha, pare neste pouso
 Tua tropa quer repouso
 Tua carga vale ouro.

Bis (Traçam trilhas, tropeiros
 Paradas, pousos, pioneiros


O rastro de pegadas
 A máquina apagou
 Tropeiro, tua estrada
 Na lembrança ficou.

(Estribilho)

RE DO SOL
 Bis { Tropeiro acorde desta cela
 Não despenque desta serra
 Todo o vale te espera
 Madrinha, pare neste pouso.
 Tua tropa quer repouso
 Tua carga vale ouro

Bis (Traçam trilhas, tropeiros.
 Paradas, pousos, pioneiros.

.X.X.X.X.X.X.X.X.
 .X.X.X.X.X.



Fonte: digitalização da canção de Paulo Afonso Dalsasso realizada pela autora (2020).

b) Materiais:

- 1- Letra da música “Tropeiro” impressa;
- 2- Pendrive com o áudio da música ou link de acesso em que é possível ver e ouvir o artista executando sua canção “Tropeiro” em um festival na cidade de Orleans. (<https://www.youtube.com/watch?v=cM1tM0uiGTK>).
- 3- Fichas para as anotações.

c) Questões para exercitar:

Caros estudantes! Ouçam e acompanhem com atenção a canção “Tropeiro”, composta e interpretada pelo artista orleanense Paulo Afonso Dalsasso. Deixem-se embalar pelo ritmo

e acordes da canção tentando acompanhá-la. Atentem-se para as palavras e expressões desconhecidas e, na ficha de anotações, façam as anotações de acordo com as seguintes perguntas:

- Você conhece o tema e o lugar de que está falando a música?
- Pesquise e escreva os significados de palavras e expressões desconhecidas;
- Quais aspectos da atividade tropeira podemos encontrar na canção?
- Qual é representação que o artista traz do lugar, do tropeiro e da atividade tropeira?

d) Apontamentos para os professores:

Professores (as)! Esta atividade será divertida e agradável aos alunos, a ser proposta em grupos. Deixem que se espantem com informações novas e desconhecidas. Favoreça o questionamento e as discussões no momento da leitura e no momento de responderem as atividades. Esta etapa da observação é muito importante, pois é o primeiro contato com o tema estudado — o patrimônio — que eles começarão a ter. Nas etapas seguintes, já familiarizados com a temática, novas descobertas e conhecimentos serão possíveis. Esta canção tem relevância neste estudo porque foi composta por um artista local a partir de um tema histórico local. No entanto, outras canções que tratam do tropeirismo também são muito interessantes de serem abordadas por trazerem outros detalhes da atividade tropeira como um todo. Você poderá também ouvir com os alunos as canções “Poncho Molhado” (interpretada pelo grupo Os Serranos) e “Tropeiro Velho” (do artista Teixeira), ambas encontradas em qualquer *site* de pesquisa.

2ª ATIVIDADE: Breve histórico do tropeirismo no Brasil

a) Apresentação da atividade:

Esta atividade tem um caráter “informativo” pois traz um texto cujo objetivo é apresentar informações sobre a atividade tropeira no Brasil e a sua importância durante o contexto histórico do século XVII, momento em que esta atividade possibilitou a abertura de longos caminhos ligando regiões brasileiras a centros urbanos e mineradores da época. Também busca reforçar elementos do tropeirismo permitindo a ligação destas informações com as informações obtidas na atividade 1. A partir da descrição escrita e da análise de mapas cria-se a possibilidade de apropriação de informações sobre o processo e de sua análise.

O CAMINHO DAS TROPAS E O TROPEIRISMO

Márcia Luzia Sartor Preve (adaptado)

No Brasil, a palavra ‘tropa’ significa a reunião de um número de animais de monta ou transportes, equinos, muares, tocados pelos ‘*Troperos*’, termo espanhol que, em português, passou a ser ‘Tropeiros’. Mais tarde, ‘tropas’ caracterizou também o movimento de bois, ovelhas, porcos, na ideia de rebanho em marcha para as feiras de comércio ou matadouros. Assim, a atividade de tocar esses animais em tropas, deu início ao Tropeirismo no Brasil a partir do século XVIII.

O tropeirismo surgiu como um movimento social e econômico de extrema importância para a expansão e ocupação do território brasileiro nos séculos XVIII e XIX. A explosão do ouro fez com que aumentasse a necessidade de levar mantimentos para abastecer os pequenos povoados que começavam a crescer Brasil a dentro. Com o crescimento da mineração, o trabalho desenvolvido pelos indígenas e escravos africanos nessa atividade não conseguiu mais atender à demanda do transporte de mercadorias entre o litoral e o interior imposta pela economia de exportação. Tornara-se, do ponto de vista econômico, dispendioso, uma vez que, para o transporte, era necessário um número muito grande de escravos e o preço destes no mercado estava muito alto. O muar encontrado nos campos do sul e ignorado durante anos tornou-se a alternativa mais adequada para resolver o problema do transporte. Toda a comercialização desse muar era destinada principalmente a Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e ao Espírito Santo. A grande quantidade de gado bovino, oriundos das missões jesuíticas, aos poucos foi também utilizado, servindo de alimento nas regiões mineradoras.

Surgiu assim um primeiro momento em que as tropas eram levadas a pé até a famosa feira de animais na atual cidade de Sorocaba; em seguida, num segundo momento, as tropas de mulas serviam como meio de transporte não apenas na mineração mas, também, no transporte de mercadorias diversas em diferentes locais do Brasil, possibilitando um intenso comércio regional e local.

Devido a este intenso comércio, formaram-se rotas de transporte que conhecemos por caminho dos tropeiros. Homens passaram a cruzar o interior do Brasil em busca de animais, e fazendo negócios. Ao longo do caminho das tropas, onde pernoitava o tropeiro para descansar, foram surgindo pequenos núcleos populacionais. Onde parava o tropeiro e as tropas várias atividades estabeleceram-se para atender esses homens e animais. Logo, o lugar

de pouso atraía pessoas para essas atividades. A consequência foi a criação de vilas que mais tarde tornaram-se cidades. Contam-se hoje às dezenas os lugarejos e antigos arraiais que tiveram a sua origem ligada ao percurso do gado e das mulas. Diversas cidades no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram origem por serem pouso das tropas. Cidades paranaenses como a antiga Vila do Príncipe, a atual cidade histórica da Lapa, assim como Ponta Grossa, Rio Negro, Castro, Campo Largo derivam do tropeirismo. Em São Paulo, Itapetininga, Itararé e Jaguaraíva. No Rio Grande do Sul, Osório, Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Vacaria, como a própria Porto Alegre, estiveram ligadas profundamente ao tropeirismo.

Em Santa Catarina, muitas cidades do planalto serrano também se formaram a partir da atividade dos tropeiros: Lages, São Joaquim, Curitibanos e Campos Novos; por terem contribuições dos tropeiros na sua formação, essas cidades, ainda hoje guardam resquícios da cultura tropeira em diferentes aspectos da vida dos seus moradores.

Figura 8 - Mapa do caminho das tropas rumo a São Paulo e de Lages a Laguna



Fonte: arquivo da Serigrafia De Biasi (2006).

b) Materiais:

- 1- Texto sobre o tropeirismo no Brasil;
- 2- Mapa indicando os principais caminhos das tropas durante os séculos XVII e XIX no sul do Brasil;
- 3- Fichas de anotações.

c) Questões para exercitar

Estudantes! O texto inicial que esta atividade apresenta oferece muitas informações sobre a origem do tropeirismo no Brasil e a sua importância. Leia o texto, observe o mapa e faça as atividades indicadas.

- Destaque no mapa a rota dos tropeiros que passava por Três Barras, Orleans.
- De acordo com as informações do texto, qual a origem da atividade tropeira?

- De que maneira podemos relacionar a atividade tropeira com a formação de núcleos populacionais?

d) Apontamentos para os professores:

Professores(as)! Esta atividade poderá ser aprofundada a partir de pesquisas feitas com o objetivo de conhecer outros aspectos da atividade tropeira no Brasil. Algumas sugestões podem favorecer esse conhecimento. Exemplos de pesquisa: a origem genética das mulas; as missões jesuíticas e sua destruição, para que se entenda a origem do gado bovino e do muar soltos nos pampas gaúchos; as principais rotas tropeiras que ligavam o sul do Brasil à região sudeste; a origem e importância da feira de Sorocaba durante o auge da atividade tropeira e mineradora no Brasil.

3ª ATIVIDADE: MEMÓRIAS SOBRE O TROPEIRISMO

a) Apresentação:

Esta atividade tem por objetivo apresentar informações obtidas a partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram a atividade tropeira em Orleans ou que ouviram relatos sobre essa atividade. Partindo da ideia de que depoimentos de pessoas que vivenciaram determinados períodos históricos devem ser analisados — uma vez que oferecem uma gama de informações que reforçam suas experiências vividas de maneira individual ou coletiva —, suas memórias, narrativas e pontos de vista próprios fazem com que determinadas informações não sejam encontradas em outros dados. Dessa forma, a memória entra como elemento para o aprendizado da história na medida em que oportuniza a reflexão sobre determinados aspectos da atividade tropeira vivenciada pelos depoentes. Nos depoimentos que seguem, de moradores e ex-moradores da comunidade de Três Barras, podemos perceber o quanto a memória do tropeirismo ainda é viva e presente na vida dessas pessoas.

1º depoimento:

Tema: O nome “Serra do Imarú” e a criação do caminho

“é Serra do Imaruí porque os tropeiros serranos desciam por esse caminho para chegarem até Imaruí ou Laguna. Depois voltavam por esse mesmo caminho, porque era mais perto para eles. Eu tenho informações que há mais de 150 anos já tem esse nome”. (depoimento do Senhor João de Borba, ex-morador da comunidade e um ex-tropeiro).

“O meu pai, se hoje estivesse vivo, estava com mais de cem anos e do tempo do pai dele esse caminho já existia. Esse caminho tem mais de 200 anos”. (Depoimento de Ana Macalossi, ex-moradora de Três Barras, concedido em 2007).

2º depoimento:

Tema: As dificuldades da descida da serra e o pouso

“A descida da Serra com tropa levava até 8 horas. O animal é um bicho de carne e osso, ele trabalhava, trabalhava e tinha que descansar um pouco. Lá embaixo a gente parava, comia o revirado com carne seca, fazia o café...”. (Depoimento do senhor João de Borba, ex-morador da comunidade de Três Barras e ex-tropeiro, concedido em 2007).

3º depoimento:

Tema: o comércio

“Lá na serra eles faziam os queijos e desciam para vender aqui. Aqui eles supriam as bruacas com farinha de mandioca, açúcar grosso, arroz, rapadura, querosene, cachaça. Eles vendiam bastante coisa aqui. Depois carregavam os cargueiros com os produtos daqui para venderem lá na serra. Às vezes vendiam a troco de serviço”. (Depoimento do senhor João de Borba, ex-morador da comunidade de Três Barras e ex-tropeiro, concedido em 2007).

“Ou era em Urubici que faziam suas compras, daí era mais difícil, ou então aqui, Orleans, Gravatal Tubarão”. (Depoimento da senhora Mafalda Macalossi, ex-moradora da comunidade de Três Barras, concedido em 2007).

4º depoimento:

Tema: a mula como meio de transporte

“Não dava para imaginar o que elas carregavam.” (Depoimento da senhora Mafalda Macalossi, ex-moradora da comunidade de Três Barras, concedido em 2007).

“A mula é um animal que tem um dom, um espírito. Se você estiver subindo a serra ou outro lugar, se tiver perigo na frente, ela sente, não vai. Ela poderá ir, mas nas esporas e na soitera. A mula não subia a serra sozinha, ela esperava a outra que vinha atrás dela. Se olhavam. Era lindo, era lindo! Meu Deus! Se conversavam!” (Depoimento de Ana Macalossi, ex-moradora de Três Barras, concedido em 2007).

b) Materiais:

- 1- Depoimentos de entrevistados;
- 2- Fichas para as anotações das atividades.

c) Questões para exercitar:

Estudantes! Os depoimentos colhidos para esta atividade são de moradores de Orleans que tiveram a oportunidade de vivenciar a atividade tropeira no município, seja como tropeiros, seja como moradores de Três Barras que viram a atividade tropeira acontecendo na comunidade, ou que ouviram relatos dessa atividade. Leiam com atenção e observem as informações trazidas por esses depoentes.

1- Fazer anotações nas fichas a partir dos seguintes questionamentos:

- O porquê do nome “Serra do Imaruí”;
- O que as memórias registradas no 2º e o 4º depoimento nos permitem saber?
- O que é possível saber sobre a atividade comercial desenvolvida pelos tropeiros a partir do 3º depoimento?
- O que se pode compreender sobre o tropeirismo a partir das memórias aqui relatadas?

2- Questão para debate: As histórias que as pessoas nos contam a partir de suas lembranças sobre determinado fato é uma fonte importante para aprendermos história?

d) Apontamentos para os professores:

Professores! Para aprofundamento dessa atividade sugiro uma discussão sobre o conceito de memória com os(as) estudantes para que eles entendam sua importância na construção de fatos históricos. De modo geral, acredita-se que a memória é a faculdade de armazenar fatos, conservar ou readquirir ideias, lembranças, reminiscências. Historiograficamente, no entanto, diversos autores contribuem para apresentar a memória como algo a ser interpretado, individual ou coletivamente. De maneira geral estes autores afirmam que as memórias fazem parte de reminiscências individuais ou coletivas e são de certa forma, afetadas por sentimentos que fazem com que elas sejam mais ou menos evidenciadas. Não podemos ignorá-las, mas, tratadas a partir de experiências pessoais que podem enriquecer ou não determinada pesquisa. O livro de Eclea Bosi, “Memória e Sociedade: lembranças de Velhos” é uma boa indicação para entendermos essas narrativas memorialistas que fundamentam muitas pesquisas atualmente.

4ª ATIVIDADE: MEMÓRIAS ESCRITAS PELO PADRE DALL’ALBA

a) Apresentação:

O objetivo dessa atividade é analisar as narrativas construídas pelo Pe. Dall’Alba a partir das memórias de um entrevistado. O texto selecionado para esta atividade faz parte do seu livro intitulado “*Colonos e mineiros no grande Orleans*”, de 1986. O padre Dall’Alba viveu durante décadas em Orleans e, além de sua função de sacerdote, foi alguém preocupado em registrar memórias de moradores do município para que elas se convertessem em dados historiográficos sobre a história de Orleans. Escreveu inúmeros outros livros e idealizou obras como a Fundação Barriga Verde – FEBAVE/UNIBAVE, o Museu da Imigração Conde D’Eu, o Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel e o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI.

Figura 9 - Trecho do livro do Padre Dall'Alba (1)

4 - TRÊS BARRAS

(De entrevista com Jacondo Crocetta, páginas 260 e 261)

Situada quase ao sopé da Serra, num maravilhoso cenário das mais altas montanhas de Santa Catarina, em nada diferindo de uma estampa suíça, Três Barras leva esse nome por achar-se quase na confluência de três torrentes, caudalosos rios, nas enchentes: Rio Laranjeiras, Rio da Vaca Mora e Rio Pedra Furada.

Desde tempos imemoriais do século XIX abriu-se um caminho de tropas, mais curto que o da Serra do Oratório para chegar-se à Lagoa do Imaruí. Esta circunstância valeu-lhe o nome de Caminho do Imaruí, mesmo porque, passando por esse povoado podia-se chegar a Laguna por terra. Certamente desde o fim do século XIX os serranos das imediações, desciam da Serra com algum gado leiteiro e mesmo com as reses mais fracas, para fugir aos rigores do frio e invernar no clima ameno do Litoral. São lembrados: Joaquim Abílio de Sousa, Manuel Fael Ribeiro, Antônio Isidro Rodrigues, Bruno Macedo, diversos Pereira e D. Marica Batista Ribeiro.

A família Rodrigues requerera imensa extensão, desde Curral Falso até as cabeceiras do Rio Pelotas. Em inícios do século houve disputa com a Empresa de Terras de Orleans. Os serranos confiaram a causa judicial a um jovem advogado, Nereu Ramos. Os terrenos lhes foram reconhecidos como fundos de suas fazendas na Serra.

Por volta de 1930, depois da colonização do Curral Falso, Batista Macalozzi e Pedro Comelli adquiriram terras dos Rodrigues, logo imitados por outros italianos originários da imigração de Azambuja e Urussanga.

“Em 1937 eu já tinha um armazém em Capivara Alta, diz Jacondo Crocetta. Nas Três Barras havia uma bodega de Joaquim Abílio de Souza. Comprei-a dele por 360 mil-réis. Lá instalei meu irmão Joaquim Silvestre,

recém-casado. Em 1939 transferi-me para lá, montando sortido armazém, para atender especialmente os serranos.

Fonte: Dal'Alba, Colonos e mineiros no grande Orleans (1986).

Figura 10 - Trecho do livro do Padre Dall'Alba (2)

Acertei. Em breve o movimento era tanto que poucas casas de Orleans podiam igualar-se. Noites de pousar cem mulas de cargueiros no grande potreiro! Para os serranos havia um telheiro aberto, com lamparina a querosene e lenha picada. Era o que se exigia de um pouso bem organizado. Aqui e acolá, em meio às bruacas, acendiam fogueiras para espantar o frio, para enxugar as capas e botas molhadas, para esquentar o revirado ou o café. Havia, às vezes, 5 ou 6 chicolateiras sobre o mesmo braseiro, utilizado sucessivamente por outros grupos de tropeiros. As chicolateiras eram de folhas de flandres estanhado, feitas pelos latoeiros de Orleans, com restos das folhas com que faziam as latas de banha. Dalí provinham também os inúmeros lampiões a querosene, de largo uso tanto na colônia, como na Serra.

Quanto ao pouso das mulas, é preciso saber que os colonos relutavam em ceder seus potreiros às tropas de cargueiro, porque a mula, quando faminta, é como um gafanhoto, arrasa tudo, até mesmo as guaxumas, deixando os potreiros imprestáveis para os animais caseiros. Por isso é que todo comerciante precisava arranjar, além de galpão e mangueira, extenso pasto, bem cercado, onde as mulas pastavam a noite inteira, ao som do cíncerro da égua-madrinha. Nada se cobrava de quem carregava a tropa em nosso armazém. Para outros a taxa era de 300 réis diários à mula.

Corria pouco dinheiro vivo. Negociava-se à base da troca. O serrano vinha trazendo queijo, charque, couro, pinhão, marmelo e pêra-figo. Descarregava, fazia cálculos e encomendava a carga para a volta. Tecidos, instrumentos, panelas, ferros de ferrar cascos, e toda sorte de alimentos, exceto feijão e milho, farinha, polvilho, açúcar, café, sal e ainda querosene,

cachaça, arreios, calçados. De Curitiba, Lages, Campos Novos, traziam erva-mate, lã e crina de rabo de cavalo.

Fonte: Dal'Alba, Colonos e mineiros no grande Orleans (1986).

b) Materiais:

- 1- Texto do padre Dall'Alba, extraído do seu livro “Colonos e Mineiros da grande Orleans”.
- 2- Fichas para anotações das atividades.

c) Questões para exercitar:

Estudantes! O texto selecionado para esta atividade faz parte do livro *Colonos e mineiros do grande Orleans*, escrito pelo Pe. João Leonir Dall'Alba em 1986. O padre Dal'Alba viveu durante décadas em Orleans e, além de sua função de sacerdote, foi alguém preocupado em registrar memórias de moradores do município para que elas se convertessem em dados sobre a história de Orleans. Escreveu inúmeros outros livros e idealizou obras como a Fundação Barriga Verde – FEBAVE/UNIBAVE, o Museu da Imigração Conde D'Eu, o Museu Ao Ar Livre Princesa Isabel e o Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI. Leiam o texto com atenção para responder as questões propostas.

- 1- Qual é a descrição que o registro do padre Dall'Alba faz de Três Barras?
- 2 – Por que havia tanto movimento de tropas na comunidade?
- 3 – Por que alguns colonos não gostavam de ceder seus terrenos para os tropeiros pousarem?
- 4 – Você conhece alguns dos artefatos típicos da atividade tropeira da nossa região citados no texto?

d) Apontamentos para os professores:

Professores (as)! Durante os estudos sobre o tropeirismo, observamos que algumas cidades ou vilarejos da época eram destinos finais das rotas tropeiras pela importância comercial que tinham. Na região do litoral sul catarinense, uma cidade, das mais antigas do Brasil, era o destino final de muitas tropas que desciam do planalto serrano pela Serra do Imaruí. Era a cidade de Laguna, cidade esta que contava com uma atividade portuária muito importante e que servia de despacho de mercadorias para várias regiões do Brasil e de onde provinha, também, muitos produtos necessários à vida das pessoas da região como, por exemplo, querosene para acender as lamparinas, tecidos, ferramentas, sal, etc. Diante disso,

por apresentarmos em vários momentos do estudo a cidade de Laguna, sugiro uma pesquisa sobre ela, sua fundação, sua importância geográfica, comercial e suas atividades econômicas na atualidade. Depois da pesquisa, será interessante que os(as) estudantes apresentem e debatam sobre as informações obtidas.

5ª ATIVIDADE: MEMÓRIAS DO TROPEIRISMO (AUDIOVISUAL)

a) Apresentação:

Esta atividade tem como objetivo apresentar experiências e conhecimentos transmitidos oralmente por vários entrevistados, que através de suas falas, expressões e emoções, dão outros sentidos ao tema do tropeirismo além de trazerem novos conhecimentos sobre ele. Utilizando-se, para isso, de outras linguagens, outras formas de narrativas sobre saberes e vivências de pessoas comuns, aqui reunidos num audiovisual, foi possível materializar memórias de pessoas que viveram a história do tropeirismo ou que possuem alguma relação muito próxima com esta história. Nas palavras de Wenceslao Machado de Oliveira Junior (2016) “essa me parece ser a principal contribuição das linguagens audiovisuais à ciência: o seu próprio questionamento e disposição para tornar-se permeável àquilo que ainda não é ciência, mas é conhecimento e experiência”, [...] “e que só se efetivam nos gestos, sons e ritmos não passíveis de serem traduzidos em escrita”.

Sendo assim, incorporá-lo aos materiais pedagógicos da Bruaca da História é oferecer aos estudantes um tipo de conhecimento advindo de outras linguagens e de outros saberes, capazes de despertar o conhecimento, atizar a busca por ele e encantá-los com narrativas singelas, cheias de experiências de vida e de amor por um lugar.

b) Materiais:

1- Computador com acesso a internet. *Link* para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=81d51NM-rM8> ou *Pendrive* com o audiovisual.

c) Questões para refletir com os estudantes:

1- Que tipos de sentimentos as histórias contadas pelas pessoas-personagens desse audiovisual provocaram em você?

- 2- Vocês sabia que no nosso município vivem ainda muitas pessoas com histórias de vida ligadas ao tropeirismo?
- 3 – Quais informações novas sobre o tropeirismo foram possíveis de conhecer através das falas dos entrevistados?
- 4- As experiências de vida relatadas pelos entrevistados podem ser consideradas fontes históricas?

6ª ATIVIDADE: ANÁLISE DOCUMENTAL

a) Apresentação:

Essa atividade tem como objetivo estimular a análise de um documento que consta nos registros da história de Orleans, da época em que era ainda uma colônia. Mantido e preservado pelo Centro de Documentação histórica Plínio Benício – CEDOHI, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans, o documento data de 1883 e contem importantes informações sobre Orleans, como suas atividades econômicas, a importância da estrada de ferro e da Serra do Imaruí. Além disso, a proposta procura discutir o grau de relevância de determinadas fontes históricas no estudo da História.

Figura 11 - Documento sobre a colônia de Orleans

Possue uma estação da estrada de ferro *D. Thereza Christina*, feita a expensas da Empresa colonial e dada de presente á da mesma estrada.

Collocada em uma posição central, servindo de ponto de apoio ao commercio da Serra, que a procura por causa dos nucleos colonias importantes que a cercam, póde vir a ser um dos centros mais populosos e commerciaes do Municipio do Tubarão.

Achando-se mui proximas as colonias do Estado—Urussanga e Azambuja—a conveniencia do commercio e da industria fará com que seja aberta uma estrada de comunicação entre esta séde e as referidas Colonias, que terão assim um vehiculo facil e prompto para a condução de seus productos a uma estação da estrada de ferro; e com a abertura da Serra de Imaruby, que dista da séde Orleans um dia de viagem, aquellas Colonias, que se acham n'um recanto, terão todo o commercio da Serra, que, em vez de se dirigir pelas margens do Tubarão, zona deshabitada, procurará, atravessando a séde, as mesmas Colonias, sem prolongar o caminho, e dirigir-se-ha ao Tubarão pelas Pedras-grandes, ficando assim transitada toda a parte povoada d'aquelle Municipio.

Contam-se ahí 3 casas de negocio, 1 olaria, 2 padarias, 2 ferrarias, 1 hotel, e em construcção a fabrica onde foi montada em Maio do corrente anno a machina textil da china-grass (*ramie*), que talvez ainda venha a ser um dos ramos mais importantes da industria da Provincia. A Colonia já tem em grande escala a cultura d'esta planta, e prosegue em tão promcttedera exploração.

Serve esta séde para os nucleos colonias dos rios Bello, Pinheiros, Novo, Tubarão, Lorangeiras e Oratorio.

Tem uma capella de pedra e cal, com portaes de cantaria, sob a invocação de Santa Otilia.

Existem na Colonia 4 atafenas de moer milho, sendo nos rios Braço-esquerdo, Capivaras, Bravo e Pinheiros.

Ha 6 engenhos de assucar e farinha de mandioca, sendo 4 no rio dos Pinheiros, 1 no Braço-direito e 1 no Braço-esquerdo.

Em construcção ha 2 engenhos de pilar arroz, e 1 engenho de serrar, todos movidos por agoa.

Os productos agricolas não representam ainda artigos de exportação, porém já servem para o consumo e para vender ao commercio da Serra e aos colonos recém-chegados.

As plantações, cujas colheitas têm sido largamente recompensadas, constam de milho, feijão de varias qualidades, canna de assucar, mandioca, apim, arroz, fumo de superior qualidade, centeio,

Fonte: acervo pessoal da autora (2020).

b) Materiais:

- Cópia do documento;
- Fichas para anotações.

c) Questões para exercitar:

Estudantes! O documento selecionado para esta atividade é de 1883 e contém importantes informações sobre Orleans. Esse documento é mantido e preservado pelo Centro de Documentação histórica Plínio Benício – CEDOHI, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans.

- 1- O documento apresenta dois trajetos diferenciados para o caminho dos tropeiros. Quais são eles e qual a importância para Orleans, naquele momento, de cada um desses trajetos?
- 2- Quais eram as principais atividades econômicas de Orleans naquele momento da sua história e a quem elas atendiam?
- 3- Que outros aspectos da vida cotidiana da colônia Orleans é possível de observar no documento?
- 4- A história é estudada a partir de inúmeras e diferenciadas fontes. Quais as diferenças entre as fontes já analisadas até o momento?

d) Apontamentos para os professores:

Professores(as)! Aproveitem para discutir e reforçar que a história é estudada a partir de inúmeras e diferenciadas fontes. Faça uma análise em conjunto com os estudantes sobre as linguagens utilizadas nas fontes históricas, comparando as fontes já estudadas até então.

7ª ATIVIDADE: Trabalhando com mapas e imagens

a) Apresentação:

O objetivo desta atividade é permitir que os estudantes possam ter um olhar diferenciado sobre o município e seus entornos através da análise de mapa e imagens. É importante falar do tropeirismo, do caminho das tropas, pousos, partidas e chegadas, através do uso de imagens e de cartografias a fim de que os estudantes, na análise geográfica da organização do espaço e sua relação com a natureza, percebam as transformações territoriais para a construção de espaços diferenciados de acordo com os interesses da produção no momento (ALMEIDA, 2001).

Dessa forma, as atividades propostas seguem a lógica da leitura de mapa e de imagens, da análise das configurações espaciais e geográficas, para que seja possível perceber a atuação humana sobre a natureza a partir da transformação de um lugar (caminho da Serra do Imaruí) quando demandas econômicas, sociais e culturais tornaram-se necessárias a sobrevivência humana.

A atividade está dividida em duas etapas: 1ª etapa, análise do mapa do município de Orleans e atividades; 2ª etapa, análise de imagens da Serra do Imaruí, vista do alto da serra, de baixo e do interior da serra, do antigo caminho das tropas e atividades.

b) Materiais:

- 1- Mapa do município de Orleans;
- 2- Imagem da Serra Geral vista da comunidade de Três Barras;
- 3- Imagens da Serra Geral vista do alto da Serra do Imaruí;
- 4 – Imagens do interior da Serra do Imaruí.
- 5 – *Internet* para acesso ao *Google Maps*²⁴.
- 6 – Fichas para respostas.

c) Questões para exercitar:

Estudantes! Esta atividade está dividida em duas etapas: a 1ª, analisar o mapa do município de Orleans e, a 2ª, analisar as imagens da Serra do Imaruí, vista do alto, de baixo e do interior da serra (do antigo caminho das tropas). Para cada etapa seguem atividades diferenciadas.

Etapa 1

- 1 - Analise o mapa. Ele representa o município de Orleans com suas comunidades (bairros) e com seus municípios vizinhos.
- 2 - Encontre no mapa a comunidade de Três Barras e a destaque no próprio mapa. Observe a distância dessa comunidade em relação à cidade de Orleans (destaque também).
- 3 - Destaque a comunidade em que vocês moram.
- 4 - Pesquise a distância entre Três Barras e a cidade de Orleans e a distância entre Três Barras e a cidade de Laguna, destino final dos tropeiros e anote no próprio mapa. O acesso ao *Google Earth* ajudará vocês na pesquisa.

Etapa 2

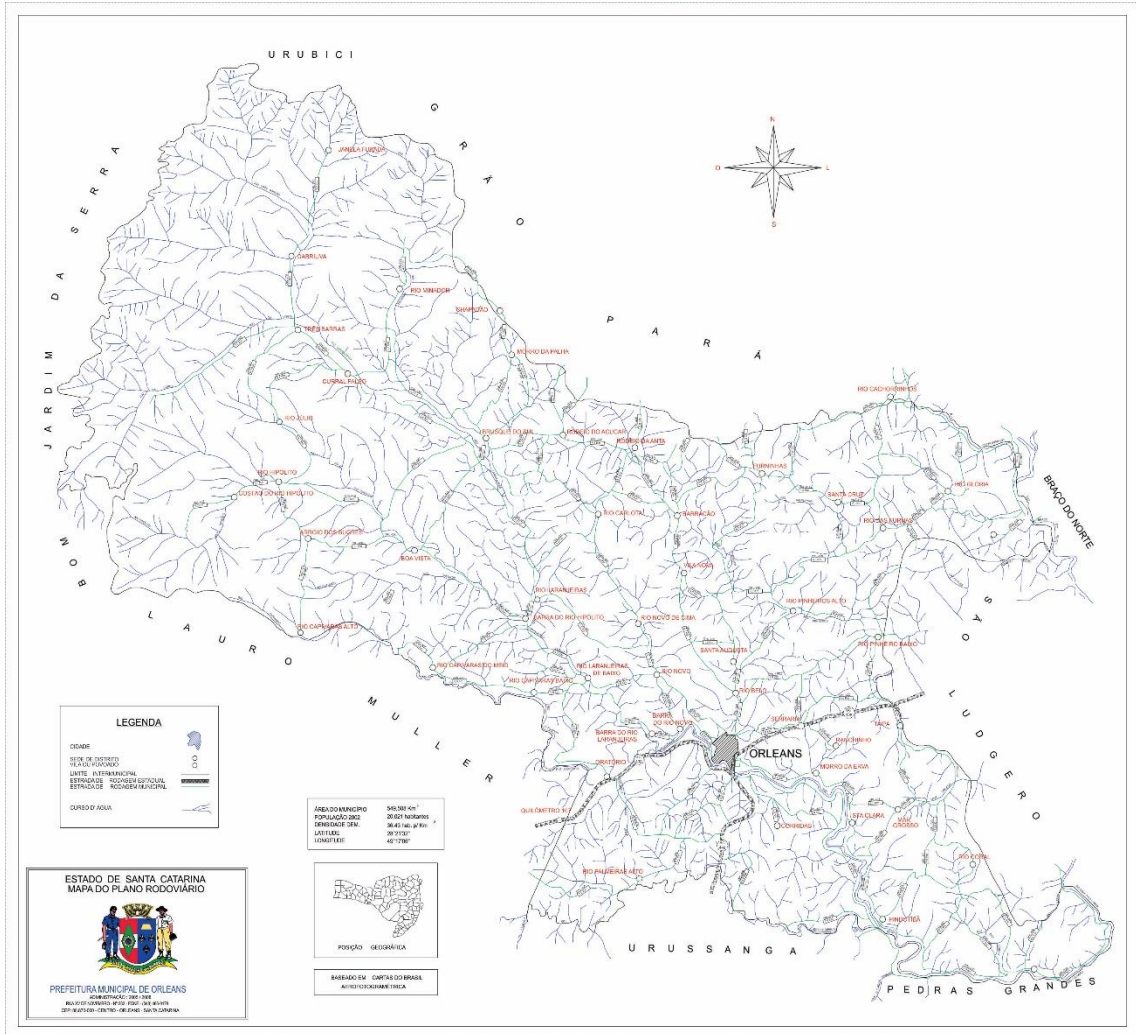
- 1- Analise atentamente as imagens.
- 2 – O que podemos observar de impactante nessas imagens apresentadas?
- 3 – Liste vários elementos que demonstrem os perigos, as dificuldades e os objetivos dos tropeiros em percorrer caminhos tão difíceis.

²⁴ *Software* disponibilizado gratuitamente.

d) Apontamentos para os professores:

Professores(as)! Análises cartográficas e de imagens oferecem significativas experiências que agregam ao Ensino de História, novos sentidos e diferentes olhares sobre o espaço do qual vivem os estudantes, alargando assim a percepção do lugar e do mundo no qual vivem e a representação que trazem da configuração espacial destes lugares. Observem que as imagens escolhidas para esta atividade representam parte das riquezas naturais do nosso Estado. A Serra Geral e suas escarpas, chapadas e picos fazem dessa região um lugar magnífico. Explorar o uso dessas linguagens durante o estudo do tropeirismo é imergir nesse universo imaginando situações, problemas e aventuras. Considero interessante, dessa forma, analisar também o mapa do município de Bom Jardim da Serra, local de onde partiam muitas tropas, analisando sua extensão territorial, a presença do corte geográfico que é a Serra Geral vista do município e as imagens deste município, para que seja possível fazer uma análise comparativa sobre aquilo que os tropeiros vivenciavam no seu dia a dia no planalto serrano e o que eles encontravam quando desciam para terras abaixo da serra. Isso permitirá entender estilos de vida, costumes e modos de sobrevivência diferenciados e muitas vezes moldados pela geografia do lugar compreendendo a variada gama cultural existente entre as sociedades.

Figura 12 - Mapa político do município de Orleans



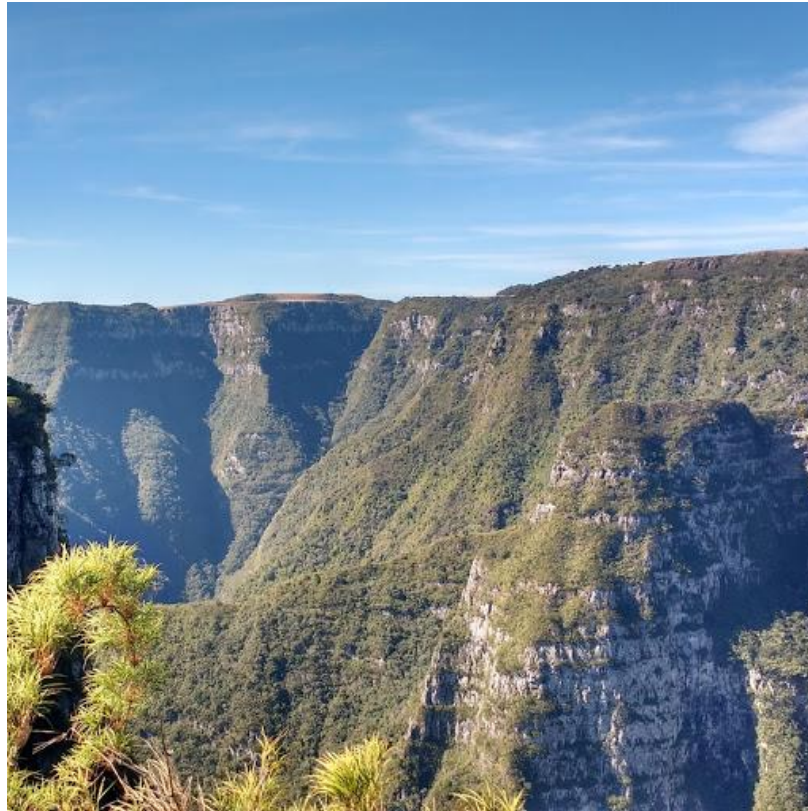
Fonte: Prefeitura Municipal de Orleans, SC.

Figura 13 - Vista do alto da Serra do Imaruí



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).
Legenda: A seta indica a localização de Três Barras.

Figura 14 - Vista de outro ângulo o alto da Serra do Imaruí



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Figura 15 - Vista da Serra Geral a partir da comunidade de Três Barras



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).
Legenda: a seta indica o alto da Serra do Imaruí.

Figura 16 - Trecho do caminho da Serra do Imaruí atualmente (1)



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Figura 17 - Trecho da Serra do Imaruí atualmente (2)



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

8ª ATIVIDADE: Tropeirismo e tecnologia

a) Apresentação:

O objetivo desta atividade é analisar os espaços percorridos pelos tropeiros a partir de uma análise atual através do *Google Earth*²⁵ e assim, explorar esses caminhos analisando seus contornos, o relevo acidentado e suas altitudes a fim de fazer o levantamento de hipóteses, a discussão, o questionamento, para interpretar evidências e significados.

b) Materiais:

- 1- Imagem de satélite mostrando o caminho da Serra do Imaruí;
- 2- Internet para acesso ao *Google Maps* e ao *Google Earth*.
- 3- Fichas para respostas.

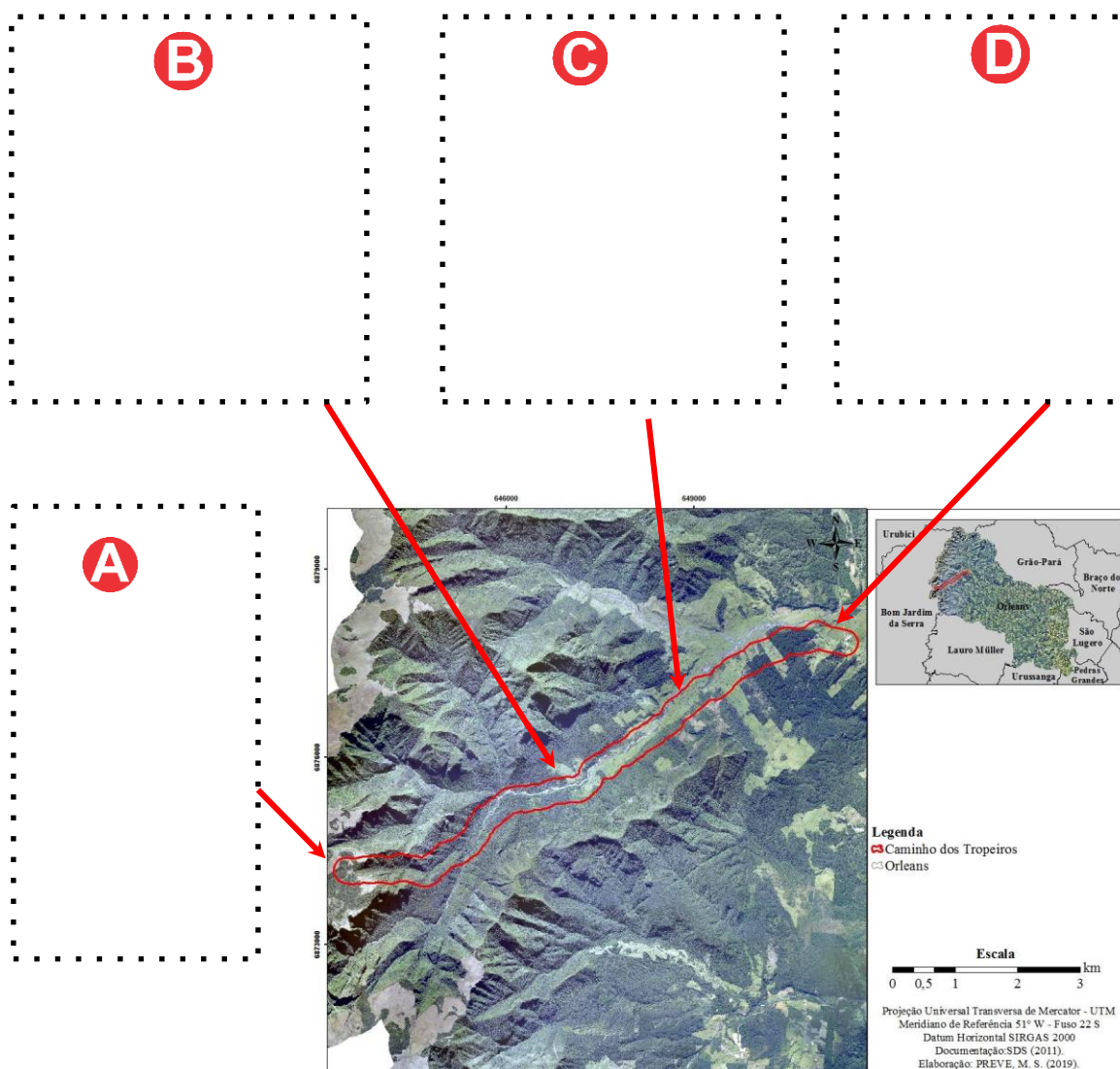
²⁵ Software disponibilizado gratuitamente.

c) **Questões para exercitar:**

1 – Analise a imagem de satélite do local do antigo caminho dos tropeiros, a Serra do Imaruí. Como já conhecemos a história do tropeirismo que se desenvolveu nessa região, preencha os infográficos anexados à imagem de satélite informando:

- local de partida dos tropeiros;
- condições do trajeto;
- perigos do caminho;
- local de pouso e produtos comercializados.

Figura 18 - Atividade com imagem de satélite



Fonte: elaboração da autora (2020).

2 - Ainda com a ajuda do *Google Earth*, ofereça uma rota alternativa, um caminho mais fácil de ser transposto partindo de algum ponto específico da região serrana até um destino final escolhido do litoral sul catarinense. Liste os lugares ou municípios por onde essa rota passaria; o tipo de tráfego estabelecido por ela (a pé, a cavalo, bicicleta, carro ou caminhão); como ela se chamaria e o que ela traria de benefícios para os lugares ou municípios envolvidos.

3 – A partir da sua pesquisa, crie um mapa para um caminho alternativo do Planalto Serrano até o litoral.

d) Apontamentos para os professores:

Professores(as)! Para auxiliar os estudantes nesta atividade inicie pesquisando pelo Parque Nacional de São Joaquim e dentro dele os estudantes farão essa busca. Aproveite para sinalizar que é possível encontrar, com esta ferramenta, a localidade de Três Barras e Orleans. Permita que vagueiem por essa região até o litoral.

9ª ATIVIDADE: O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?

a) Apresentação:

Considerando que o Patrimônio Cultural está presente em suas formas materiais e imateriais na vida das populações atuais, torna-se indispensável nesse estudo a apresentação e discussão dessa temática. Nas propostas das atividades da Bruaca da História, foram evidenciadas diferentes abordagens em que as manifestações do tropeirismo estão presentes nos espaços da comunidade de Três Barras e na vida de seus moradores num contexto em que essa cultura do tropeirismo passa a ser um patrimônio cultural para determinado segmento social de Orleans.

Dessa forma, a apresentação do texto, da imagem selecionada para elencar um patrimônio e as atividades decorrentes dele têm como objetivo elucidar possíveis indagações sobre patrimônio cultural, na sua forma conceitual e as maneiras como ele pode se apresentar nos diversos setores sociais.

O que é Patrimônio Cultural?

De acordo com a Constituição Brasileira, em seu artigo 216, o termo patrimônio cultural corresponde aos bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1988).

É o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Também é entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais, expressões e fazeres das classes populares, além do tradicional patrimônio histórico e artístico. Está dividido em bens culturais materiais, como todo tipo de artefatos, monumentos, registros escritos, visuais, sonoros, etc. e bens imateriais, os fragmentos da memória social, formas de fazer e pensar, etc. É, portanto, o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.

Alguns exemplos de Patrimônio cultural são documentos e fotografias guardados nos armários, receitas herdadas de nossas avós, formas de plantio, cultivo e colheita, utilização de plantas como remédios, danças, músicas e brincadeiras de crianças. Pode ser definido também como herança o legado cultural que se recebe dos antepassados e que propicia a autoidentificação das pessoas no grupo social e cultural em que se situam.

O termo Patrimônio Cultural, até a metade do século XX aplicava-se às obras de arte literárias, pictóricas, arquitetônicas, aos bens e monumentos das classes e grupos dominantes. Atualmente, a noção de Patrimônio Cultural é muito mais ampla e democrática, pois refere-se ao patrimônio integral e compreende todos os bens culturais dos grupos formadores de uma comunidade.

Figura 19 - Taipa construída pelos antigos tropeiros no alto da Serra do Imaruí



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Taipa: antiga construção de pedra que servia para delimitar terrenos e que, na atividade pecuária serrana, era construída para servir de curral para os animais. No alto da Serra do Imaruí essa construção servia aos tropeiros como curral e pouso para os animais antes da difícil descida da Serra do Imaruí. Pela imagem, observamos que parte dela encontra-se destruída pela ação do tempo e, principalmente, pela ação humana.

b) Materiais:

- 1- Texto sobre Patrimônio Cultural;
- 2- Imagem de uma taipa;
- 2- Fichas para registros.

c) Questões para exercitar:

Estudantes! Leiam o texto sobre Patrimônio Cultural e analisem a imagem de uma taipa (antiga construção de pedra) para responderem as questões propostas.

- 1- Ler o texto “O que é Patrimônio Cultural?”.
- 2- Retire do texto um conceito de Patrimônio Cultural.
- 3- O texto apresenta exemplos de patrimônios culturais materiais e imateriais. Encontre nele esses exemplos.

4 – Observando o texto podemos dizer que os remanescentes culturais do tropeirismo, como a imagem acima, podem ser considerada um patrimônio cultural? Por quê?

5- Quais ações podemos desenvolver para divulgar e preservar este patrimônio no município de Orleans?

d) Apontamentos para os professores:

Professores(as)! Dialogue com os(as) estudantes sobre a importância dos órgãos públicos governamentais na preservação e valorização dos nossos patrimônios. Mas saliente que não depende somente deles a iniciativa de promover ações educacionais voltadas para o conhecimento, respeito e valorização dos patrimônios culturais. E que as atividades como essas que eles tiveram a oportunidade de realizar a partir da escola, podem ser um primeiro passo na democratização de ensino, ao permitir que outras vozes e outros saberes ganhem espaço de fala e de divulgação de sua cultura.

10ª ATIVIDADE: SAÍDA DE CAMPO

a) Apresentação:

Depois de percorrer um caminho de análises bibliográficas e documentais e de realizar diferentes atividades a partir desses documentos, nada mais importante do que conhecer *in loco* o lugar onde a história do tropeirismo em Orleans se desenrolou: a comunidade de Três Barras. Uma saída de campo, no final desses estudos permitirá ao aluno um encontro com o lugar, com o espaço de vivências de tantos aspectos e características culturais discutidas e aprendidas até então. Arrisco-me a dizer que, enquanto professora e pesquisadora desse tema, reiterando a ideia de que é necessário conhecer as localidades do interior do município como forma de reforçar os laços identitários, seria contraditório com as minhas falas e vivências não propor neste conjunto de atividades uma saída para estudo e conhecimento do meio. Será, na verdade, um olhar para a comunidade onde a presença da atividade tropeira foi muito intensa. Isso favorecerá o encontro com vários elementos do tropeirismo, da questão geográfica, devido a presença da Serra Geral naquele lugar e o encontro com pessoas ainda ligadas de

alguma forma com as heranças tropeiras. Corremos o risco também de direcionarmos muito o olhar sobre aquele espaço. É um risco que corremos. No entanto, tal estratégia se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real, o que é fundamental no desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. (Anastasiou e Alves, 2007).

Podemos também encaixar essa atividade naquilo que vem sendo pensado para Orleans nos últimos anos que é a questão turística. Dessa forma, essa saída de campo poderá inserir-se naquilo que chamamos de turismo educacional e pedagógico.

Matos (2012), afirma que o turismo educacional ou pedagógico nada mais é do que o estudo do meio, uma ferramenta adotada por professores que estendem seu trabalho para além das quatro paredes da sala de aula. Assim, o turismo educacional ou pedagógico pode agregar valor aos vários níveis de formação educacional, ao dinamizar o processo ensino-aprendizagem, conduzindo o educando ao exercício da construção e reconstrução de saberes e ao desenvolvimento de habilidades e competências (MATOS, 2012).

b) Desenvolvimento da atividade:

- Organizar a saída de campo com a classe, a direção da escola e responsáveis com antecedência. Envolver professores de outras disciplinas como, geografia (para análise do espaço geográfico); língua portuguesa (para reflexão das narrativas dos entrevistados e elaboração do texto final); arte (para pensar na elaboração de uma maquete da rota dos tropeiros ou mesmo, em uma exposição na escola, de desenhos feitos a partir dessa história do tropeirismo).
- Levar os estudantes até a comunidade de Três Barras. Lá, deixar que primeiramente e livremente eles apreciem a paisagem.
- Após um tempo realizar uma roda de conversa abordando tudo o que foi estudado.
- Finalizando esse conjunto de atividades, pedir para que os/as estudantes produzam um texto final elencando os principais pontos estudados durante essa trilha e a relevância que os temas sobre o tropeirismo, sobre a História Local, as memórias e os patrimônios possuem dentro do Ensino de História.

c) Apontamentos para os professores:

Professores (as)! Para a realização da atividade proposta, sugiro a leitura do material de Educação Patrimonial produzido pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele apresenta algumas possibilidades de estudo e exploração da história do lugar a partir de análises feitas sobre o meio ambiente, sobre as produções culturais materiais, dentre outros. Segue o link para acesso ao caderno:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram tantos os aprendizados durante o processo de elaboração deste trabalho que torna-se impossível relatar todos eles. Destaco, no entanto, os aprendizados e reflexões que foram mais significativos ao longo desse tempo. Primeiramente, aqueles decorrentes da própria produção histórica. Diante da minha realidade como professora que há dez anos trabalha na Educação Básica, e que, nesse mesmo período esteve afastada da academia, além do aprendizado, impôs-se um desafio muito grande na hora de pesquisar, organizar as ideias e escrever.

Destaco também duas vivências simultâneas: a de ensinar história e a de produzir história. Duas funções que, embora sejam complementares, são totalmente diferentes quanto à sua aplicabilidade. Porém, foi uma experiência fundamental para que a pesquisa em textos, livros e falas pudesse me dar subsídios necessários a um ensinar história cada vez mais próximo das realidades dos(as) estudantes. Ao mesmo tempo, essas experiências ampliaram meus horizontes quanto à produção do material pedagógico na medida em que me fizeram refletir sobre o Ensino de História e sua função prática e com sentido.

Quanto ao processo de pesquisa, ao chegar ao fim, conseguiu dar conta dos seus objetivos. Ao pontuar a interface entre ensino de história e patrimônio cultural, contribui para a apreensão das temporalidades históricas, de valorização do tropeirismo como um bem patrimonial da região que pode ser transmitido às diferentes gerações. Em relação à história local relacionada com a história regional, nacional e global, poderá contribuir com a formação de identidades, na medida em que expõe memórias de uma comunidade.

Assim, os temas mobilizados durante a pesquisa para essa dissertação e elaboração da Bruaca da História entraram em consonância com minha prática diária de sala de aula, ainda que neste momento este chão seja o do espaço virtual. Esses temas foram escolhidos por se mostrarem grandes potenciais de discussão e aprendizado sobre os patrimônios culturais, sobre o uso das memórias, de textos, documentos, imagens e música, e o uso destes elementos como fontes históricas. Cada atividade foi pensada a fim de que os(as) estudantes conheçam essa história de Orleans a partir de análises dessas fontes. E a minha vivência como professora de História facilitou na elaboração dessas atividades. Conhecendo a realidade de uma sala de aula e aquilo que desperta o interesse dos (as) estudantes, consegui pensar em atividades capazes de provocá-los (as). A música provoca, as imagens estimulam a curiosidade, os relatos emocionam, os depoimentos em vídeo e a saída de campo aproximam. Escrevo com a

perspectiva de que essas atividades serão capazes de mobilizá-los e encantá-los, afinal, se eu não acreditasse nesse potencial minha pesquisa não teria sentido.

Ao longo das discussões que permearam este trabalho foi ressaltado que a história do tropeirismo em Orleans ainda não ganha espaço dentro do estudo da história do município. A ideia, portanto, da Bruaca da História, é enfatizar o estudo dessa temática e da temática do patrimônio através da proposta de sequência de atividades.

Ao problematizar a questão do Patrimônio e sua utilização na aula de história da Educação Básica, deseja-se aprofundar e ampliar as noções acerca dos costumes, tradições, sensibilidade para valorização dos bens, identidades e fundamentar a consciência preservacionista em todos os âmbitos (ZARBATO, 2015). Ou seja, possibilita o desenvolvimento de valores como o respeito diante das inúmeras manifestações culturais e a criação de laços identitários a partir do entendimento de que alguns patrimônios podem ser partes integrantes de uma história que nos representa.

Dessa forma, ao abordar o tema do tropeirismo e sua presença dentro da história de Orleans, entende-se que ele não é representativo de toda a sociedade desse município, mas que representa uma parcela da população que ainda mantém vivos os patrimônios deixados por essa atividade. Assim, permitir que o estudo dos patrimônios esteja presente nas aulas de história é oportunizar o conhecimento e a reflexão acerca das múltiplas maneiras que as pessoas encontram para preservar e difundir a sua história. Ao analisar, portanto, as memórias dos depoentes que tiveram uma estreita ligação com o tropeirismo em Orleans, foi possível perceber que umas das formas de preservação dessa história vivida também é manifestada através das lembranças. “A melhor forma de preservação da memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la.” (SOARES, 2003, p. 25).

A preservação dessa história se dá através de ações cotidianas que remetem às práticas tropeiras como as cavalgadas, o gosto pela lida campeira, pelo percurso ainda feito, agora como lazer, na Serra do Imaruí e a realização da Festa do Tropeiro. Nessas ações cotidianas, é possível identificar, ainda, a resignificação pela qual passam esses patrimônios.

Permitir que esses patrimônios culturais herdados do tropeirismo sejam representativos de uma História Local, do que ela representa e pode representar na história do município de Orleans é oportunizar um Ensino de História comprometido com a inclusão de outros grupos e sujeitos desconstruindo a ideia de uma história oficial onde poucos tem voz. O material pedagógico desenvolvido visa contribuir com essa inclusão ao apresentar diferentes fontes e atividades que serão mobilizadas com o intuito de pensar a história do

tropeirismo e aquilo que se mantém dessa atividade como algo integrante da história e da vida de Orleans e de determinada parcela da sua população. A intenção é que num futuro próximo essas atividades possam ser aplicadas nas escolas do município. Como faço parte da reelaboração do currículo de História do Ensino Fundamental II da rede municipal de ensino, cuja abordagem está sendo direcionada às histórias pouco estudadas ou não contadas de Orleans, visualizo a oportunidade de implementação da Bruaca da História e dos seus respectivos resultados. Por enquanto o material segue como uma proposta de ensino.

Importante destacar como outro grande aprendizado, os profícuos encontros que o Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – possibilitou, ao colocar frente a frente professores de História de várias partes do estado de Santa Catarina, estudando e compartilhando suas vivências junto à Educação Básica, ao mesmo tempo em que desenvolviam pesquisas a fim de inovar as aulas de História de forma crítica e consciente. Pensado para a formação continuada de professores, o programa cria um panorama em que ações e pesquisas em Ensino de História sejam discutidas e apresentadas de formas diferenciadas quanto às maneiras de produzir e ensinar, diante da demanda cada vez mais urgente de estudos e da inclusão de temas contemporâneos.

Finalizo esse trabalho comparando a minha volta a universidade como alguém que retornou a um lugar conhecido e o encontrou muito diferente: mais bonito e cheio de novidades. Uma verdadeira viagem de reencontro, onde, com mais experiência, com o olhar mais maduro e com novas vivências, pude enxergar quão infinitas são as possibilidades de aprender, ensinar e produzir história.

O trabalho dos/as professores/as de História, assim como dos/as professores/as das outras áreas de conhecimento, está cada vez mais atrelado à formação dos sujeitos. Sujeitos que partem de diferentes realidades e espaços de vivência no desejo de se encontrarem dentro de um sistema que acolha as suas diversidades históricas e culturais, e que seja portador de significados que dialoguem com suas próprias vidas, com seus cotidianos. A conexão entre os temas abordados neste trabalho – Ensino de História, História Local, Patrimônio e Memória – são, do meu ponto de vista, importantes recursos que, se mobilizados com fins inclusivos, assegurarão o direito de representação histórica e cultural de diferentes grupos sociais que compõem a população dos nossos municípios e do Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

ALGATÃO, Filipe Cordeiro de Souza. O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, ano 06, nº 41, p. 81 – 88, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia06/texto06.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de Ensino na Universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 5. ed. Joinville: Univille, 2007.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de História Local: Redescobrimo Sentidos. **Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, ano 12, n. 15, p. 57 – 85, jul./dez. 2006.

BARTON, Keith C. Qual a utilidade da História para as crianças? Contributos do Ensino de História para a Cidadania. In: BARCA, Isabel. **Para uma Educação Histórica de Qualidade**. Minho: Centro de Investigação em Educação (CIEE), 2004, p. 11 – 27.

BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de História Local e a Construção da Identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BELLOLLI, Mário *et al.* **História do carvão de Santa Catarina**. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

BERTAGNOLLI, Gisele B. Leal. Processos de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento. **Revista Perspectiva**, Erechim. v. 39, n.148, p. 47-54, dez. 2015. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_532.pdf>. Acesso em 15 out. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOSI, Eclea. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. [Entrevista concedida a] Mozahir Salomão Bruck. **Dispositiva**, v. 1, n. 2, p. 196 – 199, ago./ dez. 2012.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANCHER, Ana. AREND, Silvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 09 nov. 2020.

CAIMI, Flávia Heloísa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? *In*: ROCHA, Elenice (org.). **A Escrita da História Escolar**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAMINHOS DE SANTA CATARINA. Os Caminhos das Tropas. Joinville: Jornal A Notícia. Sexto Fascículo, abr. 2000.

CARRETERO, Mario; CASTORINA, José Antonio. **La construcción del conocimiento histórico**: Enseñanza, narración e identidades. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 135 – 146, 2004.

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Florianópolis: Instituto São José, 1986.

DALL'ALBA. João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. 2. ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectiva para atuação em Educação Patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p.267-291, jul./dez. 2016.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história**: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. 2006. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em:<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14531/1/Hist%c3%b3riaLocalLugar_Fagundes_2006.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy. **Arqueologia e Educação**: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em:<

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. “Papai, para que serve a História?”: Funções e Sentidos da Aprendizagem Histórica na Literatura recente colhida na Espanha e apropriada pelos brasileiros. **Revista Tempos Gerais**, São João del-Rei, v. 4, n. 1, p. 57- 69, 2015.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Janice. Da Educação do Público à Participação Cidadã: Sobre Ações Educativas e Patrimônio Cultural. **Mouseion**, Canoas. n. 18, p. 83 – 97, dez. 2014.

GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

GRUNBERG, Evelina; RAMOS, Silvana Pirillo; SILVA, Alan Curcino Pedreira da. SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, TURISMO E PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 4, n. 1, p. 125-129, 2014.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Leon Schaffer. São Paulo: Editora Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, E. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 25-35, jan./jun. 2000.

HERBERTS, Ana Lucia. **Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC**. 2009. 540 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2296>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IPHAN. **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2013. Disponível em: <

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

JÚNIOR, Manoel Caetano do Nascimento. HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: DAS REFLEXÕES CONCEITUAIS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-BA*, 8., 2016, Feira de Santana. **Anais eletrônicos** [...] Feira de Santana: ANPUH-BA, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477852456_ARQUIVO_Traalhocompleto.pdf>. Acesso em 25 nov. 2019.

LARA, Camila de Brito Quadros. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: O CASO DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-MS*, 13., 2016, Coxim-MS. **Anais eletrônicos** [...] Coxim: ANPUH-MS, 2016. Disponível em: <https://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477593926_ARQUIVO_AIMPORTANCIADAMEMORIAPARAACONSTRUCAODAIIDENTIDADE.pdf>. Acesso em 09 nov. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LONDRES, Cecília. Patrimônio Imaterial. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, out./dez., 2001.

LOTTIN, Jucely. **ORLEANS 2000: história e desenvolvimento**. 2. ed. Orleans: Gráfica Elbert, 1998.

MARQUES, Circe Mara; PEGORARO, Ludmiar; DA SILVA, Ezequiel Theodoro. Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 255-280, jan./abr. 2019.

MATOS, Francisco de Castro. Turismo Pedagógico: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1 - 11.

MATOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas Escolas: Aprendendo a Resgatar o Patrimônio Cultural**. Cachoeira-BA: UFRB, [ca. 2015]. Disponível em: <<https://ensinodehistoriaepatrimonio.files.wordpress.com/2015/07/educac3a7c3a3o-patrimonial-nas-escolas-aprendendo-a-resgatar-o-patrimc3b4nio-cultural-e28093-allana-pessanha-de-moraes.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MOTTA, Alexandre de M. **Recortes da história de Santa Catarina**: da Pré-História ao governo Luiz Henrique da Silveira. Tubarão, 2006. Não publicado.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. Agências da imagem: uma entrevista com o Professor Wenceslao Machado de Oliveira Junior. [Entrevista concedida a] Marcelo Róbson Téó. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 162–175, jan./abr.2016.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: um percurso docente. 1 ed. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2017.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. **História e Ensino**, Londrina. v. 13, p. 107-126. set. 2007.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. 19. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Algumas reflexões sobre ética e história oral**. São Paulo: PUC, 1997.

PREVE, Márcia Luzia Sartor. **A importância da Educação Patrimonial na divulgação e preservação do Tropeirismo em Orleans, Santa Catarina**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão de Acervos Históricos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2009.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e turismo. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 17 -

ROSA, Alberto. Recordar, descrever e explicar o passado. O que, como e para o futuro de quem? *In*: CARRETERO, Maria; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda (orgs.). **Ensino de História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 53 – 60.

RUSEN, Jorn. **História viva**: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Resende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SABALLA, Adriana Viviane. Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”. **Revista Mouseion**, Canoas, v. 1, n. 1, p. 23 - 25, jun./2007.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.19, p. 219 - 243, set.89/fev.90. Disponível em:<https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2019.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: Emergência e Transformação da Problemática dos Lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 52, p. 245 - 279, jan./abr. 2015.

SANTOS, J. J. M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 105-124, jan./abr. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a06v9n1.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SANTOS, Rosana Menezes. O uso da música na prática de ensino de história. **Caderno De Graduação – Ciências Humanas E Sociais**, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 161 – 171, out. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1687/961>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SCIFONI, Simone. DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5 – 16, jan./mar. 2017.

SELL, Zélia Maria. Tropeirismo: Patrimônio da Humanidade. **Revista História Catarina**, Lages, ano VI, n. 38, p. 73 – 83, 2012.

SILVA, Adriana Fraga da. **“Meu avô era tropeiro!”**: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS). 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

SILVA JUNIOR, Acioli Gonçalves da. **Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História**: uma proposta para o trabalho docente. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOARES, André Luis Ramos. Educação patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional. *In*: SOARES, A. L. R. *et al* (orgs.). **Educação Patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria: Editora UFSM, 2003, p. 25.

STRAFORINI. Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

TAMANINI, E.; PEIXER, Z. I. “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: educação popular e herança cultural no século XXI”. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 2, n. 1[2], p. 23-32, 2015.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldina Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antítese**, Londrina, v. 3, n. 6, p. 743 – 758, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/4388>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

VIVA, Movimento Orleans. **Orleans Viva:** guardiões do costão. 2020. Disponível em:<<http://orleansviva.com.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida M. ENSINO DE HISTÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E CURRÍCULO: REFLEXÕES SOBRE AÇÕES EDUCATIVAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, Ano XV, v. 22, p. 77-90, jan./jun. 2015.

ZILLI, Edson. **CAMINHOS DAS TROPAS NO EXTREMO SUL CATARINENSE: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2997/1/EDSON%20ZILLI.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

APÊNDICE A – QUADRO COM DOCUMENTOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DO MATERIAL PEDAGÓGICO

A Bruaca da História foi construída a partir da discussão do seu processo de elaboração, destacando o material selecionado, as intenções e descrições das atividades e a apresentação do material no formato da versão gráfica e *design* – ou seja, na versão que será encaminhada às escolas. Dessa forma, os documentos, mapas, fotografias, textos e fragmentos de livros, entrevistas orais, estarão listados e apresentados nas suas potencialidades dentro da pesquisa e dentro do Ensino de História. A seguir apresento o quadro contendo a indicação dos documentos utilizados no trabalho.

Figura 20 – Documentos utilizados na pesquisa

Documentos	Localização	Potencialidade
Registro sobre a colônia	Centro de Documentação histórica Plínio Benício – CEDOHI, Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, Orleans.	Dados sobre o número de moradores, as atividades comerciais, a importância da rota da Serra do Imaruí e do comércio estabelecido entre colonos e serranos. Esse documento faz parte dos registros oficiais da formação da Colônia Grão Pará, catalogados e preservados neste centro de documentação.
Trecho extraído do livro “Colonos e mineiros na grande Orleans”, do padre Dall’Alba, 1986.	Biblioteca da Universidade Barriga Verde - UNIBAVE	A questão tropeira no município está registrada em muitos dos seus livros, como no “Colonos e Mineiros no grande Orleans”, do ano de 1986. Nesta obra é possível encontrar referências que tratam da importância da Serra do Imaruí como caminho para os tropeiros, da comunidade de Três Barras dentro desse contexto e das trocas comerciais fundamentais para aquele período da história do município.

Documentos	Localização	Potencialidade
Mapa do Patrimônio Dotal, da Serra do Imaruí e do município de Orleans atualmente.	Acervo pessoal	Permitem identificar no espaço geográfico de Santa Catarina a localização de Orleans enquanto região marcada pela presença imponente em quase todo seu território da Serra Geral. Permitem estabelecer um olhar sobre essa condição geográfica extrema a partir do caminho dos tropeiros aberto em meio às suas encostas e, com isso, analisar as circunstâncias históricas em que este e outros caminhos foram abertos e transitados. Apresentam, ainda, o patrimônio dotal e os municípios que se originaram deste patrimônio.
Letra da música “Tropeiro” do compositor orleanense Paulo Afonso Dalssasso	Acervo pessoal	A música, importante recurso histórico, que além de divertir ou promover reflexões, representa fatos e pensamentos de uma época, também foi utilizada na pesquisa a fim de embasar a importância do tropeirismo em Orleans através das referências que ela traz sobre a Serra do Imaruí, as dificuldades em transitar por este caminho e o tropeiro como elemento importante no processo econômico da região. Além disso, a música faz menção ao fim da atividade tropeira na região, mas permite pensar nas memórias decorrentes dessa atividade, ainda vivas na vida de muitas pessoas.
Entrevistas de caráter semiestruturada, realizadas em 2007 com moradores e ex-moradores de Três Barras, sendo eles: João Jacob de Borba; Ana Macalossi; Roque Guizoni e Mafalda Macalossi.	Acervo pessoal	Apresentam elementos importantes sobre a comunidade de Três Barras, a Serra do Imaruí e a atividade tropeira.

Documentos	Localização	Potencialidade
Entrevistas de caráter semiestruturada, realizadas em 2020 com moradores e ex-moradores de Três Barras, sendo eles: Orlando Garcia; João Jacob de Borba; Nair de Souza Borba; Osmarina Guizoni e Tereza Guizoni.	Acervo pessoal.	Apresentam elementos importantes sobre a comunidade de Três Barras, a Serra do Imaruí e a atividade tropeira. Elas também fazem parte de um audiovisual que tem por objetivo, registrar as memórias de pessoas que vivenciaram uma época em que o tropeirismo em Orleans ainda era uma atividade de grande importância econômica.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de Mestrado intitulada “Tropeirismo em Orleans/SC: história, memória e patrimônio através de um material pedagógico para a Educação Básica” que fará entrevista para coleta de informações. O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver um material didático que contribua para o estudo e divulgação da história do tropeirismo em Orleans a partir da metodologia da Educação Patrimonial e os objetivos específicos serão, registrar através de pesquisas bibliográficas e de entrevistas, aspectos da atividade e cultura tropeira desenvolvida no percurso da Serra do Imaruí até a comunidade de Três Barras, Orleans e confeccionar uma caixa de história sobre o tropeirismo em Três Barras utilizando-se das informações bibliográficas e orais. Serão previamente marcados a data e horário para a entrevista, utilizando câmera para gravações. Estas medidas serão realizadas na comunidade de Três Barras e/ou residência dos entrevistados com dia e horário marcado.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver apenas entrevistas cujas narrativas fazem parte das memórias dos entrevistados.

Você será identificado na pesquisa, pois é de grande importância para o trabalho a identidade das pessoas que vivenciaram a época do tropeirismo e, como testemunhas vivas dessa história, possuem narrativas importantes desse momento, não registradas nos materiais bibliográficos.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão o de contribuir para a construção de novas narrativas históricas sobre o tropeirismo no município de Orleans, bem como o de enriquecer os materiais didáticos que serão apresentados às escolas do município posteriormente, e assim, partindo das escolas e da educação, a garantia de conhecimento, valorização e preservação de uma parte importante da história de Orleans.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores, Márcia Luzia Sartor Preve, estudante de Mestrado e a professora Dra. Nucia Alexandra Silva Oliveira.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso: _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____